



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA

LÍVIA ARRUDA CASTRO

O CONSERVADORISMO INCONDICIONAL E A CONVERGÊNCIA DAS
PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS ÀS IFRS

FORTALEZA

2011

LIVIA ARRUDA CASTRO

**O CONSERVADORISMO INCONDICIONAL E A CONVERGÊNCIA DAS
PRÁTICAS CONTÁBEIS BRASILEIRAS ÀS IFRS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e Contabilidade da
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Mestre em Administração
e Controladoria.

Orientadora: Professora Dr^a. Vera Maria Rodrigues
Ponte

FORTALEZA

2011

C351c

Castro, Lívia Arruda

O conservadorismo incondicional e a convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS/ Lívia Arruda Castro. - Fortaleza, 2011.

99f; 30 cm

Orientadora: Prof^a Dra. Vera Maria Rodrigues Ponte

Dissertação (Mestrado Profissional em Administração e Controladoria) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade. Fortaleza-CE, 2011.

1. Contabilidade – padronização - normas 2. Conservadorismo I.Título.

CDD: 657.0218

LIVIA ARRUDA CASTRO

O CONSERVADORISMO INCONDICIONAL E A CONVERGÊNCIA DAS PRÁTICAS
CONTÁBEIS BRASILEIRAS ÀS IFRS

Esta dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Administração e Controladoria, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação: ____/ ____/ _____.

Prof^ª. Dr^ª. Vera Maria Rodrigues Ponte
Professora Orientadora - UFC

Prof. Dr. Antônio Carlos Dias Coelho
Membro da Banca Examinadora - UFC

Prof^ª. Dr^ª. Marcelle Colares Oliveira
Membro da Banca Examinadora - UNIFOR

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Jesus Cristo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela fonte eterna de amor, paz, sabedoria, humildade, perseverança, compaixão e doação.

À minha família, pelo apoio incondicional e incentivo que me deu ao longo da minha vida.

À Prof.^{ra} D.^{ra} Vera Maria Rodrigues Ponte, pela paciência, dedicação, incentivo, aprendizado e amizade, que contribuíram sobremaneira para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Ao Prof. Dr. Antônio Carlos Dias Coelho, pelas intervenções sempre muito enriquecedoras e contribuições relevantes para esta pesquisa.

Aos colegas Franklin Torres e João Henrique Viana, pela disposição e ajuda incondicional no decorrer desta pesquisa.

Aos professores do Curso de Mestrado Profissional em Administração e Controladoria, pelos ricos ensinamentos.

Aos amigos e professores que, embora não citados, ajudaram direta ou indiretamente na elaboração deste estudo e no árduo percurso desta caminhada.

RESUMO

O presente estudo investiga a mudança de práticas contábeis brasileiras e seus efeitos no nível de conservadorismo incondicional das demonstrações contábeis de companhias abertas que divulgam seus resultados em padrões brasileiros e em padrões internacionais. No contexto da harmonização dos padrões contábeis brasileiros aos padrões internacionais (IFRS), procurou-se examinar se a adoção desses padrões conduziu à elaboração de demonstrações contábeis mais conservadoras, que implicam mais qualidade. Foram selecionadas 55 empresas, compreendendo 21 listadas na NYSE e 34 listadas na BM&FBovespa, reunindo-se 196 observações de lucros líquidos e 204 observações de patrimônios líquidos divulgados em padrões contábeis brasileiros e em padrões internacionais (IFRS ou US GAAP), durante o período de 2005 a 2009, intervalo em que foi publicada a Lei nº 11.638/2007, que introduziu substanciais alterações nos padrões contábeis brasileiros, no sentido de alinhá-los às normas internacionais. Para se examinar os níveis de conservadorismo, aplicou-se o Índice de Conservadorismo (GRAY, 1980) aos lucros líquidos e aos patrimônios líquidos dessas empresas. Ao serem aplicados os testes estatísticos de diferenças de médias, os resultados revelaram, via de regra, que as demonstrações contábeis mensuradas segundo os padrões contábeis brasileiros são mais conservadoras do que aquelas elaboradas de acordo com os padrões internacionais (IFRS e US GAAP). O estudo revelou ainda que a adequação das IFRS às práticas contábeis brasileiras não alterou significativamente os níveis de conservadorismo dos lucros líquidos e patrimônios líquidos mensurados segundo os padrões contábeis brasileiros.

Palavras-chave: Conservadorismo incondicional, Padrões internacionais de contabilidade (IFRS e US GAAP), Harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

ABSTRACT

This research investigates the amendments on Brazilian accounting standards and the unconditional conservatism effects of the financial statements issued by public companies which publishes their reports under Brazilian standards and international standards. In the context of Brazilian accounting harmonization into International Financial Reporting Standards (IFRS), this study examined whether the adoption of these standards has conducted to more conservative financial statements, which indicate higher quality. It was selected out 55 companies, comprising 21 listed in NYSE and 34 listed in BM&FBovespa, which resulted in a sample of 196 net profits and losses and 204 shareholders' equities issued under Brazilian Standards and international standards (IFRS or US GAAP), during the period 2005 to 2009, range when was issued the Law n° 11.638/2007, which has introduced significant amendments on Brazilian accounting standards, in order to match to the international standards. In order to examine the conservatism levels, it was calculated the conservatism index (GRAY, 1980) to the net profits and losses and shareholders' equities sampled. Through the statistic test tool of hypothesis of differences of averages, the results disclosed, mostly, that the financial statements measured under Brazilian standards are more conservative than those under international standards (IFRS and US GAAP). This study also revealed the compliance of Brazilian accounting into IFRS did not affected significantly the levels of conservatism of the net profits and losses shareholders' equities measured under Brazilian accounting standards.

Keywords: Unconditional conservatism, International accounting standards (IFRS and US GAAP), Brazilian accounting harmonization into international standards.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Revisão das pesquisas sobre conservadorismo condicional.....	41
Quadro 2 – Revisão das pesquisas sobre conservadorismo incondicional.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Observações inicialmente relacionadas para o estudo	60
Tabela 2 – Observações selecionadas para o estudo após a exclusão de <i>outliers</i>	62
Tabela 3 – Estatística descritiva para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2009.....	64
Tabela 4 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2009	65
Tabela 5 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2009	65
Tabela 6 – Estatística descritiva para a variável lucro líquido por ano de ocorrência	66
Tabela 7 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável lucro líquido por ano de ocorrência.....	68
Tabela 8 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável lucro líquido por ano de ocorrência.....	69
Tabela 9 – Estatística descritiva dos ICs para a variável lucro líquido, considerando empresas que adotaram padrões BRGAAP e IFRS.....	71
Tabela 10 – Estatística descritiva dos ICs para a variável lucro líquido, considerando empresas que adotaram padrões BRGAAP e US GAAP.....	72
Tabela 11 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável lucro líquido – período 2005 a 2007 <i>versus</i> 2008 a 2009.....	73
Tabela 12 – Resultados dos testes de diferenças entre médias dos ICs para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2008 <i>versus</i> 2009.....	74
Tabela 13 – Resultados dos testes de diferenças entre médias dos ICs para a variável lucro líquido – período de 2008 <i>versus</i> 2009.....	75
Tabela 14 – Estatística descritiva para a variável patrimônio líquido – período de 2005 a 2009.....	76
Tabela 15 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável patrimônio líquido – período 2005 a 2009.....	77
Tabela 16 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável patrimônio líquido – período 2005 a 2009.....	77
Tabela 17 – Estatística descritiva para a variável patrimônio líquido por ano de ocorrência.....	78
Tabela 18 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável patrimônio líquido por ano de ocorrência.....	80
Tabela 19 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável patrimônio líquido por ano de ocorrência	81

Tabela 20 – Estatística descritiva dos ICs para a variável patrimônio líquido, considerando empresas que adotaram padrões em BR GAAP e IFRS.....	83
Tabela 21 – Estatística descritiva dos ICs para a variável patrimônio líquido, considerando empresas que adotaram padrões em BR GAAP e US GAAP.....	84
Tabela 22 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável patrimônio líquido – período 2005 a 2007 <i>versus</i> 2008 a 2009.....	85
Tabela 23 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável patrimônio líquido – período de 2005 a 2008 <i>versus</i> 2009.....	86
Tabela 24 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável patrimônio líquido – período de 2008 <i>versus</i> 2009.....	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA: American Association of Accounting
ABRASCA: Associação Brasileira das Companhias Abertas
ADR: American Depositary Receipt
AICPA: American Institute of Certified Public Accountants
AMEX:
APIMEC: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&FBOVESPA: Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BR GAAP: Generally Accepted Accounting Principles in Brazil
CFC: Conselho Federal de Contabilidade
CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM: Comissão de Valores Mobiliários
FASB: Financial Accounting Standards Board
FIPECAFI: Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IAS: International Accounting Standards
IASB: International Accounting Standards Board
IASC: International Accounting Standards Committee
IBRACON: Instituto de Auditores Independentes do Brasil
IC: Índice de Conservadorismo
IFRS: International Financial Reporting Standards
IOSCO: International Organization of Securities Commission
LL: Lucro Líquido
LSE: London Stock Exchange
NYSE: New York Stock Exchange
PL: Patrimônio Líquido
SEC: Securities and Exchange Commission
SOX: Lei Sarbanes Oxley
SPSS: Statistical Package for the Social Sciences
US GAAP: Generally Accepted Accounting Principles in United States of America

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
	2.1 A função econômica da contabilidade.....	20
	2.2 Qualidade informacional dos lucros.....	23
	2.3 Conservadorismo.....	25
	2.3.1 Conservadorismo condicional	26
	2.3.2 Conservadorismo incondicional	42
	2.3.3 Críticas ao conservadorismo como padrão de qualidade	55
3	METODOLOGIA	57
	3.1 Hipóteses da pesquisa.....	58
	3.2 Seleção da amostra de empresas e período do estudo	59
	3.3 Procedimentos de coleta e tratamento dos dados	60
	3.4 Técnicas estatísticas	62
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	64
	4.1 Análise dos resultados sobre o comportamento da variável lucro líquido ao longo do período de 2005 a 2009	64
	4.2 Análise dos resultados sobre o comportamento da variável patrimônio líquido ao longo do período de 2005 a 2009	75
	CONCLUSÕES.....	88
	REFERÊNCIAS.....	93
	APÊNDICE A – Amostra da variável lucro líquido	101
	APÊNDICE B – Amostra da variável patrimônio líquido.....	107

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1950, teve início um apelo pela uniformidade de padrões contábeis ao redor do mundo. Em 1957, a *American Association of Accounting* – AAA (1957 apud HENDRIKSEN; BREDÁ, 1999, p. 61), que tem como missão estimular e patrocinar a pesquisa e o desenvolvimento de princípios e padrões de contabilidade, fez a seguinte observação:

A uniformidade de métodos contábeis não é esperada ou necessariamente desejável, mas é essencial que haja uma comparabilidade razoável entre dados divulgados. (...) Quando práticas alternativas corriqueiramente utilizadas levam a resultados significativamente diferentes, é importante que a prática adotada seja especificada e sejam fornecidos os dados indispensáveis para que se obtenha comparabilidade razoável.

Como se pode observar, há muito se proclama que diferentes padrões contábeis interferem diretamente na qualidade da informação divulgada, dificultando a avaliação e comparação do desempenho e da eficiência econômica de companhias que atuam em diferentes países, pelo fato de ficarem sujeitas a uma grande variedade de normas contábeis.

A convergência aos padrões contábeis internacionais apresenta vantagens como uma maior comparabilidade e compreensão da informação contábil por seus usuários. A adoção de um conjunto único de normas contábeis sugere a publicação de informações mais confiáveis, o que contribui para a redução de riscos envolvidos nas decisões de potenciais investidores, independentemente da sua localização geográfica no planeta.

Entre as características da informação contábil divulgada, a confiabilidade é uma das que mais se destacam, porquanto é a partir desse atributo que pode ser avaliado o que o conteúdo das demonstrações e se, de fato, representam a realidade econômica, financeira e patrimonial da entidade respectiva (SANTOS et al, 2010).

Para ser útil, a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livre de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe registrar. Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos ali registrados (CPC, 2007).

Nesse contexto, o conservadorismo consiste em um mecanismo fundamental da estrutura conceitual básica da contabilidade que favorece a divulgação de informações confiáveis.

Conservadorismo consiste no emprego de cautela no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e que passivos e despesas não sejam subestimados (CPC, 2007).

Explica-se tradicionalmente o conservadorismo pela tendência histórica e universal entre os contadores de seguir a regra de “não antecipar o registro de lucros, mas consignar antecipadamente todas as perdas” (BLISS, 1924 apud BASU, 1997, p. 7).

Basu (1997) define o conservadorismo como a tendência dos contadores de exigir um maior grau de verificação para reconhecer perspectivas positivas (*good news*) do que para registrar perdas potenciais (*bad news*), o que se reflete no reconhecimento de perdas econômicas mais tempestivamente do que de ganhos econômicos, devido à assimetria de tratamento dada ao registro antecipado dos dois tipos de fenômeno.

A presença de conservadorismo é um indicativo de qualidade do lucro contábil (WATTS; ZIMMERMAN, 1986; BASU, 1997; BALL; KOTHARI; ROBIN, 2000; WATTS 2003a, 2003b; FRANCIS et al, 2005; BALL; SHIVAKUMAR, 2005, 2006).

Segundo Ball, Kothari e Robin (2000), o conservadorismo aumenta a transparência das demonstrações contábeis, sendo uma importante ferramenta de governança corporativa. Corroborando a opinião dos citados autores, Lopes e Martins (2005) afirmam que o conservadorismo fornece informações mais confiáveis aos investidores por meio de demonstrações contábeis que não sejam tão otimistas.

Ball e Shivakumar (2005) classificam o conservadorismo em conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional. O condicional se manifesta ao ser enfatizada a associação entre a antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas; enquanto isso o conservadorismo incondicional se dá quando a companhia divulga baixos valores de lucro líquido e patrimônio líquido, independentemente de sinais de prováveis perdas econômicas.

O conservadorismo condicional tem como marco a pesquisa desenvolvida por Basu (1997), o qual associa o fenômeno ao registro antecipado assimétrico de perdas econômicas, detectando-se esse reconhecimento pela reversão dos componentes transitórios dos resultados negativos e pela persistência dos sinais quando se registram resultados positivos (COELHO, 2007). O modelo desenvolvido por Basu (1997) é frequentemente apontado como o mais utilizado para avaliar o grau de conservadorismo do resultado contábil (WATTS, 2003b).

Alternativamente, o conservadorismo incondicional corresponde à aplicação dos princípios contábeis geralmente aceitos ou de políticas que reduzem o lucro independentemente das notícias econômicas correntes (PAE; THORNTON; WELKER, 2005), ou seja, de sinais de prováveis perdas econômicas. Assim, a presença do conservadorismo incondicional não apresenta qualquer relação direta no período corrente entre os ganhos ou retornos negativos ou positivos, ou qualquer diferença entre as duas relações (CHANDRA; WASLEY; WAYMIRE, 2004).

A aplicação do conservadorismo incondicional ocorre em eventos subsequentes ao primeiro registro, sendo decorrente da regra segundo a qual entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, igualmente válidas, deve-se escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio dos proprietários, acarretando a redução, de forma absoluta, do patrimônio líquido de todas as empresas (COELHO, 2007).

As pesquisas sobre o conservadorismo incondicional geralmente investigam as diferenças em saldos contábeis que foram registrados de acordo com padrões contábeis distintos. Esses estudos procuram mensurar a significância e a materialidade das diferenças encontradas, utilizando, frequentemente, o Índice de Conservadorismo – IC (GRAY, 1980) para avaliação do lucro líquido e do patrimônio líquido (ADAMS; WEETMAN; GRAY, 1993; UCIEDA, 2003; HAVERTY, 2006; CORDAZZO, 2008; HERNANDEZ et al, 2007).

Com o objetivo de mensurar a materialidade das diferenças entre os lucros demonstrados pelos sistemas contábeis nacionais da Inglaterra, França e Alemanha em relação aos padrões contábeis do método europeu, adotado à época, Gray (1980) desenvolveu o IC, que mede o quanto – e se para mais ou para menos – os resultados obtidos com base nas normas contábeis nacionais se distanciam dos resultados calculados segundo as normas contábeis internacionais. O autor identificou menores lucros (mais conservadores) segundo os padrões contábeis nacionais da França e da Alemanha, em relação aos padrões contábeis do

Método Europeu, ao contrário da Inglaterra, que apresentou lucros menores (mais conservadores) segundo os padrões contábeis do método europeu.

O conservadorismo tem-se destacado como tema de inúmeras pesquisas acadêmicas na área contábil, desde os anos 1980. Essa temática, porém, tem recebido maior atenção dos pesquisadores nos últimos anos, uma vez que, devido ao processo de aceleração da harmonização contábil, torna-se importante examinar suas consequências na qualidade da informação.

No Brasil, vive-se um momento oportuno para a realização de pesquisas sobre o tema, em virtude do processo de harmonização contábil em andamento no país, que, por meio de seus principais órgãos de normatização contábil, empreende esforços para a adoção de normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em âmbito mundial, o IASB é o organismo responsável pela emissão das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), dedicando-se ao estudo e à elaboração de normas de contabilidade internacionais. O IASB foi criado em 2001 para desenvolver um conjunto único de normas contábeis internacionais, capaz de proporcionar mais qualidade, transparência e comparabilidade às informações contábeis.

De 2005 até o presente, as IFRS foram adotadas por diversos países, marcadamente pelos 27 membros da União Europeia. Atualmente, África do Sul, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Indonésia, Japão, México, Rússia e Turquia vêm procedendo à harmonização de suas normas às IFRS (IASB, 2010).

No final de 2007, foi promulgada no Brasil a Lei nº 11.638, que alterou significativamente os tópicos de natureza contábil da Lei nº 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações. O parágrafo 5º do artigo 177 da Lei nº 6.404/1976, introduzido pela Lei nº 11.638/2007, determina que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) devem ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

Ao término de 2008, foi divulgada a Medida Provisória nº 449, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/2009. Essa lei também introduz alterações de natureza contábil na Lei nº 6.404/1976. O parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 11.941/2009 determina que as

normas expedidas pela CVM e pelos demais órgãos reguladores que visem alinhar a legislação societária aos padrões internacionais de contabilidade devem ser cumpridas pelas companhias abertas.

Após a promulgação desses dispositivos legais, a CVM, por meio da Deliberação nº 565/2008, aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o Pronunciamento Contábil CPC 13, que trata da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/2007 e da Medida Provisória nº 449/2008 (posteriormente convertida em lei), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) instituiu para as empresas integrantes do segmento Novo Mercado, considerado o nível mais avançado de governança corporativa, a divulgação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com padrões internacionais de contabilidade. O artigo 6.2 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (2005) prevê que a adoção das normas internacionais de contabilidade deve ocorrer, o mais tardar, a partir da divulgação das demonstrações contábeis referentes ao segundo exercício após ao de obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado.

O artigo 6.2 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (2005) estabelece que as empresas integrantes desse segmento devem elaborar, no idioma inglês, demonstrações consolidadas completas segundo os padrões internacionais IFRS ou *Generally Accepted Accounting Principles in United States of America* (US GAAP) ou divulgar a íntegra das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, no idioma inglês, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais IFRS ou US GAAP.

Nessa mesma direção, as empresas brasileiras também têm aderido aos mercados de capitais internacionais para se capitalizarem, o que exige a conversão de suas demonstrações contábeis para os padrões contábeis internacionais.

As empresas brasileiras listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE) também têm a obrigação de divulgar suas demonstrações contábeis em padrões internacionais, sendo admissível optar pelos padrões internacionais IFRS ou US GAAP.

Uma das principais vantagens da adoção dos padrões internacionais de contabilidade é evitar a aplicação inconsistente do conservadorismo e suas implicações mais comuns: surgimento de reservas ocultas e excessiva criação de provisões na contabilidade (HELLMAN, 2008).

Lopes e Martins (2005, p. 73) ensinam que “o conservadorismo está presente nas estruturas contábeis do FASB, do IASB, do ASB, dentro do modelo brasileiro e em todas as orientações contábeis de que se tem notícia”.

Dessa forma, considerou-se oportuna a investigação dos impactos da adoção dos padrões contábeis internacionais nos resultados de empresas brasileiras, dado o momento de transição para harmonização aos padrões internacionais de contabilidade, assim como da disponibilidade de informações contábeis de empresas brasileiras segundo os padrões contábeis internacionais.

Considera-se relevante esta investigação no Brasil, principalmente por se tratar de um país em desenvolvimento, uma vez que os estudos sobre conservadorismo concentram-se na investigação de países desenvolvidos.

Segundo Leme e Carvalho (2009, p. 34), poucos estudos se dedicaram “à mensuração de até onde as empresas de países em desenvolvimento têm, efetivamente, adotado as IFRS e ao impacto das normas do IASB nas mensurações contábeis e nas práticas de divulgação de países em desenvolvimento”. Corroborando os dois citados autores, Lopes e Martins (2005, p. 8) observam “que existe grande lacuna na literatura contábil relacionada com evidências empíricas em mercados menos desenvolvidos”.

Por se considerar relevante o atual momento de transição para as normas contábeis internacionais, formulou-se a seguinte questão de pesquisa:

A convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS conduz a mudanças significativas nas práticas de conservadorismo incondicional das companhias?

Embora as normas contábeis brasileiras tenham recentemente incorporado padrões internacionais, notadamente vistas como de qualidade, a prática do conservadorismo também é influenciada por características nacionais dos países, como, por exemplo, o comportamento de profissionais no julgamento de estimativas, de sistemas políticos, jurídicos, tributários e

econômicos, além da filosofia de gestão empresarial, da estrutura e do desenvolvimento do mercado de capitais (BALL; ROBIN; WU, 2003). Entende-se, assim, que mudanças isoladas nos princípios contábeis não devem resultar em mudanças significativas nas práticas de conservadorismo das companhias.

Dessa forma, define-se a seguinte hipótese para o estudo:

A convergência das práticas contábeis brasileiras às IFRS não conduz a mudanças significativas nas práticas de conservadorismo incondicional das companhias.

Este estudo tem como objetivo principal **investigar a mudança de práticas contábeis e seus efeitos no nível de conservadorismo incondicional das demonstrações contábeis de companhias abertas que divulgam seus resultados em padrões brasileiros e internacionais.**

No sentido de viabilizar o alcance do objetivo proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- investigar a significância das diferenças entre os lucros e patrimônios líquidos reportados de acordo com os padrões contábeis brasileiros e aqueles reportados segundo padrões internacionais;
- analisar o comportamento do índice de conservadorismo dos lucros e patrimônios líquidos reportados pelas companhias abertas brasileiras no período de 2005 a 2009;
- verificar se padrões contábeis internacionais produzem lucros mais conservadores em comparação com aqueles mensurados com base em padrões contábeis brasileiros.

Além desta introdução, a presente dissertação reúne outros quatro capítulos, descritos a seguir.

No Capítulo 2, que discorre sobre os fundamentos teóricos e conceituais que suportam a pesquisa, destacam-se as discussões sobre as definições dos atributos de qualidade das demonstrações contábeis e sobre o conservadorismo na contabilidade, dando-se ênfase às pesquisas mais relevantes sobre o tema, seus resultados teóricos e evidências empíricas apuradas.

No Capítulo 3 é relatada a metodologia aplicada à pesquisa. Nesse tópico, definiram-se as hipóteses estatísticas a serem testadas, explicitando-se os critérios de seleção da amostra, a coleta e análise dos dados e apresentando-se a ferramenta de pesquisa e os testes estatísticos utilizados na busca de resultados.

O Capítulo 4 mostra e descreve os resultados da pesquisa, apresentando as evidências encontradas e explicitando os resultados dos testes estatísticos aplicados no sentido de responder o problema de pesquisa.

No quinto e último capítulo apresentam-se os comentários finais sobre o estudo, propondo-se alguns temas para estudos futuros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo apresenta os conceitos fundamentais da função econômica da contabilidade, da qualidade informacional dos lucros e do conservadorismo. Aborda também as principais pesquisas sobre conservadorismo condicional e incondicional, desenvolvidas no sentido de detectar e mensurar os níveis de conservadorismo praticados, identificando evidências de informações contábeis confiáveis e de qualidade.

2.1 A função econômica da contabilidade

Segundo o American Institute of Certified Public Accountants – AICPA (1973), a contabilidade tem como função primordial fornecer demonstrativos contábeis com informações úteis para subsidiar decisões de seus usuários, independentemente de seus diversos tipos; ou seja, corresponde ao principal instrumento de informação autêntica para todos os agentes econômicos que gravitam em torno da empresa.

De acordo com Lopes e Martins (2005), a contabilidade visa retratar a realidade econômica que, por definição, não pode ser observada diretamente. Os conceitos de custo, valor e lucro, por exemplo, são amplos e subjetivos, envolvendo uma ampla quantidade de fatores. Os conceitos econômicos, na medida em que se distanciam do fluxo de caixa efetivo, tornam-se mais subjetivos.

Na opinião de Hendriksen e Breda (1999, p. 105), “a informação a respeito de uma dada empresa deve ser apresentada, de modo a permitir que os usuários de relatórios financeiros façam seus próprios julgamentos quanto ao futuro da organização”. Essa afirmação destaca a responsabilidade da contabilidade, ao atribuir valores estimados para a apuração do lucro das companhias.

Conforme ensinam Lopes e Martins (2005), o processo contábil compreende as etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação das atividades econômicas, resultando de um amplo conjunto de forças econômicas, sociais, institucionais e políticas. Essas forças delineiam as principais características do processo contábil, tendo em vista o grau de influência dos agentes interessados.

De acordo com Sunder (1997), a contabilidade desempenha cinco funções de controle na coordenação dos vários contratos firmados entre os agentes ligados à empresa:

- a) Mensuração da contribuição de cada um dos participantes nos contratos;
- b) Mensuração da fatia a que cada um dos participantes tem direito no resultado da empresa;
- c) Informação aos participantes acerca do grau de sucesso no cumprimento dos contratos;
- d) Distribuição da informação a todos os potenciais participantes em contratos com a empresa, para manter a liquidez dos seus fatores de produção; e
- e) Distribuição de informações como conhecimento comum para reduzir custo de negociação dos contratos.

Entre os diversos agentes ligados à empresa, destacam-se os administradores e os acionistas, que possuem interesses bastante distintos dos das demais classes de participantes. Coelho (2007) assinala que esses agentes têm interesses legítimos no fluxo de caixa produzido pela empresa, porém são interesses concorrentes, uma vez que os administradores têm direito a salários, bonificações e prêmios, enquanto os acionistas têm direito residual às riquezas produzidas, ou seja, aos lucros.

Essa divergência de interesses entre as categorias de agentes culmina no conflito de agência. Para reduzir impactos no conflito de agência, tem sido apregoada a chamada remuneração variável, que calcula os bônus dos administradores com base no lucro da empresa. Essa alternativa, porém, pode contaminar o lucro por fatores externos, comprometendo a geração de fluxos de caixa futuros por parte desse lucro, uma vez que os administradores podem se aproveitar de processos discricionários de mensuração (LOPES; MARTINS, 2005).

Coelho (2007) ressalta que, embora os interesses desses contratantes estejam sujeitos e dependentes dos lucros produzidos, há uma assimetria importante na apreensão dos resultados pelos diversos grupos, conforme se destaca a seguir:

- a) Quando a remuneração dos administradores for indexada a conceitos de lucro ou retorno acionário, haverá incentivo para que eles gerenciem os resultados, com oportunismo, e a seu favor, em detrimento dos outros direitos sobre os resultados;
- b) A presença de lucros – positivos e de alta magnitude – garante a sua destinação aos acionistas – majoritários ou minoritários –, os quais podem se apropriar de tais fluxos pela declaração de dividendos ou pela transação de títulos no mercado acionário;

- c) Já os fluxos destinados aos detentores de créditos oriundos de dívidas podem ser manipulados por distribuições dirigidas aos grupos de interesse anteriores; em caso de prejuízo, esse grupo perde todo o seu capital e, na ocorrência de lucro, recebe apenas a parte correspondente a sua cota de capital.

Dessa forma, entende-se como outra importante função da contabilidade a redução da assimetria informacional.

Iudícibus e Lopes (2004) destacam cinco problemas tradicionais sobre o funcionamento da contabilidade dentro de sua essência econômica, relacionados com a governança corporativa:

- a) Os gestores e o sistema contábil – a contabilidade gerencial utiliza instrumentos de poder e controle organizacional, os quais são empregados de acordo com os conflitos de cada organização, não havendo modelo superior;
- b) O lucro e sua mensuração – há influência subjetiva interna e externa no lucro, formado por componentes administrados para atender objetivos organizacionais implícitos e explícitos, não sendo recomendável analisá-lo sem ponderar essa questão;
- c) A contabilidade e o mercado financeiro – é preciso considerar a realidade de cada país, bem como a influência de fatores institucionais no mercado de capitais. A simples aplicação de técnicas econométricas para comprovar comportamentos deve ser complementar ao arcabouço institucional e legal em que está inserida;
- d) o regime de competência – pode ser analisado sob a ótica contratual, já que, embora normas sejam importantes para que não se faça necessária uma análise específica sobre cada contrato, o que inclusive reduziria custos, poderá haver comportamentos específicos associados aos interesses das partes; um exemplo disso é o conservadorismo no reconhecimento de resultados;
- e) O papel dos auditores – pesquisa sobre o papel do auditor é essencial para o entendimento da relevância da constatação dos fatos na contabilidade e nos mecanismos de governança.

Bushman, Piotroski e Smith (2004) destacam que a função econômica da contabilidade também está associada aos seus ambientes institucional, jurídico e político. A prática contábil reage diferentemente a ambientes institucionais diversos, definidos segundo a

origem de seu sistema jurídico: o direito codificado (*Code-law*) ou o direito consuetudinário (*Common-law*).

Em países cujo sistema jurídico se origina do direito consuetudinário (*Common-law*), desenvolve-se um modo de governança das organizações baseado em contratos públicos, em que os conflitos e litígios são resolvidos levando-se em conta a proteção dos direitos de propriedade publicamente definidos e aceitos.

Já em países com sistema jurídico oriundo do direito codificado (*Code-law*), a forma contratual preponderante é aquela que, em termos privados, procura resolver os conflitos e litígios entre as partes por meio da interpretação da lei pelo poder judiciário.

Estudiosos como Ball, Kothari e Robim (2000) argumentam que essas diferenças entre sistemas jurídicos institucionais geram demandas diferenciadas pela informação contábil, uma vez que em países de direito codificado a informação contábil está conforme a norma, enquanto em países de direito consuetudinário sua representação resulta da essência do fato econômico a ser comunicado.

Para Hendriksen e Breda (1999), o principal enfoque da definição dos objetivos da contabilidade concentra-se no cálculo e na apresentação do lucro líquido resultante de regras específicas de realização e vinculação em um balanço que relacione o período corrente a períodos futuros. Paralelamente, Lopes e Martins (2005) afirmam que, dos pontos de vista econômico e informacional, a relevância da informação contábil reside em sua capacidade de prever fluxos futuros.

2.2 Qualidade informacional dos lucros

Segundo Costa (2004), a mensuração contábil exige a utilização de estimativas de valores futuros incertos. Por exemplo, a depreciação é, na verdade, a estimativa da contribuição do imobilizado para a formação do custo de produção do período. O método de depreciação utilizado deve ser o que mensure essa contribuição da melhor forma possível. A utilização de estimativas gera incerteza quanto ao valor correto, sendo palco para mais um importante tema de discussão na contabilidade, relativo à relevância *versus* confiabilidade do valor estimado.

Na opinião de Coelho (2007), a qualidade informacional dos lucros contábeis corresponde a atributos desejáveis da informação publicada para seus usuários, cujo interesse maior consiste em conhecer os números da empresa com o objetivo de proteger os investimentos feitos ali aplicados.

Segundo Black (2001), a demanda por informação contábil de qualidade é influenciada por fatores institucionais que determinam o relacionamento dos fornecedores de recursos – acionistas, investidores, instituições financeiras e credores – com as empresas, quais sejam:

- a) Mercado de capitais abrangente e com participação de grande número de empresas e de investidores;
- b) Garantia de livre participação dos agentes no mercado, independentemente de qualquer privilégio de suas origens;
- c) Conjunto de leis que considerem a proteção do direito de propriedade dos investidores e que estabeleça penalidades para a ocorrência de expropriações e de tentativas de vantagens indevidas;
- d) Sistema judicial que garanta o cumprimento de decisões de tribunais e câmaras de arbitragem; e
- e) Códigos processuais que garantam a eficiente aplicação da legislação.

A ausência dessas condições pode dar ensejo ao fornecimento de informações contábeis não confiáveis, levando os fornecedores de recursos a exigir maiores taxas de remuneração ou a restringir a oferta de recursos, pois os investidores não confiariam nas informações contábeis disponíveis, nem, portanto, as utilizariam para se proteger.

Dessa forma, entende-se que o lucro de alta qualidade informacional é aquele que contém informações sobre a geração de fluxos de caixa futuros, únicas verdadeiramente capazes de evitar perdas para os investidores.

Coelho (2007) aponta como atributos essenciais do lucro contábil a cautela com que serão registrados ganhos econômicos esperados e a oportunidade com que será antecipado o reconhecimento de perdas econômicas estimadas. Tal atitude contempla o lucro com a qualidade de preservar a participação de cada grupo financiador nos fluxos de caixa gerados para o momento de sua realização, além de resguardar fluxos de caixa atuais para cobrir possíveis saídas indesejáveis no futuro.

Assim, um atributo de qualidade das informações é o conservadorismo na apuração do lucro e na avaliação do patrimônio das firmas, de modo que os agentes interessados na empresa possam se proteger antecipadamente de ameaças de perda de seus capitais. Dessa forma, quanto maior for o grau de conservadorismo presente, maior será a qualidade informacional do lucro.

2.3 Conservadorismo

O conservadorismo é um atributo presente na contabilidade, visto como a utilização de práticas contábeis, aplicadas de maneira consistente, que mantenham em nível relativamente baixo o valor contábil líquido dos ativos. Ressalta-se que a eliminação do conservadorismo seria gravemente prejudicial às demonstrações financeiras, pois mudaria o comportamento dos administradores, impondo significativo custo aos investidores e ao mercado de capitais em geral (COSTA, 2004).

Iudícibus (2000, p. 75) comenta a utilização do conservadorismo assinalando que “entre duas ou mais alternativas igualmente relevantes, o contador escolherá aquela que apresentar menor valor para o ativo ou para o lucro e/ou maior valor para o passivo”.

Lopes (2001) destaca o conservadorismo como uma das características mais importantes das práticas e procedimentos contábeis, estando presente nas estruturas conceituais do International Accounting Standards Board (IASB), do Financial Accounting Standards Board (FASB) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

O IASB (2001) define conservadorismo como a utilização de cautela na formulação dos julgamentos necessários na elaboração de estimativas em condições de incerteza, no sentido de que ativos e receitas não sejam superestimados e de que passivos e despesas não sejam subestimados.

O FASB (1980) define conservadorismo como uma reação prudente para tentar garantir que a incerteza e os riscos inerentes a situações de negócios sejam devidamente considerados, diferenciando-se da visão tradicional já comentada.

O CPC (2007) define que conservadorismo ou prudência consiste no emprego de certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas

condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício do conservadorismo não deve possibilitar, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, nem a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, nem a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

Segundo Watts (1993, p. 18), “conservadorismo é um mecanismo em que estimativas confiáveis são requeridas para que lucros possam ser antecipados. Essa exigência ocorre devido à assimetria informacional entre a administração e outras partes da empresa”.

Alguns autores pesquisaram a relação entre o conservadorismo nos lucros e a qualidade informacional da informação contábil. Percebe-se que, em sua maioria, os estudiosos defendem a aplicação do conservadorismo na apuração do lucro contábil, demonstrando que sua utilização resulta em uma informação contábil de qualidade, porque antecipa possíveis saídas de caixa futuras, preservando os fluxos de caixa dos *stakeholders*.

O conservadorismo pode ser classificado em conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional. O conservadorismo condicional corresponde ao fenômeno que enfatiza a associação entre a antecipação do registro e a possibilidade de perdas econômicas, enquanto o conservadorismo incondicional corresponde àquele que incondicionalmente divulga baixos valores de lucro líquido e patrimônio líquido, independentemente de sinais de prováveis perdas econômicas.

A seguir, são apresentados os principais estudos sobre conservadorismo condicional e conservadorismo incondicional, desenvolvidos no sentido de detectar e mensurar os níveis de conservadorismo praticados, identificando evidências de informações contábeis confiáveis e de qualidade.

2.3.1 Conservadorismo condicional

Basu (1997) investigou o reconhecimento assimétrico de boas e más notícias nos lucros, ou seja, se os lucros refletem as más notícias (perdas) mais rapidamente que as boas notícias (ganhos), e como esses lucros incorporam o retorno econômico. Esse autor propôs uma metodologia de investigação empírica do conservadorismo, que se baseia na defasagem temporal entre o reconhecimento de receitas e o reconhecimento de despesas.

Basu (1997) estudou as empresas listadas na New York Stock Exchange (NYSE) durante o período de 1963 a 1990. As observações foram agrupadas por ano fiscal. Para cada empresa foram requeridos os seguintes dados: o resultado no ano corrente, o preço da ação no ano anterior, o valor contábil de ativos e patrimônio líquido no ano anterior e os dados de retorno no ano anterior.

Basu (1997) testou três hipóteses empiricamente. A primeira delas considerava que os lucros refletem as más notícias (perdas) mais tempestivamente do que as boas notícias (ganhos), baseando-se na presunção de que os contadores são mais cautelosos no reconhecimento de receitas quando comparado ao reconhecimento de despesas.

Para testar essa primeira hipótese de tempestividade assimétrica, Basu (1997) utilizou os retornos anuais negativos e positivos das cotações das ações das empresas estudadas como *proxies* para más notícias e boas notícias, respectivamente. Foi mensurado o grau de associação entre a informação contábil (retorno contábil) e a informação analisada pelos investidores (retorno das ações), verificando se o resultado contábil é associado mais rapidamente à informação de mercado quando esta é negativa (retorno negativo das ações) do que quando é positiva (retorno positivo das ações).

Para tanto, Basu (1997) idealizou a seguinte formulação matemática:

$$LPA_{i,t} / P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 R_{i,t} + \alpha_2 D_{i,t} + \alpha_3 D_{i,t} * R_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

onde

$LPA_{i,t}$ refere-se ao resultado contábil (lucro/prejuízo) por ação da empresa i no ano t ;

$P_{i,t-1}$ refere-se ao preço da ação da empresa i à época da divulgação contábil referente ao ano $t-1$;

$R_{i,t}$ refere-se ao retorno da ação da empresa i à época da divulgação contábil referente ao ano t ;

$D_{i,t}$ refere-se a uma variável *Dummy* que assume valor 1 quando o retorno da ação ($R_{i,t}$) é negativo e assume valor 0 quando o retorno simples é positivo;

$\epsilon_{i,t}$ é o termo de erro; e

α_0 , α_1 , α_2 e α_3 são os parâmetros a serem estimados.

O parâmetro α_0 não tem significado econômico/teórico, e sua análise não é relevante no presente modelo. O parâmetro α_1 mensura a velocidade do reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil. Valores maiores e mais significativos para α_1 indicam que a informação contábil das empresas é transmitida em tempo hábil. O parâmetro α_2 mensura a defasagem temporal entre o reconhecimento contábil de boas e o de más notícias já absorvidas pelo preço de mercado (*proxy* para o grau de conservadorismo). Valores mais significativos e maiores em módulo para α_2 indicam maior presença de conservadorismo. Por fim, o coeficiente α_3 mensura a intensidade dessa defasagem temporal entre o reconhecimento de boas e o de más notícias (*proxy* para o grau de conservadorismo). Valores mais significativos e maiores para α_3 indicam maior grau de conservadorismo. Outro tipo de análise pode ser feito por meio da diferença “ $|\alpha_3| - |\alpha_1|$ ”, que representa a diferença de velocidade entre o reconhecimento de más notícias e o das notícias em geral. Valores maiores para a diferença $|\alpha_3| - |\alpha_1|$ também indicam maior grau de conservadorismo (ANTUNES, 2009).

Os resultados encontrados confirmaram a primeira hipótese do estudo, uma vez que os dados da amostra apresentaram evidências de que os lucros reconhecem mais tempestivamente as más notícias (perdas antecipadas) do que as boas notícias (ganhos antecipados).

A segunda hipótese do estudo de Basu (1997) considerou que o resultado contábil é incorporado ao fluxo de caixa mais oportunamente quando há más notícias (perdas não realizadas) do que quando há boas notícias (ganhos não realizados). Para o autor, perdas não realizadas reconhecidas antecipadamente reduzem os lucros correntes, porém não alteram os fluxos de caixa correntes, enquanto ganhos não realizados nem afetam os lucros correntes nem os fluxos de caixa correntes. Assim, em uma situação em que haja perdas e ganhos antecipados em um mesmo valor, os lucros seriam apenas reduzidos, enquanto os fluxos de caixa não seriam alterados. Portanto, Basu (1997) entende que os lucros correntes são mais conservadores do que os fluxos de caixa correntes.

Para testar a segunda hipótese, Basu (1997) utilizou o seguinte modelo:

$$Y = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{i,t} + \beta_0 D_{i,t} + \beta_1 R_{i,t} * DR_{i,t} + \epsilon_{i,t}$$

onde

Y refere-se ao aumento da oportunidade dos lucros sobre os fluxos de caixa;

$R_{i,t}$ refere-se ao retorno da ação da empresa i à época da divulgação contábil referente ao ano t ;

$D_{i,t}$ refere-se a uma variável *Dummy* que assume valor 1 quando o retorno da ação ($R_{i,t}$) é negativo e assume valor 0 quando o retorno simples é positivo;

$\epsilon_{i,t}$ é o termo de erro;

α_0 , α_1 , β_0 e β_1 são os parâmetros a serem estimados.

O parâmetro β_0 refere-se aos retornos negativos (lucro/prejuízo) por ação da empresa, enquanto o parâmetro β_1 refere-se aos retornos positivos (lucro/prejuízo) por ação da empresa em determinado período.

Os resultados encontrados por Basu (1997) confirmam sua segunda hipótese, de que os fluxos de caixa incorporam perdas não realizadas mais tempestivamente do que ganhos antecipados. Assim, a tempestividade das más notícias sobre o fluxo de caixa é maior do que a tempestividade das boas notícias, o que é consistente com o conservadorismo.

A terceira hipótese considera que más notícias (perdas antecipadas) geram impacto temporário nos lucros das empresas, enquanto as boas notícias (ganhos antecipados) geram impacto permanente. Devido à maior cautela no reconhecimento de ganhos provenientes de boas notícias, estas possuem um efeito persistente nos lucros, uma vez que este pode ser refletido parcialmente nos ganhos correntes, antes e depois de serem verificados. Em contraste, depois do reconhecimento de más notícias, as perdas antecipadas já foram inteiramente registradas, não havendo, assim, outras parcelas a serem incorporadas a períodos subsequentes, de modo que os lucros futuros não serão afetados.

Para testar a terceira hipótese, Basu (1997) utilizou o seguinte modelo:

$$\Delta X_{i,t}/P_{i,t-1} = \alpha_0 + \alpha_1 D + \beta_0 \Delta X_{i,t-1} / P_{i,t-2} + \beta_1 D * \Delta X_{i,t-1} / P_{i,t-2} + \epsilon_{i,t}$$

onde

$\Delta X_{i,t}$ refere-se à mudança no lucro da empresa i à época da divulgação contábil referente ao ano t para o ano j ;

$X_{i,t}$ refere-se ao lucro da empresa i à época da divulgação contábil referente ao ano t ;

$P_{i,t-1}$ refere-se ao preço da ação da empresa i à época da divulgação contábil referente ao ano $t-j$;

$D_{i,t}$ refere-se a uma variável *Dummy* que assume valor 1 quando o retorno da ação ($R_{i,t}$) é negativo e assume valor 0 quando o retorno simples é positivo;

$\epsilon_{i,t}$ é o termo de erro;

α_0 , α_1 , β_0 e β_1 são os parâmetros a serem estimados.

Os resultados revelaram-se consistentes com a hipótese, ao ser evidenciado que más notícias geram impacto temporário nos lucros, enquanto boas notícias geram impacto permanente.

Pope e Walker (1999) estudaram a prática do conservadorismo dos lucros segundo os princípios contábeis geralmente aceitos nos EUA e no Reino Unido. Esses autores verificaram se a resposta do lucro contábil a mudanças no valor de mercado da empresa variava em função da correlação de tais mudanças com as boas notícias (antecipação de ganhos) ou as más notícias (antecipação de perdas).

Pope e Walker (1999) estudaram as empresas listadas nas Bolsas de Valores americanas (NYSE/AMEX) e na Bolsa de Valores de Londres (London Stock Exchange), durante o período de 1976 a 1996. As observações foram agrupadas por ano fiscal. Com relação a cada empresa foram requeridos os seguintes dados mínimos: lucros por ação antes e depois de itens extraordinários e operações descontinuadas, preço da ação no final do exercício fiscal corrente, resultado do ano corrente por ação e itens extraordinários por ação. Itens extraordinários correspondem a valores materiais derivados de eventos ou transações que não façam parte das atividades ordinárias da empresa, ou seja, cuja ocorrência frequente não é esperada.

Os resultados do estudo revelaram que o grau de conservadorismo das empresas americanas é maior que o das empresas britânicas, quando analisado o lucro antes dos itens extraordinários. Entretanto, a situação se inverte quando a variável é investigada com o lucro após os itens extraordinários. Observou-se certo retardamento das empresas americanas para

reconhecer boas notícias nos lucros. Os autores concluíram que, ao se estudar o conservadorismo, é interessante observar duas questões centrais: o retardamento para reconhecer boas notícias e a antecipação para reconhecer más notícias.

Ball, Kothari e Robin (2000) utilizaram o modelo proposto por Basu (1997) para estudar o conservadorismo em países que possuem sistema jurídico codificado, no caso a França, a Alemanha e o Japão, e em países com sistema jurídico consuetudinário, como Austrália, Canadá, EUA e Reino Unido. Os autores argumentam que a necessidade de cada país por informações de qualidade se altera de conformidade com o seu sistema jurídico.

Para esses autores, a diferença fundamental entre os países de direito consuetudinário e aqueles de sistema codificado é o nível de proximidade entre a empresa e seus *stakeholders*, como acionistas, investidores, financiadores, empregados, fornecedores, clientes e governo. Argumentam que a governança corporativa dos países de direito codificado, devido à proximidade entre a administração e os usuários das informações contábeis, tende a ser conduzida para atender especificamente a esses usuários, não havendo, portanto, demanda para divulgação com maior abrangência. Já nos países de direito consuetudinário são exigidas informações transparentes, tempestivas e confiáveis, ou seja, o lucro não é visto como simples fonte de prestação de contas aos *stakeholders*, mas, sim, como redutor da assimetria informacional entre a administração e os usuários da informação contábil. Dessa forma, os autores testaram a hipótese de que os lucros de empresas de países de direito consuetudinário possuem maior qualidade do que aqueles de países de direito codificado.

Ball, Kothari e Robin (2000) examinaram as características oportunidade e conservadorismo nos lucros das empresas de países com sistema jurídico codificado e em países com sistema consuetudinário. A oportunidade (*timeliness*) corresponde à incorporação do lucro econômico do período corrente pelo lucro contábil, sendo o lucro econômico representado pela mudança no valor de mercado das ações no período. O conservadorismo corresponde à incorporação assimétrica de ganhos e perdas econômicas pelo lucro do período.

Os resultados revelaram que, com exceção da França, os países de direito consuetudinário apresentam lucros até três vezes mais oportunos do que os países de direito codificado. Além disso, com exceção da França e do Japão, os resultados indicaram que o lucro é assimetricamente conservador em todos os países, incorporando perdas econômicas mais oportunamente do que ganhos. Infere-se, dessa forma, que os lucros das empresas de

países de direito consuetudinário são, em geral, mais conservadores do que os das companhias de países de direito codificado, o que é consistente com a hipótese que os autores haviam formulado.

Lubberink e Huijgen (2000) estudaram a relação entre o conservadorismo condicional e o grau de preferência dos administradores pelo risco. Os autores concordam com a ideia de que o conservadorismo tem o propósito de reduzir a possibilidade de conflito sobre a distribuição dos fluxos de caixa da empresa entre os diversos *stakeholders* (acionistas, investidores, financiadores, empregados, fornecedores, clientes e governo). Segundo defendem, para reduzir os riscos que possam afetar a empresa, os administradores aumentam o nível de conservadorismo dos lucros.

Esses dois autores criticam a prática do conservadorismo, pois entendem que ele pode levar a resultados menos informativos sobre o desempenho da empresa. Se a empresa apresenta excelentes perspectivas para o futuro, o conservadorismo gerará lucro contábil menos informativo. Dessa forma, o administrador precisará decidir entre reportar resultado mais conservador, porém menos informativo, e reportar resultado menos conservador, porém mais oportuno. No primeiro caso o administrador estará evitando conflito na interpretação do resultado. No segundo caso ele tem mais oportunidade de comunicar seu desempenho para o mercado. Se as consequências negativas de reportar resultados mais oportunos forem grandes para o administrador, é mais provável que ele prefira reportar resultados mais conservadores.

Lubberink e Huijgen (2000) introduziram a ideia de que os administradores têm diferentes graus de preferência pelo risco. Segundo os autores, nos demais trabalhos sobre conservadorismo, a variável “preferência dos administradores” sempre foi considerada constante. Os autores aplicaram o modelo proposto por Basu (1997) em empresas com ações negociadas na Bolsa de Valores de Amsterdã, no período de 1983 a 1995.

Os resultados demonstraram que o grau de preferência dos administradores pelo risco também explicam o conservadorismo condicional, ou seja, o conservadorismo é afetado pela preocupação da administração com a divulgação do desempenho da empresa. Os autores concluem também que administradores avessos ao risco apresentam lucros mais conservadores que administradores não avessos ao risco.

Ball, Robin e Wu (2000) estudaram o conservadorismo condicional nos lucros de empresas chinesas mensurados de acordo com os padrões contábeis do IASB e com os padrões chineses. Eles defendem que o reconhecimento oportuno de perdas econômicas no lucro contábil corresponde a uma medida de transparência e qualidade das demonstrações contábeis.

O governo chinês, por meio do Ministério das Finanças, implantou em 1992 um órgão responsável pelo desenvolvimento de normas contábeis nacionais chinesas. Os padrões contábeis da China foram definidos mediante adaptação do antigo sistema contábil soviético para um sistema contábil predominantemente anglo-saxão. Entretanto, diferentemente dos padrões contábeis dos EUA e do Reino Unido, que são marcados pela predominância do mercado de capitais e pelo sistema jurídico de direito consuetudinário, as novas normas contábeis chinesas se originaram exclusivamente de códigos escritos pelo Estado, desconsiderando a influência do mercado, sendo assim um sistema contábil codificado. Por esse motivo, as demonstrações contábeis emitidas segundo os padrões contábeis chineses eram consideradas pelos investidores estrangeiros como de menos transparência.

Assim, devido ao destaque dado pela comunidade internacional às normas contábeis emitidas pelo IASB, a China também passou a gradativamente incorporar as normas IFRS em seus padrões contábeis, requerendo inclusive a publicação de demonstrações em padrões internacionais para empresas listadas em segmento especial das bolsas de valores chinesas.

Os autores aplicaram o modelo de Basu (1997) em empresas chinesas com ações negociadas em bolsas de valores do país, no período de 1992 a 1998. O estudo revelou que tanto os lucros divulgados segundo as normas contábeis nacionais chinesas quanto aqueles publicados segundo as normas internacionais emitidas pelo IASB não incorporavam oportunamente as perdas econômicas. Esse resultado é menos surpreendente para as normas contábeis chinesas, porque, embora adotem conceitos do IASB, ainda não incorporaram importantes regras de redução de assimetria informacional, como, por exemplo, regras de avaliação de custo ou mercado dos dois o menor e teste de recuperabilidade de ativos de longo prazo. Os autores também consideraram surpreendente a ausência de conservadorismo condicional nos lucros divulgados segundo as normas do IASB, uma vez que esse modelo, por ser baseado no sistema contábil de direito consuetudinário, deveria aumentar a qualidade das demonstrações.

Ball, Robin e Wu (2000) atribuem esses resultados aos baixos incentivos econômicos oferecidos aos administrados e auditores para o reconhecimento oportuno de perdas econômicas, além da grande influência de políticas e práticas fiscais sobre a divulgação das demonstrações contábeis. Os resultados sugerem que a qualidade da informação contábil não aumenta com a simples imposição de normas pelo governo, ou simplesmente ao se adotar ou imitar normas internacionais de contabilidade, mas, sim, com a reforma das instituições nacionais, como, por exemplo, o sistema legal, de governança corporativa, de treinamento de auditores e independência.

Huijgen e Lubberink (2003) estudaram o conservadorismo condicional em empresas britânicas listadas em bolsas de valores nos EUA e no Reino Unido. Os autores buscaram evidências de diferenças no grau de conservadorismo considerando o ambiente institucional de cada um desses dois países e a aplicação de normas contábeis britânicas e americanas.

Huijgen e Lubberink (2003) consideraram os EUA e o Reino Unido interessantes para a pesquisa, devido às diferenças institucionais entre as economias dos dois países. Os autores apontam que o ambiente regulatório nos EUA é bem mais rigoroso do que no Reino Unido, o que se justifica pela soberania do poder da Securities and Exchange Commission (SEC) de revisar demonstrações contábeis e penalizar os responsáveis por fraudes e erros e pela acentuada exposição dos seus administradores a litígios. Devido às diferenças aparentes entre os ambientes de divulgação contábil desses dois países, os autores acreditam que o grau de conservadorismo nos lucros de cada empresa iria depender do ambiente em que estivesse listada.

Huijgen e Lubberink (2003) formularam a hipótese de que, segundo os padrões contábeis britânicos, os lucros de empresas listadas em bolsas de valores dos EUA eram significativamente mais conservadores do que de empresas britânicas não listadas. Os autores formularam uma segunda hipótese, de que os lucros divulgados de acordo com o padrão Generally Accepted Accounting Principles in United States of America (US GAAP) não eram significativamente mais conservadores do que aqueles publicados segundo as normas contábeis britânicas.

Os autores aplicaram o modelo de Basu (1997) em empresas britânicas listadas na Bolsa de Valores de Londres e na NYSE. Os resultados confirmaram as duas hipóteses enunciadas, pois revelaram que as empresas britânicas listadas em bolsas dos EUA

apresentavam lucros mais conservadores do que aquelas listadas apenas em bolsas britânicas. Também confirmaram que os lucros divulgados de acordo com as normas contábeis das empresas listadas em bolsas de valores dos EUA não são significativamente mais conservadores do que aqueles publicados segundo as normas contábeis britânicas. Esse comportamento é atribuído ao fato de os administradores visualizarem maior risco de litígio nos EUA, onde os investidores se preocupam mais com o conservadorismo.

Ball, Robin e Wu (2003) estudaram o conservadorismo condicional em países do leste asiático, como Hong Kong, Malásia, Singapura e Tailândia, buscando diferenças no grau de conservadorismo condicional em função de questões institucionais, legais e políticas do ambiente contratual.

As normas contábeis dos países estudados são consideradas de elevado padrão de qualidade, uma vez que derivam de sistema jurídico consuetudinário, devido à forte influência colonial britânica. Os autores acreditam, porém, que incentivos econômicos oferecidos a auditores e administradores podem influenciar a escolha entre práticas contábeis, alterando a qualidade das demonstrações financeiras. Esses incentivos dependem da interação do mercado com as forças políticas e legais do ambiente contratual. As forças de mercado correspondem ao nível de exigência de qualidade da informação financeira requerida por seus usuários, demonstrada pelo grau de desenvolvimento do mercado de capitais. As forças políticas incluem o grau de envolvimento dos governos na codificação e aplicação de normas contábeis, principalmente no que tange à legislação tributária. Essas variáveis econômicas e políticas afetam profundamente a qualidade das demonstrações financeiras.

Os autores utilizaram o modelo proposto por Basu (1997) para investigar empresas listadas em nos quatro citados países, no período de 1984 a 1996. Os resultados apontaram que esses países não reconhecem perdas mais oportunamente que ganhos, indicando baixa qualidade das demonstrações contábeis em todos eles. Observa-se, assim, que mesmo em países com normas contábeis derivadas de direito consuetudinário, consideradas de alta qualidade, os incentivos podem prevalecer no processo de elaboração dos relatórios financeiros. Verifica-se que a adoção de normas contábeis com elevados padrões de qualidade não garante a qualidade da informação contábil. Os autores destacaram ainda que mesmo sendo adotadas as normas internacionais de contabilidade do IASB, a qualidade das demonstrações financeiras somente será assegurada se forem alterados drasticamente os mecanismos políticos, jurídicos e econômicos que afetam os incentivos aos relatórios.

Bushman e Piotroski (2005) estudaram o conservadorismo condicional em empresas de 38 países listadas na NYSE, no período de 1992 a 2001. Destaca-se que aproximadamente 65% da amostra corresponderam a observações de empresas dos EUA, Japão e Reino Unido.

Entendem os autores que o sistema jurídico de um país pode impactar a qualidade das suas informações contábeis. O estudo se alicerça na premissa fundamental de que o sistema regulatório de um país, dado por leis que disciplinam o mercado de capitais, a economia política e o regime tributário, pode criar incentivos que influenciam o comportamento dos executivos, investidores, reguladores e outros participantes do mercado.

Os resultados indicaram que as empresas de países com sistema jurídico consuetudinário são mais conservadoras do que aquelas de países com sistema de direito codificado. Evidenciaram ainda que em países de direito consuetudinário, quanto maior for a participação estatal no capital das empresas, menor é o grau de conservadorismo. Finalmente, os resultados mostraram ainda que os países com forte proteção aos direitos do investidor são substancialmente mais conservadores do que aqueles com pouca proteção a tais direitos.

Pae, Thornton e Welker (2005) estudaram a correlação entre o conservadorismo condicional e o índice *price-to-book* (valor de mercado da ação dividido pelo seu valor patrimonial) em empresas dos EUA. Esse estudo foi pioneiro na associação do conservadorismo condicional ao índice *price-to-book*.

No entendimento dos autores, quanto maior for o valor de mercado da ação de uma empresa, maior é o seu índice *price-to-book*. Se as demais variáveis se mantiverem constantes, quanto menor for o índice *price-to-book*, mais conservadores são os lucros. Tal concepção decorre de três motivações que demandam informações mais conservadoras: litígios de acionistas, ambiente regulatório e partes contratuais. Segundo os autores, empresas com menor índice *price-to-book* são mais suscetíveis de enfrentar dificuldades financeiras e problemas de liquidez, em razão do que essas três fontes de informações demandam maior conservadorismo de seus lucros.

Os autores testaram a hipótese de que o conservadorismo condicional é substancialmente maior em empresas com menores índices *price-to-book* e também a hipótese de que essa associação negativa entre conservadorismo condicional e índice *price-to-book*

decorre do componente *accrual* nos lucros, e não de fluxos de caixa operacionais. Os autores aplicaram o modelo de Basu (1997) para investigar empresas no período de 1970 a 2001.

Os resultados obtidos foram consistentes com a primeira hipótese, porquanto apontaram que empresas com menores índices *price-to-book* apresentaram níveis de conservadorismo substancialmente mais elevados do que os de empresas com índices *price-to-book* mais altos. Os resultados também confirmaram a segunda hipótese, de que essa associação negativa decorre do componente *accrual* nos lucros, e não de fluxos de caixa operacionais.

Ball e Shivakumar (2005) investigaram o conservadorismo condicional em empresas de capital aberto e de capital fechado no Reino Unido, no período de 1989 a 2000, excluindo-se os segmentos bancos, seguros e outras instituições financeiras. As empresas estudadas estavam sujeitas a normas equivalentes de contabilidade, tributos e auditoria.

No Reino Unido, as principais instituições reguladoras da elaboração das demonstrações financeiras são equivalentes para as empresas abertas e para as fechadas: as mesmas normas contábeis são aplicadas na elaboração de demonstrações anuais; as demonstrações contábeis divulgadas por empresas privadas devem ser auditadas; e a legislação tributária é a mesma para empresas de capital aberto e para as de capital fechado. Entretanto, os autores acreditam que o usuário da informação financeira de empresa de capital aberto difere-se substancialmente do usuário de empresa de capital fechado.

Segundo os autores, as informações divulgadas por empresas de capital fechado destinam-se a uma menor quantidade de usuários, em comparação com empresas de capital aberto, não havendo, portanto, demanda para divulgação de maior abrangência. Por esse motivo, os autores entendem que informações contábeis de empresas de capital fechado apresentam maior risco de serem influenciadas pela política fiscal, pela política de dividendos e por outras políticas.

Os resultados apresentaram evidências consistentes de que os lucros de empresas de capital fechado possuem qualidade inferior à daqueles de empresas de capital aberto, apesar de ambos serem preparados sob as mesmas instituições regulatórias. Assim, as demonstrações contábeis de empresas de capital aberto apresentam qualidade superior devido a sua maior utilidade, uma vez que são demandadas por diversos usuários, como, por exemplo, acionistas,

investidores, credores e administradores. Esses resultados apoiam a hipótese de que a abrangência da utilidade pública é fator determinante da qualidade das demonstrações financeiras.

Os autores também ressaltaram que a qualidade inferior dos lucros das empresas de capital fechado não implica falha da contabilidade ou da auditoria, ou a necessidade mais rígida de regulamentação, pois resulta da diferença entre os dois tipos de usuários da informação financeira dessas duas categorias de empresas. Os resultados também auxiliam na compreensão do papel econômico das normas de contabilidade, questão, aliás, negligenciada pela literatura, sugerindo que as normas de contabilidade não são absolutas e que seus efeitos sobre as demonstrações contábeis podem ser influenciados por outros fatores, como, por exemplo, a demanda pela informação.

Pesquisadores brasileiros também investigaram o conservadorismo condicional utilizando o modelo de Basu (1997).

Costa (2004) investigou o conservadorismo condicional nas empresas da Argentina, do Brasil, da Colômbia, do Peru e da Venezuela, no período de 1995 a 2001. O autor concluiu que o reconhecimento das más notícias é maior do que o reconhecimento das boas notícias, evidenciando-se, assim, a presença de conservadorismo nos resultados desses cinco países. Esses resultados corroboram a literatura, ou seja, que nesses países, devido à relação entre modelos de governança corporativa e a relevância da informação contábil, juntamente com seu ambiente institucional, o lucro contábil não incorpora significativamente o retorno econômico. Os autores ressaltaram também que embora nesses países o principal foco da informação contábil não seja o mercado de capitais, isso não significa que suas informações contábeis não sejam relevantes, uma vez que a contabilidade possui outros usuários e desempenha outros papéis.

Santos (2006) investigou a utilização do conservadorismo nos demonstrativos contábeis nos padrões Generally Accepted Accounting Principles in Brazil (BR GAAP) e US GAAP das empresas brasileiras emissoras de American Depositary Receipt (ADR) negociadas na NYSE, no período de 1999 a 2004. Motivado pela pesquisa de Costa (2004) e pela baixa dimensão de explicações sobre a utilização do conservadorismo na contabilidade de empresas brasileiras, Santos aplicou o modelo de Basu (1997) nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras nos padrões contábeis BR GAAP e US GAAP. Os

resultados apresentaram indícios de que o lucro contábil de acordo com as normas brasileiras é mais oportuno que aquele divulgado segundo as normas dos EUA.

Kaizer et al (2007) investigaram o conservadorismo condicional em empresas do setor elétrico brasileiro e em empresas brasileiras que não sofrem incidência de regulamentação contábil específica. Foi aplicado o modelo proposto por Basu (1997), no período de 1998 a 2006. Verificou-se que os lucros das empresas que não sofrem regulamentação contábil são menos conservadores em comparação com as empresas de energia elétrica, evidenciando, portanto, diferença na aplicação do conservadorismo entre os dois grupos de empresas. Pode-se, assim, inferir que a incidência de regulamentação contábil específica pode modificar o nível de utilização do conservadorismo dos lucros.

Coelho (2007) avaliou a presença de conservadorismo dos lucros, utilizando o modelo de Basu (1997) e o modelo de Ball e Shivakumar (2005) em companhias brasileiras de capital aberto e de capital fechado, no período de 1995 a 2004. Os resultados encontrados evidenciaram a ausência de conservadorismo nos resultados contábeis das empresas pesquisadas, indicando que a demanda pela informação contábil não exige tal atributo de empresas brasileiras. Esses resultados indicam que os lucros contábeis não são estimadores eficientes de fluxos futuros de caixa e apontam para a conclusão de que os ajustes contábeis são efetuados pelos gestores com propósitos oportunistas.

Brito, Lopes e Coelho (2008) investigaram o conservadorismo nos resultados contábeis de instituições financeiras estatais e privadas que atuam no Brasil. Os autores examinaram se os resultados contábeis das instituições financeiras apresentavam atributos de conservadorismo condicional e se essa característica é diferenciadora entre bancos estatais e bancos privados. Aplicaram-se os modelos propostos por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005) em instituições financeiras, durante o período de 1997 a 2007. Os resultados indicaram que os lucros das instituições financeiras, considerados conjuntamente, não apresentam atributos de conservadorismo condicional. Entretanto, examinando-se instituições públicas e privadas separadamente, há evidências da presença de conservadorismo apenas nos resultados publicados pelos bancos estatais.

Mendonça (2008) analisou o impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) no conservadorismo das empresas brasileiras listadas na NYSE. Foram utilizados os modelos de Basu (1997) e de Ball e Shivakumar (2005) em empresas que emitiram ADR antes de 2002.

Os resultados revelados pelos dois modelos não foram significativos, porém aqueles evidenciados pelo modelo de Basu (1997) apontam indícios de que houve aumento dos níveis de conservadorismo após a implantação da SOX. Contudo, esse aumento no nível de conservadorismo também foi observado em todas as empresas brasileiras, podendo-se inferir que houve aumento do conservadorismo brasileiro a partir de 2002, porém por fatores econômicos não decorrentes da SOX.

Moreira et al (2009) investigaram o conservadorismo condicional e a qualidade informacional das demonstrações contábeis publicadas pelas três maiores companhias siderúrgicas brasileiras: CSN, Gerdau e Usiminas. Os autores aplicaram o modelo de Basu (1997) nas siderúrgicas, no período de 1999 a 2007. Os resultados indicaram que não há reconhecimento assimétrico do retorno econômico pelo lucro, ou seja, que os resultados das três companhias não reconhecem as perdas (más notícias) mais oportunamente do que os ganhos (boas notícias). Assim, não foi identificada a presença de conservadorismo condicional nos lucros divulgados.

Coelho, Cia e Lima (2010) estudaram o conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras publicados segundo os padrões contábeis BR GAAP e US GAAP. Os autores aplicaram os modelos de Basu (1997) e de Ball e Shivakumar (2005) em companhias abertas brasileiras listadas na NYSE, no período de 1993 a 2005. Os resultados evidenciaram que não há diferenças nos graus de conservadorismo condicional entre balanços elaborados de acordo com os sistemas contábeis BR GAAP e US GAAP, indicando que a utilização de diferentes padrões contábeis não modifica os níveis de conservadorismo na divulgação de resultados.

Santos et al (2010) investigaram se, após a vigência da Lei nº 11.638/2007, houve alteração no grau de conservadorismo condicional de companhias abertas brasileiras. Os autores defendem que a promulgação da citada lei ocasionou modificações substanciais nas práticas contábeis brasileiras, podendo tais mudanças apresentar impactos significativos no conservadorismo dos resultados, aspecto diretamente relacionado à qualidade da informação contábil divulgada. Santos et al (2010) aplicaram o modelo de Basu (1997) em companhias não financeiras de capital aberto listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S. A. (BM&FBovespa), no período entre 2005 e 2009. Os resultados encontrados sugerem não ser possível inferir se as novas normas tiveram algum efeito no grau de reconhecimento

assimétrico de perdas econômicas ainda não realizadas em relação aos ganhos, nem tampouco se, na condição pesquisada, o lucro contábil reflete de forma oportuna o resultado econômico.

O Quadro 1 apresenta um resumo dos estudos sobre conservadorismo condicional tratados no presente estudo.

Quadro 1 – Revisão das pesquisas sobre conservadorismo condicional

Autor	Hipótese	Resultado
Painel A – Pesquisas internacionais		
Basu (1997)	Lucro contábil incorpora perdas econômicas mais oportunamente do que ganhos	Hipótese confirmada
Pope e Walker (1999)	Maior conservadorismo em empresas do EUA do que em britânicas	Hipótese confirmada
Ball, Kothari e Robin (2000)	Conservadorismo varia de acordo com o sistema jurisdicional de cada país	Hipótese confirmada (maior conservadorismo em empresas de direito consuetudinário)
Lubberink e Huijgen (2000)	Grau de conservadorismo varia em função do grau de aversão dos administradores ao risco	Hipótese confirmada (os administradores avessos ao risco apresentam lucros mais conservadores)
Ball, Robin e Wu (2000)	Maior conservadorismo após a harmonização internacional de princípios contábeis na China	Hipótese refutada (os padrões contábeis internacionais não se revelaram mais conservadores)
Huijgen e Lubberink (2003)	Maior conservadorismo em empresas listadas em bolsas nos EUA do que em bolsas nacionais	Hipótese confirmada
Ball, Robin e Wu (2003)	Maior conservadorismo após a harmonização internacional de princípios contábeis em países asiáticos	Hipótese refutada (os padrões contábeis internacionais não se revelaram mais conservadores)
Bushman e Piotroski (2005)	Países com sistema jurídico codificado são mais conservadores do que aqueles com sistema consuetudinário	Hipótese confirmada
Pae, Thornton e Welker (2005)	Conservadorismo é maior em empresas com menores índices preço da ação / valor patrimonial	Hipótese confirmada
Ball e Shivakumar (2005)	Empresas de capital aberto são mais conservadoras do que as de capital fechado	Hipótese confirmada
Painel B – Pesquisas nacionais		
Costa (2004)	Argentina, Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela evidenciam forte presença de conservadorismo em seus resultados contábeis	Hipótese confirmada

Painel B – Pesquisas nacionais		
Santos (2006)	Nível de utilização do conservadorismo é maior nos demonstrativos com configuração contábil em US GAAP do que em BR GAAP	Hipótese refutada
Kaizer et al (2007)	Grau de conservadorismo é alterado mediante incidência de regulamentação contábil específica	Hipótese confirmada
Coelho (2007)	Resultados contábeis publicados pelas empresas brasileiras não contêm o requisito de conservadorismo condicional	Hipótese confirmada
Brito, Lopes e Coelho (2008)	Lucros das instituições financeiras, considerados conjuntamente, não apresentam atributos de conservadorismo condicional	Hipótese confirmada
Mendonça (2008)	Houve aumento do grau de conservadorismo nas empresas brasileiras emissoras de ADR após a SOX	Hipótese confirmada
Moreira et al (2009)	Há conservadorismo nos resultados contábeis publicados pelas três maiores companhias siderúrgicas brasileiras (CSN/Gerdau/Usiminas)	Hipótese refutada
Coelho, Cia e Lima (2010)	Há diferenças nos graus de conservadorismo condicional de companhias brasileiras publicados em BR GAAP e US GAAP	Hipótese refutada
Santos et al (2010)	Houve alteração no grau de conservadorismo condicional de companhias abertas brasileiras após a vigência da Lei nº 11.638/2007	Hipótese refutada

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura.

2.3.2 Conservadorismo incondicional

Alternativamente ao conservadorismo condicional, o conservadorismo incondicional corresponde à aplicação dos princípios contábeis geralmente aceitos ou de políticas que reduzem o lucro, independentemente das notícias econômicas correntes ou de sinais de prováveis perdas econômicas (PAE; THORNTON; WELKER, 2005).

O conservadorismo incondicional ou “Prudência” é um princípio básico de contabilidade que pode ser assim exemplificado: entre duas ou mais alternativas igualmente relevantes, o contador escolherá aquela que apresentar menor valor para o ativo ou para o lucro e/ou maior valor para o passivo (IUDÍCIBUS, 2000).

Gray (1980) desenvolveu o Índice de Conservadorismo (IC), o qual vem sendo amplamente utilizado na mensuração do grau de conservadorismo incondicional dos lucros, ao se comparar diferenças nos lucros líquidos segundo dois padrões contábeis distintos. Esse autor considera que a mensuração dos lucros se opera mediante aplicação de um conjunto de práticas contábeis, possibilitando que diferentes padrões contábeis produzam resultados com diferentes níveis de conservadorismo.

O IC corresponde à correlação entre a mensuração do lucro líquido de uma empresa e o seu conservadorismo incondicional, influenciado por características internas dos países, como, por exemplo, filosofia de gestão empresarial, estrutura e desenvolvimento do mercado de capitais, regulação, padrões contábeis, legislação contábil e legislação tributária.

O IC é obtido mediante aplicação da seguinte equação:

$$IC = 1 - \left[\frac{\text{Lucro ajustado} - \text{Lucro divulgado}}{|\text{Lucro ajustado}|} \right]$$

Um IC maior que 1 indica que o lucro divulgado de acordo com as normas locais é maior do que o lucro ajustado segundo normas internacionais (ou que o prejuízo em normas locais não é tão grande quanto o prejuízo ajustado), indicando maior conservadorismo dos padrões internacionais. Um IC menor que 1 significa que o lucro divulgado segundo normas locais é menor do que o lucro ajustado (ou que o prejuízo em padrões contábeis locais é maior que o prejuízo ajustado), indicando maior conservadorismo dos padrões nacionais. Um IC igual a 1 indica que não há diferença entre os lucros comparados, significando que não há diferença de conservadorismos entre os lucros.

Posteriormente, Weetman et al (1998) renomearam o Índice de Conservadorismo para Índice de Comparabilidade, colocando clara ênfase no tratamento relativo, sem exigir um tratamento do que é mais ou menos conservador.

Gray (1980) comparou diferenças entre os lucros líquidos de empresas na Alemanha, na França e no Reino Unido, segundo suas normas contábeis nacionais e segundo os padrões contábeis do antigo método europeu, adotado à época da pesquisa. O autor procurou compreender se as características nacionais dos países são significativas na determinação quantitativa dos montantes de lucros divulgados; se há países mais conservadores do que outros na mensuração dos lucros; e se há correlação entre o comportamento na mensuração de lucros e eficiência no desenvolvimento dos mercados de capitais nacionais.

Em seu estudo, Gray (1980) utilizou 72 empresas – 28 da Alemanha, 15 da França e 29 do Reino Unido – reunindo um total de 288 observações de lucros divulgados no período de 1972 a 1975. O autor destacou que o reduzido número de empresas francesas deveu-se à apresentação de dados insuficientes por parte de algumas empresas à época.

Os resultados revelaram que os lucros de empresas da Alemanha e da França eram significativamente mais conservadores do que aqueles divulgados pelas empresas do Reino Unido, as quais foram consideradas otimistas. Constatou-se, ainda, que não há diferenças estatisticamente significantes entre o nível de conservadorismo das empresas francesas e o das empresas germânicas. O autor também classificou os países pelos graus de conservadorismo dos lucros das respectivas empresas, concluindo que a França foi o país que divulgou lucros mais conservadores, seguida da Alemanha e do Reino Unido.

Gray (1980) ressaltou que o maior grau de conservadorismo observado na França e na Alemanha, quando comparado ao do Reino Unido, confirma tendências gerais de análises anteriores da situação desses países, sendo, porém, relevante, porque demonstra o impacto quantitativo significativo do desempenho das práticas contábeis. Na França e na Alemanha já era conhecida a grande influência da legislação tributária, favorável ao conservadorismo, porquanto exigia que os ajustes fiscais que reduzissem os lucros fossem consistentes com a contabilidade divulgada.

O estudo de Gray (1980) significou um marco na pesquisa sobre o conservadorismo incondicional, sobretudo para a análise de lucros mensurados segundo diferentes padrões contábeis. O IC não só é capaz de revelar a materialidade das diferenças, como também de identificar o padrão contábil mais conservador, quando forem apresentados os ajustes entre as práticas contábeis estudadas.

Com o objetivo de tornar mais compreensíveis as demonstrações contábeis, o mercado de capitais internacional tem incentivado a sua apresentação em padrões nacionais e internacionais, o que estimulou inúmeras investigações sobre o conservadorismo incondicional dos resultados e suas principais diferenças.

Adams, Weetman e Gray (1993) estudaram o conservadorismo incondicional nos resultados de empresas segundo os padrões contábeis finlandeses e os padrões internacionais emitidos pelo IASB. Durante a década de 1990, a International Organization of Securities Commission (IOSCO), no sentido de incentivar o IASC (atual IASB) em seu projeto de harmonização das normas internacionais, determinou que as empresas listadas nas bolsas de valores de países-membros reconciliassem os lucros líquidos e patrimônios líquidos de acordo com os padrões contábeis internacionais emitidos pelo IASB.

Adams, Weetman e Gray (1993) aplicaram o IC em empresas finlandesas que reconciliaram seus lucros e patrimônios líquidos, partindo das normas contábeis finlandesas para as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, nos anos 1989, 1990 e 1991.

Segundo as práticas contábeis finlandesas, há duas medidas de lucro para análise, que consistem nos valores apurados antes e depois das apropriações fiscais. Os lucros antes das apropriações fiscais não apresentaram diferenças expressivas entre os padrões finlandeses e os internacionais. Entretanto, se observados depois das apropriações fiscais, os lucros apurados de acordo com os padrões finlandeses revelaram-se significativamente mais conservadores em 1989, enquanto nos demais exercícios novamente não se registraram diferenças expressivas. Os autores apontaram que as diferenças encontradas em 1989 referiam-se a diferentes práticas de apropriação de reservas, depreciação, equivalência patrimonial, estoques, planos de pensão, resultado de venda de ativos, *goodwill*, impostos diferidos, capitalização de juros e arrendamento mercantil.

Os resultados também revelaram que o patrimônio líquido apurado de acordo com os padrões finlandeses é, em todos os anos, significativamente menor do que aquele contabilizado segundo as normas internacionais, o que evidencia maior conservadorismo das normas finlandesas. Os autores argumentaram que essa diferença ocorria porque as normas contábeis finlandesas determinavam que os montantes transferidos como reservas fossem

registrados no resultado, em vez de serem registrados no patrimônio líquido, o que ocasionava uma redução do patrimônio líquido calculado de acordo com os padrões finlandeses.

Cooke (1993) estudou o conservadorismo incondicional nos resultados de empresas japonesas listadas em bolsas de valores dos EUA, identificando diferenças entre os valores obtidos segundo as normas contábeis japonesas e aqueles calculados de acordo com o padrão US GAAP.

Nos EUA, a SEC exige das empresas estrangeiras listadas em bolsas de valores a reconciliação de seus lucros em conformidade com as normas US GAAP. Essa exigência levou muitas empresas japonesas a evitar os mercados de capitais dos EUA, devido aos custos adicionais de apresentação financeira.

Cooke (1993) aplicou o IC em cinco empresas japonesas que reconciliaram seus lucros partindo das normas contábeis japonesas para as normas US GAAP, no ano 1991. Os dados da amostra foram extraídos dos formulários F-20 disponíveis no banco de dados da SEC.

Os resultados revelaram que as normas contábeis japonesas produzem resultados menores do que aqueles obtidos segundo as normas US GAAP, ou seja, as normas contábeis japonesas são mais conservadoras. Cooke (1993) também identificou que as principais diferenças entre os dois padrões contábeis foram atribuídas a ajustes de impostos diferidos, capitalização de arrendamentos, avaliação de títulos e valores mobiliários e divergências no momento do reconhecimento de receitas.

Street, Nichols e Gray (2000) estudaram o conservadorismo incondicional nos lucros produzidos segundo as normas IFRS e naqueles obtidos sob as normas US GAAP. Durante o período estudado, o IASB revisou diversas normas e emitiu normas adicionais, como parte de seu projeto de emissão de normas fundamentais, concluído em dezembro de 1998, com a emissão da IAS 39, sobre instrumentos financeiros. Muitas dessas alterações guardavam consonância com as normas US GAAP, o que sugere uma redução progressiva de itens de conciliação decorrentes de diferenças entre essas duas práticas.

Os autores aplicaram o IC aos resultados contábeis de empresas de diversos países – Alemanha, Austrália, Bermudas, Canadá, China, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Ilhas Cayman, Itália, México, Papua-Nova Guiné, Polônia, Portugal, Rússia, Suécia e Suíça – que

reconciliaram seus lucros partindo das normas IFRS para as normas US GAAP, nos anos 1995, 1996 e 1997.

Os autores identificaram que, em muitos casos, empresas que supostamente reportaram seus lucros seguindo as normas contábeis internacionais emitidas pelo IASB violavam essas regras. Ao se analisarem os resultados desses lucros violados, os autores observaram que as práticas contábeis dos EUA apresentaram lucros mais conservadores em todos os três exercícios, porém essas diferenças de práticas contábeis só foram estatisticamente significantes em 1996.

Ao ajustarem corretamente os lucros investigados às normas IFRS, os autores identificaram que eles continuaram mais conservadores segundo as práticas contábeis dos EUA. Entretanto, essas diferenças foram expressivas em 1995 e 1996. Esses resultados indicam a redução de diferenças entre as normas IFRS e as do padrão US GAAP no ano 1997, sugerindo que a emissão de novas normas do IASB em consonância com as normas US GAAP contribuíram para a redução das diferenças.

Os autores também identificaram que as diferenças entre os dois padrões contábeis revelam-se mais frequentes na contabilização de imobilizados, impostos diferidos, *goodwill* e capitalização de juros, e menos frequentes na contabilização de gastos com reestruturação, pesquisa e desenvolvimento, efeitos das mudanças nas taxas de câmbio, planos de pensão, intangíveis, investimentos, arrendamento mercantil e estoques.

Ucieda (2003) estudou o conservadorismo incondicional no lucro líquido e no patrimônio líquido de empresas espanholas listadas em bolsas de valores dos EUA. O autor investigou as diferenças entre as normas contábeis espanholas e as do padrão US GAAP, aplicando o IC em lucros líquidos e em patrimônios líquidos de empresas espanholas, divulgados no período de 1991 a 2001.

Os resultados revelaram que as normas contábeis espanholas e as dos EUA não apresentaram diferenças significativas nos lucros líquidos e patrimônios líquidos ao longo da década. Até 1998, o lucro líquido segundo as normas espanholas é sempre menor do que aquele divulgado segundo o padrão US GAAP, porém, a partir de 1999, os lucros mostram-se mais conservadores segundo as práticas contábeis dos EUA. O patrimônio líquido mostrou-se

sem diferenças de práticas até 1998. Entretanto, nos períodos posteriores revelaram-se mais conservadores segundo as normas contábeis espanholas.

Ucieda (2003) também identificou que as principais diferenças de práticas entre esses padrões contábeis decorrem de ajustes de ativo imobilizado, benefícios de empregados, intangíveis, consolidação, *goodwill*, impostos diferidos, investimentos, ações em tesouraria, provisões, combinações/combinções de negócios, efeitos nas taxas de câmbio, reconhecimento de receita, instrumentos financeiros, operações reguladas e arrendamento mercantil.

Haverty (2006) aplicou o IC em empresas chinesas, procurando avaliar o conservadorismo incondicional segundo as normas IFRS e segundo o padrão US GAAP. O autor aplicou o IC ao lucro líquido, ao patrimônio líquido, ao retorno sobre o patrimônio líquido e ao lucro por ação de empresas chinesas listadas na NYSE, no período de 1996 a 2002. O retorno sobre o patrimônio líquido foi obtido dividindo-se o lucro líquido pelo patrimônio líquido.

Os resultados revelaram que o lucro líquido das empresas chinesas obtido de acordo com as normas IFRS é menor do que aquele calculado segundo o padrão US GAAP. A principal razão disso está na diferença nas práticas de reavaliação do ativo imobilizado, uma vez que as práticas contábeis emitidas pelo IASB possibilitam a reavaliação de bens, instalações e equipamentos, o que não ocorre no padrão US GAAP.

Cordazzo (2008) estudou o conservadorismo incondicional em empresas italianas, com o objetivo de identificar os principais impactos da adoção das IFRS. A partir de 1º de janeiro de 2005, a Comissão Europeia exigiu a adoção das IFRS por empresas europeias, objetivando estabelecer a compreensão comum das demonstrações contábeis das empresas dos países daquele bloco. A conversão para as IFRS tem representado muito mais do que uma mudança nas regras de contabilidade, uma vez que a principal preocupação das empresas tem sido compreender que as diferenças entre as normas contábeis italianas e as IFRS podem afetar seu resultado econômico.

O autor aplicou o IC ao lucro líquido, ao patrimônio líquido e ao retorno sobre o patrimônio líquido de companhias italianas listadas na Bolsa de Valores Italiana, no ano 2005.

O retorno sobre o patrimônio líquido foi obtido dividindo-se o lucro líquido pelo patrimônio líquido.

Os resultados revelaram que, em média, o lucro líquido divulgado de acordo com as normas contábeis italianas foi menor do que aquele mensurado sob as IFRS, indicando maior conservadorismo das normas italianas em relação às IFRS. Entretanto, essa diferença não é estatisticamente significativa. O estudo revelou, ainda, que o patrimônio líquido dessas empresas também é, em média, mais conservador segundo as normas italianas, mas diferença também não é expressiva. Os resultados do retorno sobre o patrimônio líquido também indicaram maiores níveis de conservadorismo incondicional das normas contábeis italianas, desta vez indicando diferenças significativas em relação aos índices calculados de acordo com as IFRS.

Os autores também observaram que as principais diferenças entre os dois padrões contábeis resumem-se no tratamento de combinações de negócios, instrumentos financeiros, ativos intangíveis, de imposto de renda e do ativo imobilizado.

Hernandez et al (2007) estudaram o conservadorismo incondicional em instituições bancárias divulgados de acordo com os padrões contábeis latino-americanos e também de conformidade com o padrão US GAAP. Os autores aplicaram o IC aos lucros líquidos e aos patrimônios líquidos de instituições da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Panamá e do Peru, listadas na NYSE no período de 1998 a 2003.

Segundo esses autores, o conhecimento sobre a qualidade da informação financeira para o setor bancário é crucial, por quatro principais motivos. Em primeiro lugar, os bancos na América Latina constituem uma fonte de capital que a cada ano vem se integrando mais aos mercados financeiros internacionais. Em segundo lugar, as normas e práticas contábeis latino-americanas em instituições bancárias têm sido destacadas pela sua grande contribuição para sanar diversas crises financeiras na região (Argentina, Equador e México, por exemplo), por serem consideradas precárias em matéria de classificação de crédito e de divulgação, levando a se presumir que os bancos latino-americanos escondem um elevado grau de risco em suas carteiras de empréstimos. Em terceiro lugar, os bancos latino-americanos recebem crescente pressão dos bancos internacionais para melhoria de sua eficácia operacional, ou seja, para aumentar o lucro e reduzir o custo. Em quarto lugar, muitos países vêm adotando normas internacionais para adequação ao Acordo de Basileia II.

Os resultados evidenciaram que, em geral, o lucro líquido das instituições bancárias segundo os padrões contábeis latino-americanos foi 64% maior do que aquele divulgado de acordo com os padrões contábeis dos EUA, enquanto o patrimônio líquido foi apenas 6% superior na mesma base de comparação. Esses resultados sugerem que as normas contábeis latino-americanas são menos conservadoras que as dos EUA, em relação tanto ao lucro quanto ao patrimônio líquido. Testes estatísticos aplicados nesse contexto indicaram que as diferenças nos lucros líquidos foram consideradas estatisticamente significantes, o que não se verificou com relação aos patrimônios líquidos.

Hernandez et al (2007) indicaram que as principais diferenças entre os dois padrões contábeis deveram-se a ajustes de impostos, planos de pensão, combinações de negócios, *goodwill*, investimentos, imobilizado, intangível, instrumentos financeiros e efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio. Os autores também destacaram que a harmonização das normas contábeis no setor bancário tem sido lenta, o que exige a necessidade de prosseguir esforços de harmonização, com o objetivo de reduzir as diferenças nos resultados divulgados.

Peng et al (2008) analisaram o conservadorismo incondicional nos lucros líquidos de empresas chinesas, no contexto do processo de convergência das normas contábeis nacionais para as IFRS. Referida pesquisa abrange o período anterior – ano 1999 – e o posterior – 2002 – à emissão das normas contábeis chinesas que adotaram algumas práticas das normas IFRS, ocorrida em 2001. Dessa forma, a pesquisa tem especial relevância porque pode mensurar o efeito da convergência obtida pela emissão das novas normas chinesas, por meio da redução de ajustes entre práticas na mensuração dos lucros.

Os autores aplicaram o IC aos lucros líquidos de empresas chinesas listadas nas bolsas de valores de Shenzhen e de Shanghai, nos anos 1999 e 2002. Os resultados revelaram que em ambos os exercícios as IFRS divulgaram lucros menores, ou seja, mais conservadores em comparação com as normas contábeis chinesas. Identificou-se, porém, uma redução significativa das diferenças em 2002, quando comparado a 1999, sugerindo que a emissão das normas contábeis chinesas em 2001 reduziu significativamente a diferença entre essas duas práticas.

O'Connell e Sullivan (2008) estudaram o conservadorismo incondicional nos resultados de empresas europeias, no momento da primeira implementação das IFRS. Os

autores investigaram o impacto da conversão para IFRS sobre o lucro líquido de algumas das maiores empresas na União Europeia.

A União Europeia determinou a obrigatoriedade das IFRS a partir de 1º de janeiro de 2005, mas as empresas não foram obrigadas a comparar os lucros em IFRS de 2004. Muitas delas, no entanto, voluntariamente apresentaram resultados comparativos de seus lucros líquidos. Essa informação comparativa foi divulgada em uma variedade de formatos, como, por exemplo, *press releases*, relatórios especiais, apresentações de mercado e relatórios anuais de 2004.

Os autores aplicaram o IC ao lucro líquido de 37 empresas da Alemanha, da Bélgica, da Espanha, da França, da Holanda, da Itália e de Portugal que, voluntariamente, adotaram pela primeira vez as IFRS em 1º de janeiro de 2004 e divulgaram seu lucro líquido segundo as normas contábeis nacionais e segundo as IFRS.

Os resultados revelaram que ao serem convertidos para IFRS, 27 empresas (73%) apresentaram aumento do lucro líquido, 9 empresas (24%) apresentaram redução do lucro líquido e apenas uma delas (3%) não apresentou diferença entre o lucro líquido apurado segundo as IFRS e aquele divulgado de acordo com suas normas contábeis nacionais. Embora esses resultados levem ao entendimento de que, em geral, as normas IFRS são menos conservadoras do que as normas contábeis nacionais dos países europeus, testes estatísticos revelaram que essas diferenças não foram expressivas.

O'Connell e Sullivan (2008) ressaltaram que seu estudo se concentrou em algumas das maiores empresas na Europa, não sendo apropriada a generalização desses resultados a outras empresas da União Europeia, pelo fato de as grandes empresas serem mais suscetíveis ao envolvimento com contabilizações mais complexas, como em combinações de negócios, o que pode apresentar diferenças mais significativas entre os resultados.

Estudiosos brasileiros também pesquisaram sobre o conservadorismo incondicional, embora em menor escala (SANTOS, 2009).

Rodrigues (2007) investigou o grau de conservadorismo dos lucros mensurados de acordo com as normas contábeis chinesas e com as IFRS, utilizando o IC como parâmetro. A China também vem reformulando suas normas contábeis desde 2006, baseando-se na estrutura conceitual preconizada pelo IASB. A legislação contábil chinesa passou a exigir das

companhias listadas com ações do tipo B a emissão de demonstrações contábeis em língua inglesa e a reconciliação do lucro líquido de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Foram utilizadas as reconciliações do lucro líquido divulgado em conformidade com as normas nacionais e as normas internacionais de contabilidade.

Os resultados revelaram que, apesar do enorme esforço da China para harmonizar suas normas contábeis às normas editadas pelo IASB, as empresas investigadas, em geral, apresentam lucros mais conservadores quando estes foram mensurados de acordo com as normas chinesas, contrariando a ideia de que as normas IFRS produzem lucros com mais qualidade. Foram indicadas como principais divergências ajustes de impostos diferidos, combinações de negócios, avaliação de ativos, gastos com reestruturação e a capitalização de juros.

Cia, Santos e Cia (2008) investigaram as diferenças entre as normas contábeis praticadas em países latino-americanos comparativamente ao padrão contábil dos EUA (US GAAP). Os autores aplicaram o IC em empresas de países latino-americanos –Argentina, Brasil, Chile e México – listadas na NYSE. Os resultados apresentaram indícios de que a contabilidade praticada nesses quatro países tende a valores de lucro menores do que aqueles mensurados conforme o padrão US GAAP, levando a crer que as normas contábeis nacionais de países latino-americanos produzem resultados mais conservadores do que o padrão US GAAP.

Leme e Carvalho (2009) avaliaram a materialidade das diferenças de reconciliação dos lucros de empresas brasileiras listadas na NYSE divulgados de acordo com as normas contábeis brasileiras e com o padrão US GAAP. Os autores aplicaram o IC em 30 companhias brasileiras no período de 2000 a 2005. Os resultados indicaram que, na comparação entre os dois padrões contábeis, apenas 3 empresas apresentaram diferenças de lucros inferiores a 5%. Aumentando-se o limite para até 10% de diferença, apenas 6 empresas apresentaram diferenças comparáveis. Finalmente, mesmo ampliando-se para até 15% de diferença entre os lucros, apenas 21 empresas (70%) apresentaram diferenças comparáveis. Analisando-se as diferenças entre os lucros mensurados com base nos dois padrões no ano 2005, o ajuste referente a combinações de negócios foi o que afetou o maior número de empresas. Quanto à reavaliação de ativos, caracteristicamente apontada como uma prática que demanda frequentes ajustes sob o padrão US GAAP, não foi observada a reconciliação na maioria das empresas. Observando-se os resultados da pesquisa, pode-se concluir que a maior parte dos

lucros produzidos em normas contábeis dos EUA é menor do que aqueles produzidos segundo as normas contábeis nacionais, inferindo-se que as normas US GAAP são mais conservadoras do que as normas BR GAAP.

Santos (2009) utilizou o IC para analisar os efeitos da primeira fase da transição para as IFRS no Brasil, após a adoção da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 13, nos resultados publicados do exercício de 2008 e republicações de 2007, pelas companhias abertas listadas na BM&FBovespa. O autor defende que o interesse pela adoção das IFRS no Brasil reflete expectativas, para as empresas, de benefícios de liquidez, menor custo de capital e valorização no mercado global. Assim, para analistas, investidores, reguladores e agentes do mercado, é relevante identificar o impacto da adoção inicial da nova lei no lucro líquido e no patrimônio líquido das empresas na atual transição. Foi aplicado o inverso do IC para determinar se os resultados reportados pelas novas normas são inferiores àqueles mensurados pela norma brasileira anterior, ou seja, mais conservadores.

Em média, os lucros revelaram-se maiores conforme a nova norma, após a adoção da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 13, em relação à norma contábil anterior, o que indicou menor grau de conservadorismo segundo as novas normas contábeis brasileiras. Santos (2009) ressaltou que algumas dificuldades prejudicaram uma análise mais precisa do impacto da migração para o padrão internacional no resultado das empresas, com destaque para o conturbado processo de regulação, que teria reservado pouco tempo para as empresas se adaptarem à nova contabilidade, à estratégia adotada pelos órgãos reguladores, de dividir a implantação do padrão internacional em duas fases, à faculdade dada às empresas de escolherem entre duas datas de transição para publicarem as novas normas, impossibilitando o cálculo do efeito da migração em todas as empresas em um mesmo exercício, e, finalmente, à coincidência do primeiro momento de transição com uma das mais graves crises financeiras mundiais desde 1929. Como se pôde observar nos resultados dessas pesquisas, que estudaram o conservadorismo após a promulgação da Lei nº 11.638/2007, ainda não foi possível avaliar com precisão se a adoção das práticas internacionais de contabilidade trouxe resultados mais conservadores para a contabilidade brasileira, o que sugere a realização de novos estudos sobre o assunto.

O Quadro 2 sintetiza os estudos descritos sobre conservadorismo incondicional.

Quadro 2 – Revisão das pesquisas sobre conservadorismo incondicional

Autor	Objetivo/Hipótese	Resultado
Painel A – Pesquisas internacionais		
Gray (1980)	Maior conservadorismo de normas contábeis da Alemanha, França e Reino Unido do que de normas contábeis segundo o método europeu	Confirmada apenas para Alemanha e França
Adams, Weetman e Gray (1993)	Maior conservadorismo de normas contábeis finlandesas do que de normas contábeis editadas pelo IASB	Hipótese confirmada
Cooke (1993)	Maior conservadorismo de normas contábeis japonesas do que de normas contábeis US GAAP	Hipótese confirmada
Street, Nichols e Gray (2000)	Maior conservadorismo de normas contábeis US GAAP do que de normas contábeis editadas pelo IASB	Hipótese confirmada (porém a diferença só foi significativa em um dos três anos considerados)
Ucieda (2003)	Maior conservadorismo de normas contábeis US GAAP do que de normas contábeis espanholas	Resultados não revelaram diferenças significativas
Haverty (2006)	Maior conservadorismo de normas contábeis editadas pelo IASB do que de normas contábeis US GAAP	Hipótese confirmada
Cordazzo (2008)	Maior conservadorismo de normas contábeis italianas do que de normas contábeis editadas pelo IASB	Resultados não revelaram diferenças significativas
Hernandez, Manzanom, Hazera e Quirvan (2007)	Maior conservadorismo de normas contábeis US GAAP do que de normas contábeis latino-americanas	Hipótese confirmada
Peng, Tonkdar, Smith e Harless (2008)	Maior conservadorismo de normas contábeis editadas pelo IASB do que de normas contábeis chinesas	Hipótese confirmada
O'Connell e Sullivan (2008)	Maior conservadorismo de normas contábeis editadas pelo IASB do que de normas contábeis de países da União Europeia	Resultados não revelaram diferenças significativas
Painel B – Pesquisas nacionais		
Rodrigues (2007)	Maior grau de conservadorismo segundo as normas IFRS	Hipótese refutada
Cia e Santos e Cia (2008)	Normais contábeis US GAAP mais conservadoras em relação às de países latino-americanos	Hipótese refutada

Painel B – Pesquisas nacionais		
Leme e Carvalho (2009)	Lucros de empresas brasileiras divulgados segundo normas US GAAP mais conservadores do que em BR GAAP	Hipótese confirmada
Santos (2009)	Maior grau de conservadorismo das empresas brasileiras após a publicação da Lei nº 11.638/2007 e adoção do CPC 13	Hipótese refutada

Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura.

2.3.3 Críticas ao conservadorismo como padrão de qualidade

Ao contrário dos estudos anteriores, que consideram o conservadorismo um atributo de mais qualidade das informações contábeis, o estudo de Penman e Zhang (1999) procurou mostrar que a contabilidade conservadora pode gerar lucro de inferior qualidade.

Penman e Zhang (1999) propuseram-se a estudar o conservadorismo e o seu efeito na qualidade do lucro na visão dos analistas de mercado. Os autores consideram que o termo qualidade do lucro é vago e tem sido utilizado com diferentes interpretações, e defendem que para serem de boa qualidade, os lucros devem ser um bom indicador para lucros futuros, ou seja, a ênfase é dada na ideia de lucro sustentável a longo prazo, frequentemente referido na análise financeira. O conservadorismo é visto pelos autores como a utilização de práticas contábeis, aplicadas de maneira consistente, que mantenham em nível relativamente baixo o valor contábil líquido dos ativos.

Penman e Zhang (1999) entendem que os lucros de alta qualidade – menores e mais conservadores – podem ser manipulados, em vez de resultarem de atividades reais da empresa. Por exemplo, para aumentar lucros temporariamente, as estimativas para contas de ativo, como provisões para liquidação duvidosa, podem ser temporariamente reduzidas; ou, para reduzir o lucro temporariamente, uma estimativa de reestruturação pode estar superdimensionada.

Penman e Zhang (1999) procuraram responder se as mudanças temporárias nos lucros estão associadas ao conservadorismo observado e se o mercado de ações identifica esses lucros temporários como insustentáveis.

Os testes foram realizados em um ambiente, em que, dada uma política contábil conservadora, consistentemente aplicada ao longo do tempo, os lucros são temporariamente afetados por mudanças reais nos níveis de investimento. Os autores desenvolveram um índice de conservadorismo e um índice de qualidade dos lucros, diagnosticando lucros de baixa qualidade como consequência da mudança nos investimentos em um ambiente de práticas contábeis conservadoras. Outra conclusão refere-se ao fato de que durante o período avaliado o mercado financeiro não percebeu a qualidade dos lucros das empresas com conservadorismo, o que pode levar à utilização de lucro com baixa sustentabilidade para estimar lucros futuros.

O estudo de Penman e Zhang (1999) é importante por alertar que a utilização do conservadorismo pode gerar lucros de baixa qualidade e que essa prática pode ser utilizada por analistas de mercado como indicador para lucros futuros.

Outros autores, como, por exemplo, Hendriksen e Breda (1999), também criticam a utilização do conservadorismo, ao afirmarem que a utilização excessiva dessa prática contábil pode levar à divulgação de informações com falsos sinais para seus usuários, já que

o Conservadorismo conflita com o objetivo de divulgar toda informação relevante e também com a consistência no sentido de que é uma limitação relevante. Também pode conduzir a uma falta de comparabilidade, porque não há padrões uniformes para sua implantação (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 106).

Watts (2003a) também criticou o princípio do conservadorismo, argumentando que tal prática levaria a uma persistente subavaliação dos valores líquidos dos ativos e à superavaliação dos lucros futuros, contribuindo para a criação de reservas ocultas permanentes não vinculadas a efetivas estimativas de perdas econômicas.

3 METODOLOGIA

De acordo com Richardson (1999), metodologias são procedimentos utilizados no método científico, o qual, por sua vez, pode ser definido como o caminho para se chegar a determinado fim ou objetivo.

Este estudo empírico tem caráter hipotético-indutivo, buscando inferências a partir de dados de amostra de demonstrações contábeis de empresas brasileiras. Essas inferências se apoiam em resultados estatísticos, explanatórios das evidências empíricas que suportam este estudo.

Os procedimentos utilizados nesta pesquisa são classificados na tipologia empírico-analítica, que, segundo Martins (1994, p. 26) compreende:

[...] técnicas de coleta, tratamento e análise de dados marcadamente quantitativos. Privilegiam estudos práticos. Suas propostas têm caráter técnico, restaurador e incrementalista. Têm forte preocupação com a relação causal entre variáveis. A validação da prova científica é buscada através de testes dos instrumentos, graus de significância e sistematização das definições operacionais.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, porquanto foi desenvolvida no sentido de aprimorar ideias. É também descritiva, uma vez que tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população, neste caso, de companhias abertas listadas em bolsas de valores que publicam demonstrações contábeis em padrões brasileiros e em padrões internacionais.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica, com o objetivo de se conhecer as origens do conservadorismo, assim como sua aplicação e relevância para a qualidade da informação contábil. Foram igualmente investigados estudos científicos relacionados com a aplicação do conservadorismo condicional e do conservadorismo incondicional em diversos países e com a adoção de padrões internacionais de contabilidade.

A presente pesquisa também é classificada como documental, devido ao procedimento adotado para a coleta de dados, utilizando-se de dados secundários extraídos dos relatórios anuais de empresas listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S. A. (BM&FBovespa) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

3.1 Hipóteses da pesquisa

Elegeu-se como hipótese geral para o estudo que a harmonização das práticas contábeis brasileiras às International Financial Reporting Standards (IFRS) não conduziu a mudanças significativas nas práticas de conservadorismo incondicional das companhias.

Ball, Robin e Wu (2000) e Ball, Robin e Wu (2003) investigaram o atributo do conservadorismo em países em desenvolvimento que adotaram as IFRS. Referidos estudos, surpreendentemente, não encontraram evidências de mudanças na aplicação do conservadorismo após a adoção dessas normas. Os autores atribuíram esse resultado aos baixos incentivos econômicos oferecidos aos administradores para o reconhecimento de perdas mais oportunamente que ganhos, além da grande influência de políticas e práticas fiscais na elaboração das demonstrações contábeis. Assim, concluem os autores que a adoção de padrões internacionais não garante mais qualidade para a informação contábil.

No Brasil, a Lei nº 11.638/2007 provocou modificações substanciais nas práticas e nos padrões contábeis, possibilitando o alinhamento das normas e práticas contábeis brasileiras às IFRS.

Destaca-se, porém, que os administradores das companhias brasileiras são os mesmos que decidem sobre o reconhecimento de perdas quando da elaboração das demonstrações contábeis em padrões brasileiros e em padrões internacionais.

Além disso, o Brasil é um país influenciado pelo modelo eurocontinental, com tradição de sistema jurídico codificado, caracterizado por uma regulamentação contábil com forte influência do governo.

Tomando-se por base os estudos analisados, e levando-se em conta que os ambientes político, jurídico e econômico do Brasil não foram substancialmente alterados após a adoção de padrões internacionais, é provável que não se observem mudanças na aplicação do conservadorismo pelas empresas brasileiras.

No sentido de responder ao problema de pesquisa, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: A média dos lucros líquidos em padrões contábeis brasileiros é igual à média dos lucros líquidos em padrões internacionais.

H2: A média dos patrimônios líquidos em padrões contábeis brasileiros é igual à média dos patrimônios líquidos em padrões internacionais.

H3: A média dos Índices de Conservadorismo (IC) dos lucros líquidos antes da vigência da Lei nº 11.638/2007 é igual à média dos seus ICs depois da citada lei.

H4: A média dos ICs dos patrimônios líquidos antes da vigência da Lei nº 11.638/2007 é igual à média dos seus ICs depois da Lei nº 11.638/2007.

3.2 Seleção da amostra de empresas e período do estudo

Em consonância com o objetivo do estudo, foram selecionadas para compor a amostra da pesquisa as empresas que divulgaram suas demonstrações financeiras em padrões contábeis brasileiros e em padrões internacionais (IFRS ou US GAAP), durante o período de 2005 a 2009. Esse intervalo de tempo foi definido com base na a publicação das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que promoveram modificações substanciais nos padrões contábeis brasileiros, no sentido de alinhá-los às normas internacionais. Como a Lei nº 11.638 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 2005, 2006 e 2007 apresentam-se antes desse alinhamento, enquanto as demonstrações dos exercícios findos em 2008 e 2009 apresentam-se já alinhadas às novas práticas.

Assim, selecionaram-se as companhias brasileiras listadas na NYSE, que, por determinação da Securities and Exchange Commission (SEC), são obrigadas a divulgar anualmente suas demonstrações contábeis de acordo com o padrão US GAAP ou as IFRS.

Também foram selecionadas empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa, igualmente obrigadas a divulgar seu lucro líquido e seu patrimônio líquido em padrões contábeis internacionais (IFRS ou US GAAP).

A amostra desta pesquisa reúne, assim, 204 observações provenientes de 55 empresas, compreendendo 21 listadas na NYSE e 34 listadas na BM&FBovespa que divulgaram suas demonstrações contábeis de acordo com padrões contábeis brasileiros e com padrões

internacionais, nos exercícios findos em 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009, conforme discriminado na Tabela 1.

Tabela 1 – Observações inicialmente relacionadas para o estudo

Exercício	N° de observações referentes a demonstrações publicadas em BR GAAP e IFRS (A)		N° de observações referentes a demonstrações publicadas em BR GAAP e US GAAP (B)		N° de observações referentes a demonstrações publicadas em BR GAAP e padrões internacionais (IFRS / US GAAP) (A+B)		Total
	BM&F BOVESPA A	NYSE	BM&F BOVESPA	NYSE	BM&F BOVESPA	NYSE	
2005	3	0	4	22	3	26	29
2006	6	1	7	21	7	28	35
2007	7	4	8	17	11	25	36
2008	19	6	8	17	25	25	50
2009	22	5	11	16	27	27	54
TOTAL	57	16	38	93	73	131	204

Fonte: Elaborada pela autora.

Sendo assim, a amostra do estudo caracteriza-se como não-probabilística, devendo-se ressaltar que esses resultados não devem ser generalizados para as demais empresas.

3.3 Procedimentos de coleta e tratamento dos dados

No presente estudo, os dados foram coletados nos *websites* das bolsas de valores em que as companhias estavam listadas. Os dados das empresas listadas na BM&FBovespa foram extraídos do *website* <<http://www.bmfbovespa.com.br>>, na seção de informações relevantes, das “Demonstrações Financeiras em Padrões Internacionais”. Os dados das empresas listadas na NYSE foram extraídos do *website* <<http://www.nyse.com>>, na seção “Listings Directory”, dos Formulários 20-F.

Para cada uma das 204 observações foram coletados dados relacionados a lucro líquido e a patrimônio líquido, de acordo com os padrões contábeis brasileiros e com os padrões internacionais (IFRS ou US GAAP). Também foram coletados os dados referentes a dividendos declarados e aumentos e reduções no capital social ocorridos em cada período. Esses dados foram transcritos para planilhas eletrônicas e agrupados segundo os exercícios pertinentes. Foram ainda registradas na planilha, com relação a cada companhia, a razão

social, as moedas de apresentação, as unidades em que os valores foram divulgados e a respectiva bolsa de valores.

No sentido de se uniformizar as informações coletadas, após a tabulação dos dados foram realizadas algumas transformações de unidade e de moeda. Os valores tabulados foram convertidos para milhões de reais, realizando-se, quando necessário, a conversão de valores em moeda estrangeira, utilizando-se a taxa de câmbio de compra do Banco Central do Brasil.

Neste estudo, examinou-se o patrimônio líquido desconsiderando-se os efeitos de transações derivadas dos sócios. Assim, eliminaram-se do patrimônio líquido os efeitos de dividendos distribuídos e de aumentos e reduções de capital do período.

Concluída a tabulação dos dados, calculou-se o Índice de Conservadorismo – IC (GRAY, 1980) para os lucros líquidos e para os patrimônios líquidos das companhias, agrupando-se-os segundo os exercícios pertinentes. Os ICs foram obtidos mediante aplicação das seguintes equações:

a) IC para Lucro líquido BR GAAP *versus* IFRS

$$IC = 1 - \left[\frac{\text{Lucro líquido BR GAAP} - \text{Lucro líquido IFRS}}{|\text{Lucro líquido IFRS}|} \right]$$

b) IC para Lucro líquido BR GAAP *versus* US GAAP

$$IC = 1 - \left[\frac{\text{Lucro líquido BR GAAP} - \text{Lucro líquido US GAAP}}{|\text{Lucro líquido US GAAP}|} \right]$$

c) IC para Patrimônio líquido BR GAAP *versus* IFRS

$$IC = 1 - \left[\frac{\text{Patrimônio líquido BR GAAP} - \text{Patrimônio líquido IFRS}}{|\text{Patrimônio líquido IFRS}|} \right]$$

d) IC para Patrimônio líquido BR GAAP *versus* US GAAP

$$IC = 1 - \left[\frac{\text{Patrimônio líquido BR GAAP} - \text{Patrimônio líquido US GAAP}}{|\text{Patrimônio líquido US GAAP}|} \right]$$

Vale destacar que a ocorrência de um IC maior do que 1 indica que as práticas contábeis internacionais são mais conservadoras do que as práticas brasileiras.

Após a análise dos ICs obtidos, verificou-se a necessidade de exclusão de algumas observações da variável lucro líquido relacionadas para o estudo, pois em alguns casos foram observados ICs superiores a 3, significando que as diferenças entre lucros líquidos obtidos segundo padrões contábeis brasileiros e aqueles calculados com base em padrões internacionais foram superiores a 300%.

Assim, as amostras para análise do lucro líquido e do patrimônio líquido, após a exclusão dos *outliers*, apresentaram a seguinte configuração:

Tabela 2 – Observações selecionadas para o estudo após a exclusão de *outliers*

Exercício	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido		
	BR GAAP e IFRS	BR GAAP e US GAAP	TOTAL	BR GAAP e IFRS	BR GAAP e US GAAP	TOTAL
2005	3	27	30	3	26	29
2006	6	27	33	7	28	35
2007	11	25	36	11	25	36
2008	24	25	49	25	25	50
2009	24	24	48	27	27	54
TOTAL	68	128	196	73	131	204

Fonte: Elaborada pela autora.

3.4 Técnicas estatísticas

No presente estudo, foi utilizada a técnica estatística de diferenças entre médias para duas amostras, que consiste em examinar se a diferença entre as médias de dois grupos de variáveis é significativamente relevante do ponto de vista estatístico. Os testes estatísticos foram realizados com auxílio do programa *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 18.0 for Windows*, software de análise estatística para uso em pesquisas.

Esse tipo de avaliação pode ser realizado por meio de testes paramétricos e de testes não paramétricos. De acordo com Maroco (2003), os testes paramétricos exigem que a forma da distribuição amostral seja conhecida, sendo mais comum a distribuição normal, enquanto os testes não paramétricos não apresentam essa exigência, constituindo-se como alternativa

aos testes paramétricos. Para viabilizar a utilização de testes paramétricos, as variáveis devem apresentar distribuição normal e as variâncias populacionais devem ser homogêneas.

Para examinar se os dados da amostra se encontravam normalizados, foi realizado o teste de Kolmogorov-Smirnov. Também foi aplicado o teste de Levene para se verificar se as variâncias eram homogêneas.

Foram realizados testes paramétricos de diferenças de médias *T-Student* e testes não-paramétricos de diferenças de médias de Wilcoxon. Os testes paramétricos *T-Student* foram realizados com níveis de confiança 95% e 90%, para possibilitar a avaliação dos resultados com um níveis de confiança alto e médio.

Na escolha do teste estatístico de diferença de médias, foi avaliado se os dados eram oriundos de observações emparelhadas ou independentes. De uma forma geral, dados emparelhados são gerados quando ocorrem dois grupos de observações derivadas de uma mesma variável, enquanto dados independentes referem-se a grupos diferentes de variáveis nas comparações.

Para o estudo do comportamento do lucro líquido e do patrimônio líquido, foram analisadas as médias de cada variável apurada de acordo com os padrões contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais (IFRS e US GAAP). Para essas variáveis, foram empregados testes de diferença de médias para dados emparelhados, uma vez que os dois grupos de observações, dados em padrões contábeis nacionais e em padrões internacionais, derivaram de uma mesma empresa.

Na investigação do comportamento dos ICs, foram analisadas as médias dessas variáveis em diferentes momentos, empregando-se testes de diferença de médias para dados independentes, explicados no capítulo *Análise dos resultados*.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo analisa os resultados da pesquisa, distribuído em dois segmentos. O primeiro deles apresenta os resultados para a variável lucro líquido, enquanto o segundo discute os resultados para o patrimônio líquido.

4.1 Análise dos resultados sobre o comportamento da variável lucro líquido ao longo do período de 2005 a 2009

Com o objetivo de apresentar uma visão geral do comportamento da variável investigada, elaborou-se a estatística descritiva relativa às 196 observações de lucro líquido levantadas para o período de 2005 a 2009 (Tabela 3).

Tabela 3 – Estatística descritiva para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2009

Padrão contábil	Nº de observações	Média	Mínimo	Máximo	Intervalo	Desvio Padrão
BR GAAP	68	536,41	-3.330,96	5.959,90	9.290,86	1.171,35
IFRS	68	759,61	-3.393,11	5.988,40	9.381,51	1.618,84
BR GAAP	128	2.860,27	-2.492,10	32.987,70	35.479,80	6.029,70
US GAAP	128	3.157,70	-1.826,70	44.061,70	45.888,40	6.789,47
BR GAAP	196	2.054,03	-3.330,96	32.987,70	36.318,66	5.037,86
Padrões Internacionais	196	2.325,71	-3.393,11	44.061,70	47.454,81	5.677,34

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise inicial dos dados revelou que os lucros reportados de acordo com os três padrões contábeis investigados (BR GAAP, IFRS, US GAAP), quando confrontados, apresentavam divergências ao longo dos anos. Verificou-se que a média dos lucros líquidos de acordo com o padrão contábil brasileiro era diferente e menor do que a média mensurada tomando-se por base os lucros de acordo com os padrões internacionais (IFRS e US GAAP). Os lucros mínimos e máximos em BR GAAP e IFRS eram bastante próximos, produzindo intervalos de frequência similares para ambos os padrões. Os lucros mínimos em BR GAAP e US GAAP também eram aproximados, porém o valor máximo registrado em US GAAP situava-se em patamar bem superior ao apresentado em BR GAAP.

Dadas as divergências encontradas, investigou-se a significância das diferenças entre as médias para as 196 observações como um todo e para dois subgrupos: 68 observações

referentes às companhias que apresentaram as demonstrações contábeis em BR GAAP e IFRS; e 128 observações relativas às firmas que adotaram padrões BR GAAP e US GAAP.

Inicialmente, foi aplicado o teste estatístico de Kolmogorov-Smirnov para verificar se os dados apresentavam distribuição normal. Na sequência, realizou-se o teste de Levene para verificar se as variâncias eram homogêneas. A Tabela 4 apresenta os resultados para os testes mencionados, revelando que os dados não apresentam distribuição normal e que as variâncias são homogêneas.

Tabela 4 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2009

Padrão contábil	Nº de observações	Normalidade Sig. (P-value)	Homogeneidade Sig. (P-value)
BR GAAP	68	0,00	0,14
IFRS	68	0,00	
BR GAAP	128	0,00	0,66
US GAAP	128	0,00	
BR GAAP	196	0,00	0,48
Padrões Internacionais	196	0,00	

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da não normalidade dos dados, mas considerando que o número de observações das amostras era superior a 30, decidiu-se pela aplicação de testes paramétricos de diferenças entre médias (T-Student), com níveis de confiança 95% e 90%, e de testes não-paramétricos de Wilcoxon. Foram aplicados testes para amostras emparelhadas, uma vez que cada observação reunia uma ocorrência de lucro líquido em BR GAAP e outra em padrão internacional (IFRS ou US GAAP).

Tabela 5 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2009

Padrão contábil	Nº de observações	Média dos lucros líquidos	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
			t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP	68	536,41	-2,72	0,01	-3,14	0,00
IFRS	68	759,61				
BR GAAP	128	2.860,27	-1,93	0,06	-1,951	0,05
US GAAP	128	3.157,70				
BR GAAP	196	2.054,03	-2,60	0,01	-3,20	0,00
Padrões Internacionais	196	2.325,71				

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 apresenta os resultados dos testes de diferenças entre médias. Os testes paramétricos revelaram resultados iguais para níveis de confiança 90% e 95%. Observa-se que tanto os testes paramétricos e como os não-paramétricos apontam diferenças estatisticamente significantes entre os lucros líquidos mensurados de acordo com o padrão contábil brasileiro e aqueles apurados segundo padrões internacionais (IFRS e US GAAP).

No sentido de investigar em maior profundidade as diferenças descobertas, as 196 observações foram segregadas por ano de ocorrência, sendo calculadas medidas estatísticas como média, mínimo, máximo e desvio-padrão (Tabela 6) para cada grupo de dados.

Tabela 6 – Estatística descritiva para a variável lucro líquido por ano de ocorrência

Ano	Padrão contábil	Nº de observações	Média	Mínimo	Máximo	Intervalo	Desvio padrão
2005	BR GAAP	3	257,82	85,40	439,41	354,01	177,18
	IFRS	3	337,54	197,01	566,22	369,22	199,77
	BR GAAP	27	2.300,65	-909,20	23.724,70	24.633,90	4.875,81
	US GAAP	27	2.516,53	-596,80	24.039,46	24.636,26	5.005,18
	BR GAAP Padrões Internacionais	30 30	2.096,36 2.298,63	-909,20 -596,80	23.724,70 24.039,46	24.633,90 24.636,26	4.658,85 4.785,93
2006	BR GAAP	6	824,60	98,82	2.880,90	2.782,08	1.055,79
	IFRS	6	1.082,06	92,67	4.261,00	4.168,33	1.585,54
	BR GAAP	27	2.409,91	-301,70	25.918,90	26.220,60	5.421,14
	US GAAP	27	2.286,19	-460,50	27.357,86	27.818,36	5.354,82
	BR GAAP Padrões Internacionais	33 33	2.121,67 2.067,26	-301,70 -460,50	25.918,90 27.357,86	26.220,60 27.818,36	4.943,49 4.890,09
2007	BR GAAP	11	866,03	-7,87	2.816,40	2.824,27	995,76
	IFRS	11	1.297,74	-8,03	5.068,80	5.076,83	1.766,78
	BR GAAP	25	3.041,16	-99,80	21.511,70	21.611,50	5.766,48
	US GAAP	25	3.241,85	-109,60	23.346,23	23.455,83	6.075,99
	BR GAAP Padrões Internacionais	36 36	2.376,54 2.647,81	-99,80 -109,60	21.511,70 23.346,23	21.611,50 23.455,83	4.910,95 5.199,21
2008	BR GAAP	24	226,98	-3.330,96	3.059,50	6.390,46	1.262,01
	IFRS	24	434,32	-3.393,11	5.190,90	8.584,01	1.716,43
	BR GAAP	25	3.357,96	-2.492,10	32.987,70	35.479,80	7.736,25
	US GAAP	25	4.083,99	-1.826,70	44.061,70	45.888,40	10.424,03
	BR GAAP Padrões Internacionais	49 49	1.824,42 2.296,40	-3.330,96 -3.393,11	32.987,70 44.061,70	36.318,66 47.454,81	5.760,97 7.690,24
2009	BR GAAP	24	657,54	-88,49	5.959,90	6.048,39	1.236,55
	IFRS	24	810,40	-38,00	5.988,40	6.026,40	1.574,41
	BR GAAP	24	3.289,62	-1.143,00	28.981,70	30.124,70	6.511,99
	US GAAP	24	3.806,94	-255,75	26.995,56	27.251,32	6.256,17
	BR GAAP Padrões Internacionais	48 48	1.973,58 2.308,67	-1.143,00 -255,75	28.981,70 26.995,56	30.124,70 27.251,32	4.823,79 4.760,15

Fonte: Dados da pesquisa.

No período de 2005 a 2007, um número reduzido de firmas adotou o padrão IFRS, sendo privilegiada a divulgação de demonstrações segundo normas contábeis americanas (US GAAP). No tocante aos exercícios de 2005, 2006 e 2007 foram levantadas apenas 3, 7 e 11 ocorrências de lucros líquidos em IFRS, respectivamente, enquanto no padrão US GAAP foram identificadas 27 observações para os anos 2005 e 2006 e 25 para o exercício de 2007. No período de 2008 a 2009 observa-se uma mudança de comportamento das firmas, que passam a adotar mais intensamente o padrão IFRS, registrando-se números similares de observações para os dois padrões internacionais. Essa mudança coincide com o início da vigência da Lei nº 11.638/2007, marco do processo de convergência das normas e práticas contábeis brasileiras ao padrão IFRS.

A análise dos dados da Tabela 6 revela que ao longo do período de 2005 a 2009 as médias dos lucros líquidos apurados segundo o padrão contábil brasileiro são inferiores às médias em padrões IFRS e US GAAP. Somente no ano 2006, registrou-se comportamento diferenciado, sendo R\$ 2.409,9 milhões a média dos lucros em BR GAAP, enquanto no padrão US GAAP registrou-se média de R\$ 2.286,19 milhões.

Com o objetivo de se investigar a significância das diferenças entre as médias, foram novamente aplicados testes estatísticos de Kolmogorov-Smirnov e Levene para os grupos de dados, segregados por ano de ocorrência (Tabela 7). Os resultados revelaram que as amostras não apresentavam distribuição normal e que suas variâncias eram homogêneas.

Tabela 7 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável lucro líquido por ano de ocorrência

Ano	Padrão contábil	Nº de observações	Normalidade Sig. (P-value)	Homogeneidade Sig. (P-value)
2005	BR GAAP	3	0,00	0,67
	IFRS	3	0,00	
	BR GAAP	27	0,00	0,85
	US GAAP	27	0,00	
BR GAAP	30	0,00	0,84	
Padrões Internacionais	30	0,00		
2006	BR GAAP	6	0,00	0,55
	IFRS	6	0,00	
	BR GAAP	27	0,00	0,91
	US GAAP	27	0,00	
BR GAAP	33	0,00	0,41	
Padrões Internacionais	33	0,00		
2007	BR GAAP	11	0,00	0,16
	IFRS	11	0,00	
	BR GAAP	25	0,00	0,93
	US GAAP	25	0,00	
BR GAAP	36	0,00	0,77	
Padrões Internacionais	36	0,00		
2008	BR GAAP	24	0,00	0,35
	IFRS	24	0,00	
	BR GAAP	25	0,00	0,60
	US GAAP	25	0,00	
BR GAAP	49	0,00	0,48	
Padrões Internacionais	49	0,00		
2009	BR GAAP	24	0,00	0,50
	IFRS	24	0,00	
	BR GAAP	24	0,00	0,96
	US GAAP	24	0,00	
BR GAAP	48	0,00	0,72	
Padrões Internacionais	48	0,00		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, foram aplicados testes paramétricos de diferenças entre médias (T-Student), com níveis de confiança 95% e 90%, assim como testes não-paramétricos de Wilcoxon (Tabela 8).

Tabela 8 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável lucro líquido por ano de ocorrência

Ano	Padrão contábil	Nº de observações	Média dos lucros líquidos	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
2005	BR GAAP	3	257,82	-2,01	0,18	-1,60	0,11
	IFRS	3	337,54				
	BR GAAP	27	2.300,65	-1,78	0,09	-2,40	0,02
US GAAP	27	2.516,53					
	BR GAAP	30	2.096,36	-1,85	0,08	-2,66	0,01
	Padrões Internacionais	30	2.298,63				
	2006	BR GAAP	6	824,60	-1,14	0,31	-1,36
IFRS		6	1.082,06				
BR GAAP		27	2.409,91	0,41	0,69	-0,55	0,58
US GAAP		27	2.286,19				
BR GAAP	33	2.121,67	0,22	0,83	-0,96	0,34	
Padrões Internacionais	33	2.067,26					
2007	BR GAAP	11	866,03	-1,69	0,12	-1,51	0,13
	IFRS	11	1.297,74				
	BR GAAP	25	3.041,16	-1,70	0,10	-1,17	0,24
	US GAAP	25	3.241,85				
BR GAAP	36	2.376,54	-2,41	0,02	-1,92	0,06	
Padrões Internacionais	36	2.647,81					
2008	BR GAAP	24	226,98	-1,72	0,10	-2,01	0,05
	IFRS	24	434,32				
	BR GAAP	25	3.357,96	-1,22	0,23	-0,74	0,46
	US GAAP	25	4.083,99				
BR GAAP	49	1.824,42	-1,53	0,13	-1,76	0,08	
Padrões Internacionais	49	2.296,40					
2009	BR GAAP	24	657,54	-0,99	0,33	-0,85	0,39
	IFRS	24	810,40				
	BR GAAP	24	3.289,62	-1,34	0,19	-0,12	0,90
	US GAAP	24	3.806,94				
BR GAAP	48	1.973,58	-1,62	0,11	-0,07	0,94	
Padrões Internacionais	48	2.308,67					

Fonte: Dados da pesquisa.

Mais uma vez os testes paramétricos revelaram resultados iguais para níveis de confiança 90% e 95%. Os testes de diferenças entre médias indicam que, via de regra, não há diferenças estatisticamente significantes entre os lucros líquidos mensurados de acordo com o padrão contábil brasileiro e aqueles apurados segundo padrões internacionais (IFRS e US GAAP).

Considerando-se os testes não-paramétricos, somente nos exercícios de 2005 e 2008 se observaram resultados diferentes para alguns grupos de dados. No ano 2005, a média dos lucros em BR GAAP das 27 empresas estudadas foi significativamente diferente da média dos

lucros em US GAAP. Examinando-se as reconciliações de lucro apresentadas por essas companhias, identificou-se que as diferenças entre os valores em BR GAAP e US GAAP resultaram, principalmente, das diferenças de critérios adotados para contabilização dos eventos relacionados com combinação de negócios, planos de pensão, reavaliação de ativos, capitalização de juros e conversão de demonstrações contábeis.

Já no ano de 2008, verificou-se que a média dos lucros em BR GAAP das 24 companhias consideradas no estudo foi significativamente diferente da média dos lucros em IFRS. Vale destacar que em 2008 passou a vigor a Lei nº 11.638/2007 e, com ela, as novas práticas contábeis brasileiras no sentido da convergência ao padrão IFRS. Assim, esse resultado surpreendeu, já que se esperava uma redução nas diferenças entre os lucros mensurados de acordo com padrões BR GAAP e IFRS. O exame das reconciliações divulgadas revelou que as diferenças resultaram principalmente de divergências na contabilização de transações referentes a combinação de negócios, reconhecimento de receitas, capitalização de juros e conversão de demonstrações contábeis.

Verifica-se, então, que os resultados agora apresentados divergem daqueles obtidos quando se estudou o comportamento da variável lucro líquido considerando-se todo o período de 2005 a 2009. Os resultados indicavam que a média dos lucros em BR GAAP era bastante inferior àquela apurada de acordo com padrões internacionais. Já a análise ano a ano, como regra geral, indicou que a adoção de padrões contábeis diferentes não produziu lucros líquidos em valores significativamente diferentes. Assim, o estudo sugere a existência de uma variável relacionada com a passagem do tempo, não investigada na presente pesquisa, que determina mudança relevante no comportamento dos lucros ao longo do período investigado, ocasionando essa divergência nos resultados.

Na sequência, investigou-se o comportamento do IC para a variável lucro líquido. Vale destacar que, numa análise temporal, o IC possibilita identificar se os lucros líquidos gerados sob diferentes padrões contábeis estão se aproximando e, portanto, tornando-se convergentes.

Foi calculado o IC para cada uma das 68 observações levantadas para o período de 2005 a 2009, considerando-se as empresas que adotaram padrões BR GAAP e IFRS, sendo aplicada a estatística descritiva, conforme resultados sumarizados na Tabela 9.

Tabela 9 – Estatística descritiva dos ICs para a variável lucro líquido, considerando empresas que adotaram padrões BRGAAP e IFRS

Item	Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2005 a 2009
Média		0,74	0,86	0,85	0,77	1,00	0,87
Nº de observações		3	6	11	24	24	68
Mínimo		0,43	0,52	0,39	-1,34	-0,33	-1,34
Máximo		1,00	1,07	1,61	1,41	2,05	2,05
Intervalo		0,56	0,54	1,22	2,75	2,37	3,39
Desvio padrão		0,28	0,21	0,36	0,51	0,44	0,44

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se uma tendência de convergência entre os lucros líquidos em BR GAAP e aqueles em IFRS ao longo do período de 2005 a 2009, tendo-se registrado ICs médios de 0,74 e 1,00 para os anos de 2005 e 2009, respectivamente. Vale destacar que um IC médio inferior a 1,00 indica que as normas contábeis brasileiras geram lucros menores que os do padrão IFRS, significando que aquelas são mais conservadoras do que estas.

Surpreendeu o fato de o IC médio do ano 2008 ter sido inferior ao dos anos 2006 e 2007. Esperava-se que ele se aproximasse de 1,00, já que em 2008 teve início a efetiva convergência das normas e práticas contábeis brasileiras ao padrão IFRS. É importante mencionar que, apesar de os ICs médios de 2005, 2006, 2007 e 2008 terem todos se situado abaixo de 1,00, somente com relação a 2008 pode-se afirmar que as normas contábeis brasileiras geraram lucros significativamente mais conservadores, pois apenas para esse período a média dos lucros em BR GAAP das companhias consideradas no estudo foi significativamente diferente da média dos lucros em IFRS, conforme demonstrado na Tabela 8.

Foi igualmente calculado o IC para cada uma das 128 observações levantadas para o período de 2005 a 2009, considerando-se as empresas que adotaram padrões BR GAAP e US GAAP, sendo elaborada a respectiva estatística descritiva (Tabela 10).

Tabela 10 – Estatística descritiva dos ICs para a variável lucro líquido, considerando empresas que adotaram padrões BRGAAP e US GAAP

Item	Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2005 a 2009
Média		0,79	1,06	0,95	1,02	0,97	0,96
N° de observações		27	27	25	25	24	128
Mínimo		-1,80	0,23	0,39	-0,32	-0,23	-1,80
Máximo		1,25	2,45	1,80	2,61	2,14	2,61
Intervalo		3,05	2,22	1,41	2,93	2,38	4,41
Desvio padrão		0,57	0,50	0,27	0,56	0,47	0,49

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que nos anos de 2005, 2007 e 2009 os ICs médios foram inferiores a 1,00 (um), indicando que o padrão BR GAAP produziu lucros mais conservadores que o padrão US GAAP. Nos anos de 2006 e 2008 verifica-se situação inversa, com ICs médios superiores a 1,00. Contudo, apesar de os ICs médios de 2005, 2007 e 2009 terem todos se situado abaixo de 1,00, somente no ano de 2005 pode-se afirmar que as normas contábeis brasileiras geraram lucros significativamente mais conservadores, pois apenas para esse período a média dos lucros em BR GAAP das companhias consideradas no estudo foi significativamente diferente da média dos lucros em US GAAP, conforme destacado na Tabela 8.

Dado o comportamento dos ICs ao longo do período investigado, e considerando-se o objetivo do estudo, passou-se a investigar a significância das diferenças entre os ICs médios calculados para o período de 2005 a 2009. Assim, os dados foram, inicialmente, segregados para dois períodos: 2005 a 2007 (período em que os lucros em BR GAAP foram apurados tomando-se por base normas contábeis anteriores à vigência da Lei nº 11.638/2007) e 2008 a 2009 (período em que os lucros em BR GAAP foram mensurados de acordo com as novas normas contábeis). Foram então aplicados testes estatísticos para amostras independentes para as 196 observações como um todo e para dois subgrupos: 68 observações referentes às companhias que apresentaram as demonstrações contábeis em BR GAAP e IFRS; e 128 observações relativas às firmas que adotaram padrões BR GAAP e US GAAP.

Foram aplicados testes de Kolmogorov-Smirnov e Levene para se verificar se os dados apresentavam distribuição normal e se as variâncias eram homogêneas. Os resultados indicaram que os dados não apresentam distribuição normal e que as variâncias são homogêneas.

Em seguida, foram aplicados os testes de diferenças entre médias T-Student e Wilcoxon, confrontando-se os dados de 2005, 2006 e 2007 com os dados de 2008 e 2009. Ressalta-se que os testes paramétricos apresentaram os mesmos resultados para níveis de confiança 90% e 95% (Tabela 11).

Tabela 11 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável lucro líquido – período 2005 a 2007 versus 2008 a 2009

Padrões contábeis	Período	Nº de observações	Média dos ICs	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP x IFRS	2005, 2006 e 2007	20	0,83	-0,43	0,67	-0,85	0,40
	2008 e 2009	48	0,89				
BR GAAP x US GAAP	2005, 2006 e 2007	79	0,94	-0,69	0,49	-0,75	0,45
	2008 e 2009	49	1,00				
BR GAAP x Padrões Internacionais	2005, 2006 e 2007	99	0,92	-0,39	0,70	-0,79	0,43
	2008 e 2009	97	0,94				

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação aos três grupos de dados estudados, observou-se que as médias dos ICs para o período de 2005 a 2007 são bem semelhantes às médias dos ICs para o período de 2008 a 2009, verificando-se ICs médios mais próximos de 1,00 para este período, significando que, após a edição da Lei nº 11.638/2007, as normas brasileiras passaram a produzir lucros mais convergentes com aqueles gerados pelas normas internacionais. No período de 2008 a 2009, apesar de estar em curso o processo de convergência das normas e práticas contábeis brasileiras ao padrão IFRS, verificou-se uma maior proximidade entre os lucros em BR GAAP e aqueles apurados segundo o padrão US GAAP, quando se registrou o IC médio 1,00.

Contudo, deve-se ressaltar que os testes aplicados revelaram não haver diferença estatisticamente significativa entre os ICs médios para os períodos de 2005 a 2007 e 2008 a 2009. Assim, apesar de se observar diferenças entre os ICs ao longo do período, não é possível afirmar que ocorreram mudanças nos níveis de conservadorismo do padrão contábil brasileiro após a edição da Lei nº 11.638/2007.

Conforme destaca Santos (2009), devido ao acelerado processo de regulação, não houve tempo suficiente para que as empresas se adaptassem à nova contabilidade, uma vez que a Lei nº 11.638 e os pronunciamentos técnicos CPC 1 e 2 foram publicados em 2007, e a

MP nº 449, os pronunciamentos técnicos CPC 3 a 14 e a Orientação Técnica OCPC 01 foram publicados no próprio ano de 2008.

Nesse sentido, também se optou por avaliar os ICs somente um ano após o início da utilização dos dispositivos da Lei nº 11.638/2007. Para tanto, segregaram-se os ICs novamente, considerando-se, para um período de análise, os ICs de 2005 a 2008, e, no outro período, os ICs calculados no exercício de 2009, entendendo-se que nesse ano as empresas tiveram mais tempo para se adaptar às alterações contábeis. Em seguida, foram aplicados novos testes de diferenças entre médias (Tabela 12).

Tabela 12 – Resultados dos testes de diferenças entre médias dos ICs para a variável lucro líquido – período de 2005 a 2008 versus 2009

Padrões contábeis	Período	Nº de observações	Média dos ICs	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP x IFRS	2005 a 2008	44	0,80	-1,82	0,07	-1,85	0,06
	2009	24	1,00				
BR GAAP x US GAAP	2005 a 2008	104	0,96	-0,11	0,91	-0,96	0,33
	2009	24	0,97				
BR GAAP x Padrões Internacionais	2005 a 2008	148	0,91	-0,94	0,35	-1,87	0,06
	2009	48	0,98				

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que as médias dos ICs de 2009 situam-se bem próximas de 1,00, sugerindo que os lucros nos padrões contábeis brasileiro e internacionais tornaram-se convergentes no ano 2009. Contudo, mais uma vez os testes revelaram que não há diferença estatisticamente significativa entre as médias dos ICs para os períodos 2005 a 2008 e 2009, não se podendo afirmar que em 2009 tenham ocorrido mudanças nos níveis de conservadorismo do padrão contábil brasileiro.

No sentido de examinar se as médias dos ICs do exercício de 2009 foram significativamente diferentes daquelas de 2008, também foram examinadas as médias dos ICs desses dois exercícios. Além disso, uma grande quantidade de práticas contábeis descritas nos pronunciamentos técnicos do CPC teve sua aplicação exigida somente para o encerramento de 2009.

Na Tabela 13, verifica-se que as médias dos ICs de 2009 revelaram-se mais próximas de 1,00 do que dos ICs de 2008, indicando maior convergência entre os padrões brasileiro e

internacionais (IFRS e US GAAP) após a aplicação das novas práticas contábeis requeridas pelos pronunciamentos técnicos do CPC. Entretanto, novamente os resultados revelam que as diferenças não foram significantes.

Tabela 13 – Resultados dos testes de diferenças entre médias dos ICs para a variável lucro líquido – período de 2008 versus 2009

Padrões contábeis	Período	Nº de observações	Média dos ICs	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP x IFRS	2008	24	0,77	-1,65	0,11	-1,66	0,10
	2009	24	1,00				
BR GAAP x US GAAP	2008	25	1,02	0,36	0,72	-0,57	0,57
	2009	24	0,97				
BR GAAP x Padrões Internacionais	2008	49	0,90	-0,83	0,41	-1,71	0,09
	2009	48	0,98				

Fonte: Dados da pesquisa.

4.2 Análise dos resultados sobre o comportamento da variável patrimônio líquido ao longo do período de 2005 a 2009

Vale destacar, na amostra de patrimônios líquidos, a presença de valores deficitários nos anos 2008 e 2009. No exercício de 2008, a companhia LPS Brasil Consultoria de Imóveis S. A. apresentou patrimônio líquido de R\$ 1,30 milhão em BR GAAP e de R\$ 16,79 milhões em IFRS. Entretanto, devido a um aumento de capital de R\$ 36,03 milhões no período, o qual foi subtraído desses montantes, obtiveram-se déficits de patrimônios líquidos em ambos os padrões contábeis.

Já no exercício de 2009, a empresa MMX Mineração e Metálicos S. A. apresentou um patrimônio líquido negativo de R\$ 280,00 milhões em BR GAAP, que pelo o padrão contábil US GAAP correspondeu a R\$ 119,07 milhões positivos, devido ao efeito do ajuste de debêntures, no valor de R\$ 452,54 milhões, que foi adicionado ao saldo em US GAAP.

Com o objetivo de apresentar uma visão geral do comportamento da variável patrimônio líquido, elaborou-se a estatística descritiva relativa às 204 observações de patrimônio líquido levantadas para o período de 2005 a 2009 (Tabela 14).

Tabela 14 – Estatística descritiva para a variável patrimônio líquido – período de 2005 a 2009

Padrão contábil	Nº de observações	Média	Mínimo	Máximo	Intervalo	Desvio padrão
BR GAAP	73	5.626,82	-34,73	62.468,84	5.626,82	11.519,75
IFRS	73	5.964,57	-19,24	59.021,19	5.964,57	11.703,44
BR GAAP	131	14.355,20	-280,00	167.799,87	168.079,88	26.980,04
US GAAP	131	16.052,13	119,07	189.742,34	189.623,27	31.566,51
BR GAAP	204	11.231,81	-280,00	167.799,87	168.079,88	23.039,49
Padrões Internacionais	204	12.442,36	-19,24	189.742,34	189.761,59	26.649,51

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise inicial dos dados revelou que os patrimônios líquidos reportados de acordo com os três padrões contábeis investigados (BR GAAP, IFRS, US GAAP), quando confrontados entre si, apresentam divergências em todos os anos. Verificou-se que a média dos patrimônios líquidos obtidos de acordo com o padrão contábil brasileiro era diferente e menor do que a média mensurada tomando-se por base os patrimônios líquidos de acordo com os padrões internacionais (IFRS e US GAAP). Os patrimônios líquidos mínimos e máximos em BR GAAP e IFRS eram bastante próximos, produzindo intervalos de frequência similares em ambos os padrões. Os patrimônios líquidos mínimos em BR GAAP e US GAAP também eram aproximados, porém o valor máximo registrado em US GAAP situava-se em patamar bem superior ao daquele apresentado em BR GAAP.

Dadas as divergências encontradas, investigou-se a significância das diferenças entre as médias para as 204 observações como um todo e para dois subgrupos: 73 observações referentes às companhias que apresentaram as demonstrações contábeis em BR GAAP e em IFRS; e 131 observações relativas às firmas que adotaram os padrões BR GAAP e US GAAP.

Inicialmente, foi aplicado o teste estatístico de Kolmogorov-Smirnov para se verificar se os dados apresentavam distribuição normal. Na sequência, foi aplicado o teste de Levene para se verificar se as variâncias eram homogêneas. A Tabela 15 apresenta os resultados para os testes mencionados, revelando que os dados não apresentam distribuição normal e que as variâncias são homogêneas.

Tabela 15 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável patrimônio líquido – período 2005 a 2009

Padrão contábil	Nº de observações	Normalidade Sig. (P-value)	Homogeneidade Sig. (P-value)
BR GAAP	73	0,00	0,73
IFRS	73	0,00	
BR GAAP	131	0,00	0,44
US GAAP	131	0,00	
BR GAAP	204	0,00	0,40
Padrões Internacionais	204	0,00	

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar da não normalidade dos dados, mas considerando-se que o número de observações das amostras era superior a 30, decidiu-se pela aplicação de testes paramétricos de diferenças entre médias (T-Student), com níveis de confiança 95% e 90%, e de testes não-paramétricos de Wilcoxon. Foram aplicados testes para amostras emparelhadas, uma vez que cada observação reunia uma ocorrência de patrimônio líquido em BR GAAP e outra em padrão internacional (IFRS ou US GAAP).

Tabela 16 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável patrimônio líquido – período 2005 a 2009

Padrão contábil	Nº de observações	Média dos patrimônios líquidos	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
			t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP	73	5.626,82	-1,65	0,10	-3,02	0,00
IFRS	73	5.964,57				
BR GAAP	131	14.355,20	-2,02	0,05	-4,02	0,00
US GAAP	131	16.052,13				
BR GAAP	204	11.231,81	-2,22	0,03	-4,81	0,00
Padrões Internacionais	204	12.442,36				

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 16 apresenta os resultados dos testes de diferenças entre médias. Destaca-se que os testes paramétricos revelaram resultados iguais para níveis de confiança 90% e 95%. Observa-se que os testes paramétricos e os não-paramétricos apontam diferenças estatisticamente significantes entre os patrimônios líquidos mensurados de acordo com o padrão contábil brasileiro e aqueles segundo padrões internacionais (IFRS e US GAAP).

No sentido de se investigar em maior profundidade as diferenças descobertas, as 196 observações foram segregadas por ano de ocorrência, sendo calculadas medidas estatísticas como média, mínimo, máximo e desvio-padrão (Tabela 17) para cada grupo de dados.

Tabela 17 – Estatística descritiva para a variável patrimônio líquido por ano de ocorrência

Ano	Padrão contábil	Nº de observações	Média	Mínimo	Máximo	Intervalo	Desvio padrão
2005	BR GAAP	3	1.293,83	894,35	1.802,12	907,77	463,56
	IFRS	3	1.211,58	959,09	1.452,91	493,82	247,10
	BR GAAP	26	10.353,72	265,98	85.803,04	85.537,07	16.830,55
	US GAAP	26	14.588,88	333,67	189.742,34	189.408,68	36.516,62
	BR GAAP Padrões Internacionais	29 29	9.416,49 13.205,02	265,98 333,67	85.803,04 189.742,34	85.537,07 189.408,68	16.149,84 34.753,22
2006	BR GAAP	7	12.032,38	616,40	62.468,84	61.852,44	22.508,45
	IFRS	7	12.177,01	644,76	59.021,19	58.376,42	21.241,72
	BR GAAP	28	10.996,00	283,78	105.410,96	105.127,18	20.250,41
	US GAAP	28	10.704,46	389,69	102.370,12	101.980,44	19.565,11
	BR GAAP Padrões Internacionais	35 35	11.203,28 10.998,97	283,78 389,69	105.410,96 102.370,12	105.127,18 101.980,44	20.377,27 19.595,04
2007	BR GAAP	11	5.150,09	55,14	19.217,37	19.162,22	6.026,12
	IFRS	11	5.878,38	53,40	19.917,47	19.864,07	6.962,56
	BR GAAP	25	14.511,95	525,83	120.434,66	119.908,83	25.443,97
	US GAAP	25	15.403,66	630,76	122.403,64	121.772,88	26.471,02
	BR GAAP Padrões Internacionais	36 36	11.651,38 12.493,16	55,14 53,40	120.434,66 122.403,64	120.379,51 122.350,24	21.758,50 22.674,73
2008	BR GAAP	25	5.248,11	-34,73	51.964,97	51.999,70	11.011,31
	IFRS	25	5.523,89	-19,24	46.148,44	46.167,69	10.660,87
	BR GAAP	25	16.644,18	478,90	149.279,91	148.801,01	32.120,83
	US GAAP	25	17.308,84	535,63	155.942,16	155.406,53	33.686,79
	BR GAAP Padrões Internacionais	50 50	10.946,15 11.416,37	-34,73 -19,24	149.279,91 155.942,16	149.314,64 155.961,41	24.451,24 25.434,58
2009	BR GAAP	27	4.992,43	15,85	50.413,82	50.397,98	10.526,37
	IFRS	27	5.325,20	9,02	55.186,54	55.177,52	11.747,51
	BR GAAP	27	19.427,52	-280,00	167.799,87	168.079,88	36.489,28
	US GAAP	27	22.443,71	119,07	174.480,68	174.361,61	39.127,03
	BR GAAP Padrões Internacionais	54 54	12.209,97 13.884,46	-280,00 9,02	167.799,87 174.480,68	168.079,88 174.471,66	27.579,08 29.889,17

Fonte: Dados da pesquisa.

No período de 2005 a 2007, um reduzido número de firmas adotou o padrão IFRS, sendo privilegiada a divulgação de demonstrações em normas contábeis americanas (US GAAP). Para os anos de 2005, 2006 e 2007 foram levantadas apenas 3, 7 e 11 ocorrências de patrimônio líquido em IFRS, respectivamente, enquanto no padrão US GAAP foram identificadas 26 observações para 2005, 28 para 2006 e 25 para 2007. No período de 2008 a 2009, observa-se uma mudança de comportamento das firmas, que passaram a adotar mais

intensamente o padrão IFRS, registrando-se números similares de observações para os dois padrões internacionais. Essa mudança coincide com o início da vigência da Lei nº 11.638/2007, marco do processo de convergência das normas e práticas contábeis brasileiras ao padrão IFRS.

A análise dos dados da Tabela 17 revela que ao longo do período de 2005 a 2009 as médias dos patrimônios líquidos no padrão brasileiro são diferentes e menores que as médias apuradas em padrões IFRS e US GAAP. Somente nos anos de 2005 e 2006 registrou-se comportamento diferenciado. Em 2005, a média dos patrimônios líquidos em BR GAAP alcançou R\$ 1.293,83 milhões, enquanto no padrão IFRS não passou de R\$ 1.211,58 milhões. Em 2006, a média dos patrimônios líquidos em BR GAAP alcançou R\$ 10.996,00 milhões, enquanto no padrão US GAAP correspondeu a R\$ 10.704,46 milhões.

Com o objetivo de se investigar a significância das diferenças entre as médias, foram novamente aplicados os testes estatísticos de Kolmogorov-Smirnov e Levene para os grupos de dados, segregados por ano de ocorrência (Tabela 18). Os resultados revelaram que as amostras não apresentavam distribuição normal e que as variâncias eram homogêneas.

Tabela 18 – Resultados dos testes de normalidade e homogeneidade para a variável patrimônio líquido por ano de ocorrência

Ano	Padrão contábil	Nº de observações	Normalidade Sig. (P-value)	Homogeneidade Sig. (P-value)
2005	BR GAAP	3	0,000	0,298
	IFRS	3	0,000	
	BR GAAP	26	0,000	0,340
	US GAAP	26	0,000	
BR GAAP	29	0,000	0,335	
Padrões Internacionais	29	0,000		
2006	BR GAAP	7	0,000	0,981
	IFRS	7	0,000	
	BR GAAP	28	0,000	0,934
	US GAAP	28	0,000	
BR GAAP	35	0,000	0,943	
Padrões Internacionais	35	0,000		
2007	BR GAAP	11	0,000	0,592
	IFRS	11	0,000	
	BR GAAP	25	0,000	0,854
	US GAAP	25	0,000	
BR GAAP	36	0,000	0,810	
Padrões Internacionais	36	0,000		
2008	BR GAAP	25	0,000	0,878
	IFRS	25	0,000	
	BR GAAP	25	0,000	0,959
	US GAAP	25	0,000	
BR GAAP	50	0,000	0,921	
Padrões Internacionais	50	0,000		
2009	BR GAAP	27	0,000	0,784
	IFRS	27	0,000	
	BR GAAP	27	0,000	0,752
	US GAAP	27	0,000	
BR GAAP	54	0,000	0,602	
Padrões Internacionais	54	0,000		

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, foram aplicados os testes paramétricos de diferenças entre médias (T-Student), com níveis de confiança 95% e 90%, e testes não-paramétricos de Wilcoxon (Tabela 19).

Tabela 19 – Resultado dos testes de diferenças entre médias para a variável patrimônio líquido por ano de ocorrência

Ano	Padrão contábil	Nº de observações	Média dos patrimônios líquidos	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
2005	BR GAAP	3	1.293,83	0,62	0,60	0,00	1,00
	IFRS	3	1.211,58				
	BR GAAP	26	10.353,72	-1,06	0,30	-1,79	0,07
	US GAAP	26	14.588,88				
BR GAAP	29	9.416,49	-1,06	0,30	-1,72	0,09	
Padrões Internacionais	29	13.205,02					
2006	BR GAAP	7	12.032,38	-0,17	0,87	-0,68	0,50
	IFRS	7	12.177,01				
	BR GAAP	28	10.996,00	0,56	0,58	-0,36	0,72
	US GAAP	28	10.704,46				
BR GAAP	35	11.203,28	0,46	0,65	-0,46	0,65	
Padrões Internacionais	35	10.998,97					
2007	BR GAAP	11	5.150,09	-1,56	0,15	-2,40	0,02
	IFRS	11	5.878,38				
	BR GAAP	25	14.511,95	-2,12	0,04	-2,06	0,04
	US GAAP	25	15.403,66				
BR GAAP	36	11.651,38	-2,61	0,01	-2,91	0,00	
Padrões Internacionais	36	12.493,16					
2008	BR GAAP	25	5.248,11	-0,68	0,50	-1,69	0,09
	IFRS	25	5.523,89				
	BR GAAP	25	16.644,18	-1,11	0,28	-2,06	0,04
	US GAAP	25	17.308,84				
BR GAAP	50	10.946,15	-1,31	0,20	-2,68	0,01	
Padrões Internacionais	50	11.416,37					
2009	BR GAAP	27	4.992,43	-1,09	0,29	-1,54	0,12
	IFRS	27	5.325,20				
	BR GAAP	27	19.427,52	-2,97	0,01	-2,71	0,01
	US GAAP	27	22.443,71				
BR GAAP	54	12.209,97	-3,01	0,00	-2,81	0,00	
Padrões Internacionais	54	13.884,46					

Fonte: Dados da pesquisa.

Mais uma vez os testes paramétricos revelaram resultados iguais para níveis de confiança 90% e 95%. Os testes de diferenças entre médias indicam diferenças estatisticamente significantes entre os patrimônios líquidos mensurados de acordo com o padrão contábil brasileiro e aqueles calculados segundo padrões internacionais (IFRS e US GAAP) nos anos de 2007, 2008 e 2009.

Considerando-se os testes não-paramétricos, somente no ano de 2007 foram apontadas diferenças significantes nos patrimônios líquidos obtidos pelos padrões BR GAAP e IFRS. A

média dos patrimônios líquidos em BR GAAP das 11 empresas estudadas foi significativamente diferente e menor do que a média dos patrimônios líquidos em IFRS. Examinando-se as reconciliações dos patrimônios líquidos apresentadas por essas companhias, identificou-se que as diferenças entre os números em BR GAAP e IFRS resultaram, principalmente, das diferenças de critérios adotados para contabilização dos eventos relacionados com custos de transação na emissão de títulos, arrendamento mercantil, combinação de negócios, planos de pensão e capitalização de juros.

Nos exercícios de 2007, 2008 e 2009, verificou-se que as médias dos patrimônios líquidos das empresas mensurados de acordo com o padrão contábil brasileiro foram significativamente diferentes e menores do que em padrões US GAAP. Examinando-se as reconciliações dos patrimônios líquidos apresentadas por essas companhias, identificou-se que as diferenças entre os números em BR GAAP e US GAAP resultaram, principalmente, das diferenças de critérios adotados para contabilização dos eventos relacionados a combinação de negócios, planos de pensão, reversão de dividendos, capitalização de juros, remuneração com base em ações e emissão de debêntures.

Verifica-se, então, que os resultados agora apresentados divergem daqueles obtidos quando se estudou o comportamento da variável patrimônio líquido considerando-se todo o período de 2005 a 2009. Os resultados indicavam que a média dos patrimônios líquidos em BR GAAP era menor e significativamente diferente daquela obtida de acordo com padrões internacionais. Já a análise ano a ano indicou que a adoção de padrões contábeis diferentes nem sempre produziu valores de patrimônios líquidos significativamente diferentes. Assim, o estudo sugere a existência de uma variável relacionada com a passagem do tempo, não investigada na presente pesquisa, que determina mudança relevante no comportamento dos patrimônios líquidos ao longo do período investigado, ocasionando essa divergência nos resultados.

Em seguida, investigou-se o comportamento do IC para a variável patrimônio líquido. Vale destacar que, numa análise temporal, o IC possibilita identificar se os patrimônios líquidos gerados sob diferentes padrões contábeis estão se aproximando e, portanto, tornando-se convergentes.

Foi calculado o IC para cada uma das 73 observações de patrimônio líquido levantadas para o período de 2005 a 2009, considerando-se as empresas que adotaram padrões BR

GAAP e IFRS, sendo aplicada a estatística descritiva, conforme resultados sumarizados na Tabela 20.

Tabela 20 – Estatística descritiva dos ICs para a variável patrimônio líquido, considerando empresas que adotaram padrões em BR GAAP e IFRS

Item	Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2005 a 2009
Média		1,05	0,95	0,92	0,96	1,08	1,00
Nº de observações		3	7	11	25	27	73
Mínimo		0,93	0,72	0,70	0,20	0,66	0,20
Máximo		1,24	1,10	1,03	2,22	2,55	2,55
Intervalo		0,31	0,38	0,33	2,02	1,88	2,35
Desvio padrão		0,17	0,12	0,10	0,40	0,42	0,35

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que nos anos de 2006, 2007 e 2008 os ICs médios foram inferiores a 1,00, indicando que o padrão BR GAAP produziu patrimônios líquidos mais conservadores que o padrão IFRS. Nos anos de 2005 e 2009, verifica-se situação inversa, com os ICs médios superiores a 1,00. Contudo, apesar de os ICs médios dos anos 2006, 2007 e 2008 terem sido menores que 1,00, somente com relação a 2007 pode-se afirmar que as normas contábeis brasileiras geraram patrimônios líquidos significativamente mais conservadores, pois apenas nesse período a média dos patrimônios líquidos em BR GAAP das companhias consideradas no estudo foi significativamente diferente da média dos lucros em IFRS, conforme destacado na Tabela 19.

Ao se compararem os resultados dos ICs calculados com a variável patrimônio líquido com aqueles referentes à variável lucro líquido, verifica-se que em 2005 houve efeito de conservadorismo contrário dos padrões IFRS, tendo o lucro líquido se apresentado mais conservador no padrão BR GAAP, enquanto o patrimônio líquido revelou-se mais conservador no padrão IFRS. Isso pode estar relacionado à pequena amostra do período, de apenas 3 observações, o que pode comprometer a análise.

Foi igualmente calculado o IC para cada uma das 131 observações de patrimônio líquido levantadas para o período de 2005 a 2009, considerando-se as empresas que adotaram padrões BR GAAP e US GAAP, sendo elaborada a respectiva estatística descritiva (Tabela 21).

Tabela 21 – Estatística descritiva dos ICs para a variável patrimônio líquido, considerando empresas que adotaram padrões em BR GAAP e US GAAP

Item	Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2005 a 2009
Média		1,03	1,09	0,99	0,98	0,83	0,98
Nº de observações		26	28	25	25	27	131
Mínimo		0,45	0,70	0,64	0,67	-2,35	-2,35
Máximo		2,42	2,04	1,90	1,93	2,11	2,42
Intervalo		1,97	1,35	1,25	1,26	4,46	4,77
Desvio padrão		0,40	0,38	0,24	0,26	0,71	0,44

Fonte: Dados da pesquisa.

Verifica-se que nos anos de 2005 e 2006 os ICs médios foram superiores a 1,00, significando que o padrão US GAAP produziu patrimônios líquidos mais conservadores que o padrão BR GAAP. Nos anos 2007 a 2008, verifica-se situação inversa, com ICs médios inferiores a 1,00. Contudo, para 2007, 2008 e 2009 pode-se afirmar que as normas brasileiras geraram patrimônios líquidos significativamente mais conservadores, pois nesses períodos a média dos patrimônios líquidos em BR GAAP foi significativamente diferente da média dos patrimônios líquidos em US GAAP, conforme destacado na Tabela 19.

Ao se compararem os resultados dos ICs calculados com a variável patrimônio líquido com aqueles calculados com a variável lucro líquido, verificou-se correspondência em relação ao grau de conservadorismo nos anos 2006, 2007 e 2009. Situação inversa foi identificada no exercício de 2005, que indicou lucros líquidos mais conservadores no padrão BR GAAP, enquanto os patrimônios líquidos foram mais conservadores no padrão US GAAP. Já no ano 2008, os lucros líquidos foram mais conservadores no padrão US GAAP, ao passo que os patrimônios líquidos foram mais conservadores no padrão BR GAAP.

Dado o comportamento dos ICs ao longo do período investigado, e considerando-se o objetivo do estudo, passou-se a investigar a significância das diferenças entre os ICs médios calculados para o período de 2005 a 2009. Assim, os dados foram, inicialmente, segregados para dois períodos: 2005 a 2007 (período em que os patrimônios líquidos em BR GAAP foram apurados tomando-se por base normas contábeis anteriores à vigência da Lei nº 11.638/2007); e 2008 a 2009 (período em que os patrimônios líquidos em BR GAAP foram mensurados de acordo com as novas normas contábeis). Foram então aplicados testes estatísticos para amostras independentes para as 204 observações como um todo e para dois

subgrupos: 73 observações referentes às companhias que apresentaram as demonstrações contábeis em BR GAAP e IFRS; e 131 observações relativas às firmas que adotaram padrões BR GAAP e US GAAP.

Foram aplicados testes de Kolmogorov-Smirnov e Levene para se verificar se os dados apresentavam distribuição normal e se as variâncias eram homogêneas. Os resultados indicaram que os dados não apresentam distribuição normal e que as variâncias são homogêneas.

Em seguida, foram aplicados os testes de diferenças entre médias T-Student e Wilcoxon, confrontando-se os dados de 2005, 2006 e 2007 com os dados do período de 2008 e 2009. Ressalta-se que os testes paramétricos apresentaram os mesmos resultados para níveis de confiança 90% e 95% (Tabela 22).

Tabela 22 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável patrimônio líquido – período 2005 a 2007 versus 2008 a 2009

Padrões contábeis	Período	Nº de observações	Média dos ICs	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP x IFRS	2005, 2006 e 2007	21	0,95	-0,82	0,41	-0,37	0,71
	2008 e 2009	52	1,02				
BR GAAP x US GAAP	2005, 2006 e 2007	79	1,04	1,78	0,08	-0,89	0,37
	2008 e 2009	52	0,90				
BR GAAP x Padrões Internacionais	2005, 2006 e 2007	100	1,02	1,01	0,31	-0,44	0,66
	2008 e 2009	104	0,96				

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que as médias dos ICs calculados com patrimônios líquidos em BR GAAP e IFRS situam-se mais próximas de 1,00 após a edição da Lei nº 11.638/2007, significando que as normas brasileiras passaram a produzir patrimônios líquidos mais convergentes com aqueles gerados pelas normas IFRS. Destaca-se, porém, que as diferenças de médias dos ICs dos patrimônios líquidos em BR GAAP e em IFRS nesses períodos não foram significantes. Contudo, deve-se ressaltar que os testes aplicados revelaram não haver diferença estatisticamente significativa entre os ICs médios para os períodos de 2005 a 2007 e de 2008 a 2009.

Ao se analisarem as médias dos ICs em BR GAAP e em US GAAP, verifica-se que a média dos períodos anteriores à vigência da Lei nº 11.638/2007 situa-se mais próxima de 1,00

do que a média dos ICs calculados durante a sua vigência, significando que as normas brasileiras não passaram a produzir patrimônios líquidos mais convergentes com aqueles gerados pelas normas US GAAP. Contudo, destaca-se, novamente, que as diferenças de médias dos ICs dos patrimônios líquidos em BR GAAP e em US GAAP nesses períodos não foram significantes.

Conforme destaca Santos (2009), devido ao acelerado processo de regulação, não houve tempo suficiente para que as empresas se adaptassem à nova contabilidade, uma vez que a Lei nº 11.638 e os pronunciamentos técnicos CPC 1 e 2 foram publicados em 2007, e a MP nº 449, os pronunciamentos técnicos CPC 3 a 14 e a Orientação Técnica OCPC 01 foram publicados no próprio ano 2008.

Nesse sentido, também se optou por avaliar os ICs somente um ano após o início da utilização dos dispositivos da Lei nº 11.638/2007. Para tanto, segregaram-se os ICs novamente, considerando-se, para um período de análise, os ICs de 2005 a 2008 e, no outro período, os ICs calculados no exercício de 2009, entendendo-se que nesse ano as empresas tiveram mais tempo para se adaptar às alterações contábeis. Em seguida, foram aplicados novos testes de diferenças entre médias (Tabela 23).

Tabela 23 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável patrimônio líquido – período de 2005 a 2008 versus 2009

Padrões contábeis	Período	Nº de observações	Média dos ICs	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP x IFRS	2005 a 2008	46	0,95	-1,47	0,15	-1,00	0,32
	2009	27	1,08				
BR GAAP x US GAAP	2005 a 2008	104	1,03	2,11	0,04	-0,63	0,53
	2009	27	0,83				
BR GAAP x Padrões Internacionais	2005 a 2008	150	1,00	0,76	0,45	-0,19	0,85
	2009	54	0,95				

Fonte: Dados da pesquisa.

Pela análise da Tabela 23, observou-se, com relação aos três grupos de dados estudados, que as médias dos ICs do período de 2005 a 2008 situam-se mais próximas de 1,00 do que as médias dos ICs do exercício de 2009, significando que ano após o início da utilização dos dispositivos da Lei nº 11.638/2007, as normas brasileiras não passaram a produzir patrimônios líquidos mais convergentes com aqueles gerados pelas normas

internacionais. Contudo, os testes não-paramétricos revelaram que não há diferenças estatisticamente significantes entre as médias dos ICs para os períodos de 2005 a 2008 e 2009, não se podendo afirmar que em 2009 tenham ocorrido mudanças nos níveis de conservadorismo no padrão contábil brasileiro.

No sentido de se avaliar se as médias dos ICs do exercício de 2009 foram significativamente diferentes daquelas de 2008, foram igualmente examinadas as médias dos ICs desses dois exercícios. Além disso, grande quantidade de práticas contábeis descritas nos pronunciamentos técnicos do CPC teve sua aplicação exigida somente para o encerramento de 2009.

Na Tabela 24, verificou-se, com relação aos três grupos de dados estudados, que as médias dos ICs do ano 2009 situaram-se mais distantes de 1,00 do que as médias dos ICs do exercício de 2008. Esse resultado foi surpreendente, ao revelar que um ano após o início da aplicação das novas práticas contábeis requeridas pela Lei nº 11.638/2007 os patrimônios líquidos indicaram menor convergência entre os padrões brasileiro e internacionais (IFRS e US GAAP) do que em 2008. Contudo, novamente, os resultados revelam que as diferenças não foram significantes.

Tabela 24 – Resultados dos testes de diferenças entre médias para ICs da variável patrimônio líquido – período de 2008 *versus* 2009

Padrões contábeis	Período	Nº de observações	Média dos ICs	Teste T-Student		Teste de Wilcoxon	
				t	Sig. (P-value)	z	Sig. (P-value)
BR GAAP x IFRS	2008	25	0,96	-1,04	0,30	-0,95	0,34
	2009	27	1,08				
BR GAAP x US GAAP	2008	25	0,98	1,02	0,31	-0,14	0,89
	2009	27	0,83				
BR GAAP x Padrões Internacionais	2008	50	0,97	0,18	0,86	-0,58	0,56
	2009	54	0,95				

Fonte: Dados da pesquisa.

CONCLUSÕES

O presente estudo teve como objetivo principal investigar a mudança de práticas contábeis e seus efeitos no nível de conservadorismo incondicional das demonstrações contábeis de companhias abertas que divulgam seus resultados no padrão brasileiro e em padrões internacionais. No contexto da harmonização do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais (International Financial Reporting Standards – IFRS), procurou-se averiguar se a adoção desses padrões conduziu à elaboração de demonstrações contábeis mais conservadoras, que implicam mais qualidade.

Dentre as diversas questões que deram origem à presente pesquisa, destaca-se uma em especial, representada pelo seguinte enunciado: A convergência das práticas contábeis brasileiras para as IFRS conduz a mudanças significativas nas práticas de conservadorismo incondicional das companhias?

No sentido de se encontrar uma resposta para o problema formulado, foram selecionadas para compor a amostra da pesquisa as empresas que divulgaram suas demonstrações contábeis no padrão brasileiro e em padrões internacionais (IFRS ou US GAAP), durante o período de 2005 a 2009. Esse intervalo de tempo foi definido com base na publicação das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que introduziram modificações substanciais no padrão contábil brasileiro, no sentido de alinhá-lo às normas internacionais. Como a Lei nº 11.638 passou a vigor em 1º de janeiro de 2008, as demonstrações contábeis dos exercícios findos em 2005, 2006 e 2007 se apresentam de acordo com o padrão vigente antes desse alinhamento, enquanto as demonstrações dos exercícios findos em 2008 e 2009 se apresentam já alinhadas às novas práticas.

Assim, reuniram-se 204 observações provenientes de 55 empresas, sendo 21 listadas na NYSE e 34 listadas na BM&FBovespa, que divulgaram suas demonstrações contábeis de acordo com o padrão brasileiro e com padrões internacionais (IFRS ou US GAAP), no período de 2005 a 2009. Para se examinar os níveis de conservadorismo, aplicou-se o Índice de Conservadorismo – IC (GRAY, 1980) aos lucros líquidos e patrimônios líquidos dessas empresas. Para não comprometer os resultados da pesquisa, optou-se por excluir as observações que obtiveram IC superior a 3, significando que as diferenças entre os lucros

líquidos obtidos segundo o padrão contábil brasileiro e aqueles calculados com base em padrões internacionais foram superiores a 300%. Desse modo, a amostra para análise da variável lucro líquido compreendeu 196 observações, enquanto a amostra da variável patrimônio líquido reuniu 204 observações.

Ao serem aplicados os testes de normalidade e de homogeneidade às amostras, verificou-se que os dados não apresentavam distribuição normal e que possuíam variâncias homogêneas. Assim, optou-se por realizar o teste paramétrico de diferenças de médias T-Student, com níveis de confiança 90% e 95%, e o teste não-paramétrico de Wilcoxon, ambos disponíveis no programa de análises estatísticas Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) 18.0 for Windows.

Efetuando-se uma análise ano a ano e tomando-se por base os lucros líquidos apresentados pelas companhias no período de 2005 a 2009, o estudo revela não haver diferença estatisticamente significativa entre os lucros líquidos reportados de acordo com o padrão contábil brasileiro e aqueles apurados sob padrões internacionais (IFRS e US GAAP). Verificou-se uma diferença estatisticamente significativa apenas no exercício de 2005, para as empresas que adotaram o padrão US GAAP, e no exercício de 2008, para as empresas que adotaram o padrão IFRS. O padrão brasileiro produziu lucros líquidos mais conservadores que aqueles reportados segundo padrões internacionais. Entretanto, não foram identificadas diferenças significantes entre os níveis de conservadorismo dos lucros líquidos mensurados nesses dois padrões. Assim, aceita-se a hipótese de que a média dos lucros líquidos no padrão contábil brasileiro equivale à média dos lucros líquidos em padrões internacionais.

O estudo do comportamento do IC para a variável lucro líquido sugere uma convergência entre os números gerados pelo padrão contábil brasileiro e aqueles elaborados de acordo com padrões internacionais (IFRS e US GAAP), uma vez que a média dos índices saltou de 0,79, em 2005, para 0,98, em 2009. Verificou-se não haver diferença estatisticamente significativa entre os ICs calculados com lucros líquidos no padrão contábil brasileiro e aqueles obtidos sob padrões internacionais antes e depois do exercício de 2008, ano em que a Lei nº 11.638/2007 passou a vigor. Assim, aceita-se a hipótese de que a média dos ICs dos lucros líquidos antes da vigência da Lei nº 11.638/2007 equivale à média dos seus ICs durante a sua vigência.

A análise ano a ano dos patrimônios líquidos apresentados pelas companhias no período de 2005 a 2009 revela não haver diferença estatisticamente significativa entre os lucros líquidos reportados de acordo com o padrão contábil brasileiro e as IFRS. Apenas no exercício de 2007 foi identificada diferença estatisticamente significativa para as empresas que adotaram esse padrão. O padrão brasileiro produziu patrimônios líquidos mais conservadores que aqueles reportados segundo as IFRS. Entretanto, não foram identificadas diferenças significantes entre os níveis de conservadorismo dos patrimônios líquidos mensurados nesses dois padrões. Assim, aceita-se a hipótese de que a média dos patrimônios líquidos apurados no padrão contábil brasileiro equivale à média dos patrimônios líquidos obtidos no padrão IFRS.

Já na análise ano a ano dos patrimônios líquidos reportados no padrão brasileiro e no padrão US GAAP, foram identificadas diferenças significantes nos exercícios de 2007, 2008 e 2009. Nesse caso, o padrão brasileiro produziu patrimônios líquidos significativamente mais conservadores que aqueles reportados segundo o padrão US GAAP. Assim, rejeita-se a hipótese de que a média dos patrimônios líquidos no padrão contábil brasileiro equivale à média dos patrimônios líquidos no padrão US GAAP.

O estudo do comportamento do IC para a variável patrimônio líquido revela uma convergência entre os números gerados pelo padrão contábil brasileiro e aqueles obtidos de acordo com padrões internacionais, uma vez que a média dos ICs dos cinco anos corresponde a 0,99, oscilando entre 0,95, IC registrado em 2009, e 1,06, IC assinalado em 2006. Verificou-se não haver diferença estatisticamente significativa entre os ICs calculados com patrimônios líquidos no padrão contábil brasileiro e aqueles obtidos em padrões internacionais antes e depois do exercício de 2008, ano em que a Lei nº 11.638/2007 passou a vigor. Assim, aceita-se a hipótese de que a média dos ICs dos patrimônios líquidos antes da vigência da Lei nº 11.638/2007 equivale à média dos seus ICs na sua vigência.

Observou-se, como regra geral, que os lucros líquidos e patrimônios líquidos mensurados segundo o padrão contábil brasileiro são mais conservadores do que aqueles apurados de acordo com os padrões internacionais (IFRS e US GAAP).

Assim, confirma-se o caráter conservador dos lucros apurados pelo padrão contábil brasileiro, provavelmente como decorrência da conhecida primazia do objetivo de minimizar desembolsos fiscais sobre o objetivo de informar o investidor (CIA; SANTOS; CIA, 2008).

A conclusão reforça a tese de que a antiga contabilidade brasileira, com tradição da Europa continental e com forte influência do fisco, era conservadora em comparação com as práticas adotadas nos países de origem anglo-saxã, no caso os padrões internacionais (IFRS e US GAAP). Assim, a estrutura tributária quanto aos níveis de alíquotas dos impostos e quanto ao grau de associação entre as bases de cálculo de impostos sobre a renda e a determinação do lucro corporativo são fatores culturais que conduzem os lucros líquidos a um maior grau de conservadorismo (VALOR ONLINE, 2011).

Esses resultados estão de acordo com o Valor Online (2011), segundo o qual os balanços da nova era geraram mais lucro, uma vez que essa nova fase de migração integral para as IFRS trará, em média e em termos consolidados, crescimento expressivo para o lucro líquido.

Além disso, o estudo revelou que a adoção das IFRS nas práticas contábeis brasileiras não alterou significativamente os níveis de conservadorismo dos lucros líquidos e patrimônios líquidos mensurados segundo o padrão contábil brasileiro.

Diante dos resultados encontrados, pode-se inferir que a aplicação do conservadorismo não está relacionada aos padrões contábeis adotados. Assim, reforçam-se as conclusões de Ball, Robin e Wu (2000) e Ball, Robin e Wu (2003), segundo as quais a adoção de padrões contábeis com elevados níveis de qualidade não garante a alta qualidade da informação contábil, pois os incentivos econômicos oferecidos aos administradores é que conduzem o processo de elaboração das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis mensuradas de acordo com o padrão brasileiro não apresentam um nível de utilização de conservadorismo muito diferente dos padrões internacionais (IFRS e US GAAP), porquanto a mesma gestão toma as decisões para os resultados, independentemente do padrão contábil aplicado.

Conforme já apontado por pesquisas anteriores, a prática do conservadorismo decorre do ambiente institucional, dos incentivos econômicos recebidos pelos gestores para a divulgação de relatórios contábeis e do papel que a contabilidade desempenha na resolução de litígios e monitoramento de contratos. Assim, enquanto não forem alterados drasticamente os mecanismos políticos, jurídicos e econômicos que afetam os incentivos econômicos oferecidos aos administradores, os níveis de conservadorismo não serão alterados.

Espera-se que o presente estudo venha a subsidiar futuras pesquisas sobre os impactos da adoção das IFRS nas empresas brasileiras, a partir de 2010, ano em que se dará a efetiva adoção desse padrão no Brasil. Em estudos futuros, poderiam ser analisados (a) o impacto da governança corporativa na utilização do conservadorismo; (b) a natureza das diferenças entre práticas contábeis no padrão brasileiro e nos padrões internacionais (US GAAP ou IFRS); (c) a utilização do conservadorismo em diferentes setores da economia; (d) a utilização do conservadorismo em empresas de grande, médio e pequeno porte; e (e) a análise dos níveis de conservadorismo com a combinação de técnicas estatísticas mais sofisticadas, como a análise de dados em painel.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. A.; WEETMAN P.; GRAY, S. J. Reconciling national with international accounting standards: lessons from a study of finnish corporate reports. **European Accounting Review**, 2., p. 471-494, 1993.

AICPA. Report of the study group on the objectives of financial statements. Objectives of financial statements. New York, 1973.

ANTUNES, G. A. Modelo de Basu: especificação diferente, mesmo resultado. In: CONGRESSO ANPCONT, 3. **Anais...** São Paulo, 2009.

BALL, R. J.; ROBIN, A.; WU, J. S. Accounting standards, the institutional environment and issuer incentives: effect on timely loss recognition in China. **Asia-Pacific Journal of Accounting and Economics**, v. 7, p. 71-96, Hong Kong, December 2000.

_____; _____. Incentives versus standards: properties of accounting income in four east Asian countries. **Journal of Accounting and Economics**, 2003.

_____; SHIVAKUMAR, L. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. **Journal of Accounting and Economics**, v. 39, p. 83-128, Amsterdam, February 2005.

_____; _____. The role of accruals in asymmetrically timely gain and loss recognition. **Journal of Accounting Research**, v. 44, n. 2, Chicago, May 2006.

_____; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. **Journal of Accounting and Economics**, v. 29, p. 1-51, 2000.

BASU, S. The conservatism principle and asymmetric timeless of earnings. **Journal of Accounting and Economics**. v. 24, n. 1, p. 3-37, Amsterdam, 1997.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BLACK, B. S. **Strengthening Brazil's securities markets**. Stanford Law School, 2001.

BOVESPA. **Regulamento de listagem do Novo Mercado, 2005**. Disponível em:

<www.bovespa.com.br>. Acesso em: jun. 2010.

BRASIL. Deliberação 565/2008 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Disponível em:

<www.cvm.gov.br>. Acesso em: jun. 2010.

_____. Lei Federal nº 11.638. Brasília: Congresso Nacional, 2007.

_____. Lei Federal nº 11.941. Brasília: Congresso Nacional, 2009.

_____. Lei Federal nº 6.404. Brasília: Congresso Nacional, 1976.

BRITO, G. A. S.; LOPES, A. B.; COELHO, A. C. D. Conservadorismo nos resultados contábeis de instituições financeiras estatais e privadas. In: ENCONTRO DA ANPAD – ENANPAD, 32. **Anais...**Rio de Janeiro: set. 2008.

BRUNI, Adriano Leal. **SPSS aplicado à pesquisa acadêmica**. São Paulo: Atlas, 2009.

BUSHMAN, R. M.; PIOTROSKI, J. D. Financial reporting incentives for conservative accounting: the influence of legal and political institutions. **Forthcoming Journal of Accounting and Economics**, January 2005.

_____; _____; SMITH, A. J. What determines corporate transparency? **Journal of Accounting Research**, v. 42, n. 2, p. 207-252, Chicago, May 2004.

CHANDRA, U.; WASLEY, C. E.; WAYMIRE G. B. **Income conservatism in the U.S. technology sector**. University of Rochester, William E. Simon Graduate School of Business Administration, January 2004.

CIA, J. N. S.; SANTOS, E. S.; CIA, J. C. US GAAP x normas contábeis dos países da América Latina: Há diferenças significativas no valor do lucro reportado pelas empresas com ADRs na NYSE?. In: CONGRESSO USP, 8., São Paulo. v. 1, p. 1-15. 2008.

COELHO, A. C.; CIA, J. N. S.; LIMA, I. S. Conservadorismo condicional na divulgação de lucros em companhias abertas brasileiras: diferenças entre emissoras e não emissoras de ADR

e entre sistemas contábeis. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, jan./fev., São Paulo, 2010.

_____; **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

COOKE, T. E. The impact of accounting principles on profits: the US versus Japan. **Accounting and Business Research**, n. 23, Autumn, p. 460-476, 1993.

CORDAZZO, M. The impact of IAS/IFRS on accounting practices: evidence from Italian listed companies. In: SÉMINAIRE DEMA/ERM, 2008. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/irm/Research/Seminaire>>. Acesso em: jun. 2010.

COSTA, A. C. O. **Conservadorismo e os países da América do Sul**: um estudo da aplicação do conservadorismo em cinco países da América do Sul. 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória, 2004.

CPC. **Estrutura conceitual básica, 2007**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

FASB. **Statement of financial accounting concepts nº 2**: qualitative characteristics of accounting information. Financial Accounting Standards Board, 1980.

FRANCIS, J. et al. The market pricing of accruals quality. **Journal of Accounting and Economics**, n. 39 (2), p. 295-327, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 1988.

GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some European evidence. **Journal of Accounting Research**, v. 18, n. 1, Spring, p. 64-76, 1980.

HAVERTY, J. L. Are IFRS and US GAAP converging? Some evidence from people's republic of China companies listed on the New York stock exchange. **Journal of International Accounting, Auditing and Taxation**, v. 15, p. 48-71, 2006.

HELLMAN, Niclas. Accounting conservatism under IFRS. **Accounting in Europe**, n. 5(2), p. 71-100, 2008.

HENDRIKSEN, E. S.; BREDA, M. F. V. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HERNANDEZ, S. M. et al. Latin American banking institutions trading on New York Stock Exchange: convergence–divergence of Latin American accounting standards and US GAAP. **Advances in International Accounting**, v. 20, p. 225-252, 2007.

HUIJGEN, C.; LUBBERINK, M. **Earnings conservatism, litigation, and contracting: the case of cross-listed firms**. University of Groningen. Holanda, 2003. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>> . Acesso em: 20 jun. 2010.

IASB. Framework for the preparation and presentation of financial statements. **International Financial Reporting Standards**, 2001.

_____. **The move towards global standards. Use around the world**. 2010. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/Use+around+the+world/Use+around+the+world.htm>>. Acesso em: 17 set. 2010

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____; LOPES, A. B. **Teoria avançada da contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KAIZER, C. V. C. **O impacto da regulamentação contábil sobre o conservadorismo nas empresas do setor elétrico do Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória, 2007.

LEME, S.; CARVALHO, L. N. G. Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e US GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas. **Revista de Contabilidade & Finanças**, USP, maio/ago. 2009, v. 20, n.50, p. 25-45.

LEWELLEN, J. **The time-series relations among expected return, risk, and book-to-market**. William E. Simon Graduate School of Business Administration, University of Rochester, Rochester, USA, 1998.

LOPES, A. B. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado à Bovespa**. São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____; MARTINS, E. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

LUBBERINK, M. J. P.; HUIJGEN, C. A wealth-based explanation for earnings conservatism. **European Finance Review**, n. 5, p. 323-349, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAROCO, João. **Análise estatística utilizando SPSS**. 2. ed. Lisboa: Editora Silabo, 2003.

MARTINS, G. A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MENDONÇA, M. M. **O impacto da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) no conservadorismo contábil das empresas brasileiras que emitiram ADR antes de 2002**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória, 2008.

O'CONNELL, V.; SULLIVAN, K. The impact of mandatory conversion to IFRS on the net income of FTSEurofirst 80 firms. **Journal of Applied Research in Accounting and Finance**, v. 3, n. 2, p. 17-26, 2008.

PAE, J.; THORNTON, D. B; WELKER M. The link between earnings conservatism and the price to book ratio. **Queen's University**, School of Business, February, 2005.

PENG, S. et al. Does convergence of accounting standards lead to the convergence of accounting practices? A study from China. **International Journal of Accounting**, v. 43, p. 448-468, 2008.

PENMAN, H. S.; ZHANG, X. **Accounting conservatism, the quality of earnings, and stock returns. dez. 1999.** Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

POPE, P. F.; WALKER, M. International differences in the timeliness, conservatism, and classification of earnings. **Journal of Accounting Research**, v. 37, p. 53-87, 1999.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, J. M. **Contabilidade na China: evolução histórica e análise da aderência da normatização contábil aos padrões internacionais do IASB.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, E. Impactos do início da harmonização contábil internacional (Lei 11.638/07) nos resultados de 2008 das empresas brasileiras abertas In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16, 2009.

SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBovespa. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., São Paulo, 2010.

SANTOS, S. R. **Conservadorismo contábil e timeliness: evidências empíricas nos demonstrativos contábeis em US GAAP e BR GAAP das empresas brasileiras com ADRs negociadas na bolsa de Nova Iorque.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Contábeis) – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória, 2006.

STREET, D. L., NICHOLS, N. B., GRAY, S. J. Assessing the acceptability of international accounting standards in the US: an empirical study of the materiality of US GAAP reconciliation's by non-US companies complying with IASC standards. **International Journal of Accounting**, v. 35, n. 1, p. 27-63, 2000.

SUNDER, S. **Theory of accounting and control.** Cincinnati: South-Western College Publishing, 1997.

UCIEDA, J. L. A decade of reconciliations to US GAAP: what have we learned. **Spanish Journal of Finance and Accounting**, n. 115, p. 69-115, April 2003.

VALOR ONLINE. **Balancos da nova era dão mais lucro**. Disponível em:
<<http://www.valoronline.com.br/impreso/investimentos/119/381918/balancos-da-nova-era-dao-mais-lucro>>. Acesso em: 11 fev. 2011.

WATTS, L. R.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive accounting theory**. New Jersey: Prentice Hall, Englewood Cliffs, 1986.

_____. **A proposal of research on conservatism**. Mai, 1993. Disponível em:
<<http://papers.ssrn.com/>> . Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. Conservatism in accounting, part I: explanations and implications. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 3, p. 207-221, Sarasota, September 2003a.

_____; Conservatism in accounting, part II: evidence and research opportunities. **Accounting Horizons**, v. 17, n. 4, p. 287-301, Sarasota, December 2003b.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Amostra da variável lucro líquido

Ordem	Exercício	Razão Social	Padrão Internacional	Bolsa de valores	Lucro Líquido em BR GAAP	Lucro Líquido em padrão internacional	Índice de Conservadorismo do lucro líquido
1	2005	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	US GAAP	NYSE	1.546	4.649	0,33
2	2005	BANCO BRADESCO S.A.	US GAAP	NYSE	5.514	6.310	0,87
3	2005	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	-304	169	-1,80
4	2005	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	626	737	0,85
5	2005	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	361	357	1,01
6	2005	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	500	510	0,98
7	2005	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO ESTADO SAO PAULO	US GAAP	NYSE	866	791	1,09
8	2005	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	US GAAP	NYSE	257	271	0,95
9	2005	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	2.003	1.809	1,11
10	2005	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	502	556	0,90
11	2005	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	2.005	2.096	0,96
12	2005	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	NYSE	17	27	0,63
13	2005	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	NYSE	1.021	1.110	0,92
14	2005	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBovespa	10	43	0,24
15	2005	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	439	566	0,78
16	2005	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	549	614	0,89
17	2005	GERDAU S.A.	US GAAP	NYSE	2.881	2.597	1,11
18	2005	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	US GAAP	NYSE	425	513	0,83
19	2005	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	85	197	0,43
20	2005	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	5.251	5.452	0,96
21	2005	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	397	370	1,07
22	2005	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	77	107	0,72
23	2005	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	23.725	24.039	0,99
24	2005	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	249	249	1,00
25	2005	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	1.114	889	1,25
26	2005	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	2.542	2.638	0,96
27	2005	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	399	347	1,15

28	2005	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	299	292	1,02
29	2005	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	10.443	11.250	0,93
30	2005	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	-909	-597	0,48
31	2006	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	US GAAP	NYSE	2.097	2.806	0,75
32	2006	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	5.054	6.462	0,78
33	2006	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	432	687	0,63
34	2006	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	101	162	0,63
35	2006	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	117	142	0,83
36	2006	COMPANHIA CONCESSIONES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	547	540	1,01
37	2006	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	BM&FBOVESPA	779	622	1,25
38	2006	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	1.719	702	2,45
39	2006	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	1.243	1.019	1,22
40	2006	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	1.168	1.598	0,73
41	2006	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	NYSE	-65	-79	1,18
42	2006	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.404	1.252	1,12
43	2006	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	242	212	1,14
44	2006	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	17	71	0,23
45	2006	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	394	441	0,89
46	2006	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	630	793	0,79
47	2006	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	2.881	4.261	0,68
48	2006	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	US GAAP	NYSE	684	568	1,21
49	2006	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	134	257	0,52
50	2006	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	4.309	5.896	0,73
51	2006	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	99	93	1,07
52	2006	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	461	392	1,17
53	2006	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	99	87	1,14
54	2006	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	25.919	27.358	0,95
55	2006	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	460	464	0,99
56	2006	TAM S.A.	US GAAP	NYSE	556	808	0,69
57	2006	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	1.310	1.201	1,09
58	2006	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	2.816	2.930	0,96
59	2006	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	-302	-218	0,62
60	2006	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	979	977	1,00
61	2006	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	282	281	1,01
62	2006	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	13.431	5.896	2,28
63	2006	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	16	-461	2,04

64	2007	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	IFRS	NYSE	2.816	5.069	0,56
65	2007	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	8.010	7.908	1,01
66	2007	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.845	1.903	0,97
67	2007	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	800	1.046	0,76
68	2007	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	622	1.089	0,57
69	2007	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	321	313	1,03
70	2007	COMPANHIA CONCESSIONES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	584	491	1,19
71	2007	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.049	932	1,12
72	2007	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	US GAAP	NYSE	211	273	0,77
73	2007	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	1.735	1.618	1,07
74	2007	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	1.107	998	1,11
75	2007	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	2.922	3.026	0,97
76	2007	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	BM&FBOVESPA	349	616	0,57
77	2007	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.643	1.675	0,98
78	2007	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	422	235	1,80
79	2007	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	57	56	1,02
80	2007	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	440	673	0,65
81	2007	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	837	2.170	0,39
82	2007	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	2.288	4.303	0,53
83	2007	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	IFRS	NYSE	269	167	1,61
84	2007	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	126	253	0,50
85	2007	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	8.474	7.487	1,13
86	2007	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	156	149	1,05
87	2007	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	462	472	0,98
88	2007	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	75	77	0,97
89	2007	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	21.512	23.346	0,92
90	2007	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	420	397	1,06
91	2007	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-8	-8	1,02
92	2007	TAM S.A.	IFRS	NYSE	129	332	0,39
93	2007	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	2.318	3.658	0,63
94	2007	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	2.363	2.370	1,00
95	2007	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	68	68	1,00
96	2007	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.046	1.037	1,01
97	2007	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	182	218	0,84
98	2007	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	20.006	21.013	0,95
99	2007	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	-100	-110	1,09

100	2008	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	IFRS	NYSE	3.060	5.191	0,59
101	2008	AMERICAN BANKNOTE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	54	71	0,76
102	2008	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	7.620	7.018	1,09
103	2008	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	IFRS	NYSE	1.581	1.581	1,00
104	2008	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-197	-200	1,02
105	2008	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	1.030	1.088	0,95
106	2008	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	-2.492	-1.827	0,64
107	2008	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	54	-90	2,61
108	2008	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	103	73	1,41
109	2008	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	714	508	1,40
110	2008	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.008	445	2,26
111	2008	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	IFRS	NYSE	260	341	0,76
112	2008	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	1.887	1.753	1,08
113	2008	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	1.079	948	1,14
114	2008	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	5.774	6.194	0,93
115	2008	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	NYSE	-381	-266	0,57
116	2008	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.276	1.237	1,03
117	2008	CSU CARDSYSTEM S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	10	12	0,77
118	2008	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	-13	41	-0,32
119	2008	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	389	396	0,98
120	2008	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	429	721	0,59
121	2008	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	300	732	0,41
122	2008	ETERNIT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	81	81	1,00
123	2008	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	-1.310	-945	0,61
124	2008	GAFISA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	110	300	0,37
125	2008	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	2.881	4.945	0,58
126	2008	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	IFRS	NYSE	-1.237	-1.239	1,00
127	2008	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	243	240	1,02
128	2008	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	7.803	4.849	1,61
129	2008	LIGHT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	974	931	1,05
130	2008	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	162	162	1,00
131	2008	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-66	-49	0,63
132	2008	LUPATECH S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-87	-26	-1,34
133	2008	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	IFRS	BM&FBOVESPA	214	226	0,95
134	2008	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	518	516	1,00
135	2008	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	32.988	44.062	0,75

136	2008	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	290	292	0,99
137	2008	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-3.331	-3.393	1,02
138	2008	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	119	92	1,29
139	2008	SAO CARLOS ICIPACOES S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	34	36	0,93
140	2008	TAM S.A.	IFRS	NYSE	-1.510	-1.434	0,95
141	2008	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	1.154	1.252	0,92
142	2008	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	2.420	2.500	0,97
143	2008	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	180	152	1,19
144	2008	TOTVS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	48	82	0,59
145	2008	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.115	1.111	1,00
146	2008	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	390	415	0,94
147	2008	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	21.279	30.849	0,69
148	2008	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	390	552	0,71
149	2009	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	IFRS	NYSE	5.960	5.988	1,00
150	2009	AMERICAN BANKNOTE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	73	73	1,00
151	2009	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	8.012	9.216	0,87
152	2009	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.806	5.508	0,33
153	2009	BCO BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	10.148	9.122	1,11
154	2009	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-88	-38	-0,33
155	2009	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	-1.143	4.882	-0,23
156	2009	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	120	56	2,14
157	2009	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	635	631	1,01
158	2009	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	IFRS	BM&FBOVESPA	1.374	1.377	1,00
159	2009	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	IFRS	NYSE	592	610	0,97
160	2009	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	1.861	1.768	1,05
161	2009	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	1.026	929	1,10
162	2009	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	2.599	2.227	1,17
163	2009	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.286	1.304	0,99
164	2009	CSU CARDSYSTEM S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	18	17	1,05
165	2009	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	84	69	1,21
166	2009	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	625	670	0,93
167	2009	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	429	721	0,59
168	2009	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	207	231	0,90
169	2009	ETERNIT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	73	73	1,00
170	2009	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	558	893	0,62
171	2009	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	1.123	1.005	1,12

172	2009	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	IFRS	NYSE	858	891	0,96
173	2009	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	243	239	1,02
174	2009	INDUSTRIAS ROMI S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	13	13	1,02
175	2009	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	10.067	14.085	0,71
176	2009	LIGHT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	605	592	1,02
177	2009	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	190	190	1,00
178	2009	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	50	24	2,05
179	2009	LUPATECH S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	31	15	2,04
180	2009	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	IFRS	BM&FBOVESPA	349	354	0,99
181	2009	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	-214	-256	1,16
182	2009	NATURA COSMETICOS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	684	684	1,00
183	2009	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	28.982	26.996	1,07
184	2009	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	328	282	1,16
185	2009	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-16	-16	1,00
186	2009	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	218	134	1,63
187	2009	SAO CARLOS ICIPACOES S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	133	133	1,00
188	2009	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	-436	4.866	-0,09
189	2009	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	2.173	2.185	0,99
190	2009	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	215	281	0,76
191	2009	TOTVS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	120	123	0,98
192	2009	TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	53	74	0,72
193	2009	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.134	1.140	0,99
194	2009	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	467	388	1,20
195	2009	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	10.249	9.314	1,10
196	2009	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	858	753	1,14

APÊNDICE B – Amostra da variável patrimônio líquido

Ordem	Exercício	Razão Social	Padrão Internacional	Bolsa de valores	Patrimônio Líquido em BR GAAP	Patrimônio Líquido em padrão internacional	Índice de Conservadorismo do patrimônio líquido
1	2005	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	US GAAP	NYSE	21.168	21.721	0,97
2	2005	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	20.636	21.476	0,96
3	2005	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	6.123	7.185	0,85
4	2005	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	4.862	3.389	1,43
5	2005	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	1.331	1.304	1,02
6	2005	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.575	652	2,42
7	2005	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	NYSE	8.831	7.170	1,23
8	2005	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	US GAAP	NYSE	4.308	4.204	1,02
9	2005	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	9.255	11.322	0,82
10	2005	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	5.610	6.087	0,92
11	2005	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	7.696	3.669	2,10
12	2005	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	NYSE	5.042	6.517	0,77
13	2005	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	266	334	0,80
14	2005	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.802	1.453	1,24
15	2005	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	4.442	4.317	1,03
16	2005	GERDAU S.A.	US GAAP	NYSE	8.839	9.213	0,96
17	2005	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	US GAAP	NYSE	1.418	1.668	0,85
18	2005	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	894	959	0,93
19	2005	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	17.412	20.173	0,86
20	2005	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	841	1.046	0,80
21	2005	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	461	547	0,84
22	2005	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	85.803	189.742	0,45
23	2005	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.185	1.223	0,97
24	2005	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	9.041	9.000	1,00
25	2005	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	13.827	13.888	1,00
26	2005	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	2.443	2.879	0,85
27	2005	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	1.900	1.834	1,04
28	2005	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	24.052	27.835	0,86
29	2005	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	2.015	2.139	0,94

30	2006	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	US GAAP	NYSE	21.132	22.972	0,92
31	2006	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	25.653	27.517	0,93
32	2006	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	5.529	7.055	0,78
33	2006	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	4.244	2.898	1,46
34	2006	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	1.340	1.302	1,03
35	2006	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.820	896	2,03
36	2006	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	BM&FBOVESPA	9.289	7.569	1,23
37	2006	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	US GAAP	NYSE	4.855	4.672	1,04
38	2006	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	8.407	9.255	0,91
39	2006	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	6.657	7.450	0,89
40	2006	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	7.727	3.836	2,01
41	2006	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	NYSE	1.424	697	2,04
42	2006	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	6.270	8.185	0,77
43	2006	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.186	1.219	0,97
44	2006	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	284	390	0,73
45	2006	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.876	3.527	1,10
46	2006	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	4.865	4.599	1,06
47	2006	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	10.860	15.083	0,72
48	2006	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	US GAAP	NYSE	2.247	2.379	0,94
49	2006	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.028	1.099	0,94
50	2006	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	19.822	23.675	0,84
51	2006	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	616	645	0,96
52	2006	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	997	1.138	0,88
53	2006	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	700	773	0,91
54	2006	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	105.411	102.370	1,03
55	2006	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.683	1.714	0,98
56	2006	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	62.469	59.021	1,06
57	2006	TAM S.A.	US GAAP	NYSE	1.313	1.396	0,94
58	2006	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	9.289	8.538	1,09
59	2006	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	13.025	13.238	0,98
60	2006	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	2.353	2.622	0,90
61	2006	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.695	4.150	0,89
62	2006	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	2.078	2.017	1,03
63	2006	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	33.606	21.925	1,53
64	2006	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	6.365	9.143	0,70
65	2007	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	IFRS	NYSE	19.217	19.917	0,96

66	2007	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	32.545	35.403	0,92
67	2007	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	9.508	10.451	0,91
68	2007	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	6.262	9.739	0,64
69	2007	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	4.824	4.177	1,15
70	2007	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	2.425	2.359	1,03
71	2007	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	2.150	1.133	1,90
72	2007	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	BM&FBOVESPA	10.085	8.192	1,23
73	2007	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	US GAAP	NYSE	4.971	4.729	1,05
74	2007	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	9.258	9.092	1,02
75	2007	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	7.504	8.357	0,90
76	2007	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	9.657	6.892	1,40
77	2007	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.700	1.719	0,99
78	2007	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	6.510	8.447	0,77
79	2007	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	2.371	2.432	0,97
80	2007	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	526	631	0,83
81	2007	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	4.121	4.064	1,01
82	2007	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	5.632	6.900	0,82
83	2007	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	12.255	17.558	0,70
84	2007	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	IFRS	NYSE	2.343	2.325	1,01
85	2007	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.121	1.187	0,94
86	2007	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	31.799	38.182	0,83
87	2007	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	700	771	0,91
88	2007	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	853	1.103	0,77
89	2007	OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	733	808	0,91
90	2007	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	120.435	122.404	0,98
91	2007	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.957	2.031	0,96
92	2007	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	55	53	1,03
93	2007	TAM S.A.	IFRS	NYSE	1.563	1.981	0,79
94	2007	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	11.329	13.729	0,83
95	2007	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	13.184	13.757	0,96
96	2007	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	7.844	7.959	0,99
97	2007	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.810	4.324	0,88
98	2007	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	4.877	4.917	0,99
99	2007	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	57.030	63.005	0,91
100	2007	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	8.296	9.024	0,92
101	2008	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	IFRS	NYSE	20.410	23.919	0,85

102	2008	AMERICAN BANKNOTE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	333	352	0,95
103	2008	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	36.070	38.754	0,93
104	2008	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	IFRS	NYSE	11.386	12.460	0,91
105	2008	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	104	47	2,22
106	2008	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	6.565	9.746	0,67
107	2008	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	2.945	3.291	0,89
108	2008	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	3.242	3.105	1,04
109	2008	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.406	1.238	1,14
110	2008	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	2.324	1.203	1,93
111	2008	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	US GAAP	BM&FBOVESPA	10.689	8.176	1,31
112	2008	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	IFRS	NYSE	5.334	5.276	1,01
113	2008	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	10.295	10.277	1,00
114	2008	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	8.315	9.024	0,92
115	2008	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	8.431	9.508	0,89
116	2008	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	NYSE	2.020	2.337	0,86
117	2008	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	6.226	7.656	0,81
118	2008	CSU CARDSYSTEM S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	127	133	0,96
119	2008	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	2.186	1.215	1,80
120	2008	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	479	664	0,72
121	2008	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.780	3.795	1,00
122	2008	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	6.195	5.387	1,15
123	2008	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.029	1.848	0,56
124	2008	ETERNIT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	311	329	0,95
125	2008	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	4.158	5.901	0,70
126	2008	GAFISA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.605	1.715	0,94
127	2008	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	16.190	23.274	0,70
128	2008	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	IFRS	NYSE	1.371	1.108	1,24
129	2008	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.369	1.427	0,96
130	2008	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	34.864	25.587	1,36
131	2008	LIGHT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.298	3.497	0,94
132	2008	LOJAS RENNER S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	756	756	1,00
133	2008	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	-35	-19	0,20
134	2008	LUPATECH S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	191	308	0,62
135	2008	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	IFRS	BM&FBOVESPA	1.239	1.271	0,97
136	2008	NATURA COSMETICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	886	1.184	0,75
137	2008	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	149.280	155.942	0,96

138	2008	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.964	2.068	0,95
139	2008	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	51.965	46.148	1,13
140	2008	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.117	1.010	1,11
141	2008	SAO CARLOS ICIPACOES S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	523	536	0,98
142	2008	TAM S.A.	IFRS	NYSE	537	1.327	0,40
143	2008	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	10.265	12.273	0,84
144	2008	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	12.632	13.210	0,96
145	2008	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	7.962	8.048	0,99
146	2008	TOTVS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	421	642	0,66
147	2008	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.927	3.962	0,99
148	2008	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	4.926	4.972	0,99
149	2008	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	77.002	84.464	0,91
150	2008	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	8.694	10.467	0,83
151	2009	AMBEV - COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMERICAS	IFRS	NYSE	22.468	25.243	0,89
152	2009	AMERICAN BANKNOTE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	408	427	0,96
153	2009	BANCO BRADESCO, S.A.	US GAAP	NYSE	43.901	47.460	0,93
154	2009	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	50.414	55.187	0,91
155	2009	BCO BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	40.160	50.388	0,80
156	2009	BRASIL ECODIESEL IND COM BIO.OL.VEG.S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	16	9	1,76
157	2009	BRASIL TELECOM S.A.	US GAAP	NYSE	10.835	23.986	0,45
158	2009	BRASKEM S.A.	US GAAP	NYSE	4.495	4.282	1,05
159	2009	BRF-BRASIL FOODS S.A.	US GAAP	NYSE	4.218	4.084	1,03
160	2009	BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.703	1.348	1,26
161	2009	COMPANHIA CONCESSOES RODOVIARIAS	US GAAP	BM&FBOVESPA	2.213	1.048	2,11
162	2009	COMPANHIA SANEAMENTO BASICO EST SAO PAULO	IFRS	BM&FBOVESPA	10.922	8.702	1,26
163	2009	COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO	IFRS	NYSE	5.988	6.072	0,99
164	2009	COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	US GAAP	NYSE	11.206	11.354	0,99
165	2009	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	US GAAP	NYSE	9.079	9.488	0,96
166	2009	COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL	US GAAP	NYSE	7.330	9.244	0,79
167	2009	COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	US GAAP	BM&FBOVESPA	4.166	3.142	1,33
168	2009	CPFL ENERGIA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	6.310	8.012	0,79
169	2009	CSU CARDSYSTEM S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	133	139	0,96
170	2009	CYRELA BRAZIL REALTY S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	2.860	1.355	2,11
171	2009	DIAGNOSTICOS DA AMERICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	563	726	0,78
172	2009	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	4.565	4.648	0,98
173	2009	EMBRAER-EMPRESA BRAS DE AERONAUTICA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	6.199	5.555	1,12

174	2009	EQUATORIAL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.314	1.746	0,75
175	2009	ETERNIT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	321	339	0,95
176	2009	FIBRIA CELULOSE S.A.	US GAAP	NYSE	4.662	8.383	0,56
177	2009	GAFISA S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.979	1.866	1,06
178	2009	GERDAU S.A.	IFRS	NYSE	16.965	22.367	0,76
179	2009	GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.	IFRS	NYSE	2.195	1.965	1,12
180	2009	GRENDENE S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.224	1.290	0,95
181	2009	INDUSTRIAS ROMI S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	693	694	1,00
182	2009	ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	US GAAP	NYSE	54.661	73.254	0,75
183	2009	LIGHT S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	3.435	3.531	0,97
184	2009	LOJAS RENNEN S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	917	1.006	0,91
185	2009	LPS BRASIL - CONSULTORIA DE IMOVEIS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	55	84	0,66
186	2009	LUPATECH S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	190	286	0,66
187	2009	M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	IFRS	BM&FBOVESPA	1.549	1.626	0,95
188	2009	MMX MINERACAO E METALICOS S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	-280	119	-2,35
189	2009	NATURA COSMETICOS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	1.127	1.127	1,00
190	2009	PETROBRAS - PETROLEO BRASILEIRO S.A.	US GAAP	NYSE	167.800	174.481	0,96
191	2009	PORTO SEGURO S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	2.293	2.363	0,97
192	2009	RENAR MACAS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	36	31	1,18
193	2009	ROSSI RESIDENCIAL S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	1.407	1.217	1,16
194	2009	SAO CARLOS ICIPACOES S.A.	US GAAP	BM&FBOVESPA	661	661	1,00
195	2009	TAM S.A.	IFRS	NYSE	1.871	735	2,55
196	2009	TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	7.995	21.967	0,36
197	2009	TELECOMUNICAÇÕES DE SAO PAULO S/A-TELESP	US GAAP	NYSE	12.384	13.847	0,89
198	2009	TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	US GAAP	NYSE	8.010	8.386	0,96
199	2009	TOTVS S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	574	822	0,70
200	2009	TPI - TRIUNFO PARTICIP. E INVEST. S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	819	795	1,03
201	2009	TRACTEBEL ENERGIA S.A.	IFRS	BM&FBOVESPA	4.305	4.493	0,96
202	2009	ULTRAPAR PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	5.143	5.123	1,00
203	2009	VALE S.A.	US GAAP	NYSE	95.737	104.065	0,92
204	2009	VIVO PARTICIPACOES S.A.	US GAAP	NYSE	9.146	9.194	0,99